

***A Insinuação das Damas* - Formas de Poder Feminino no século XV
(o caso de Isabel de Lencastre)**

Licínia Maria da Trindade Correia

**Dissertação
de Mestrado em História**

Maio, 2013

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História, especialidade de História Medieval, realizada sob a orientação científica de Professor Doutor Bernardo Vasconcelos e Sousa

Ao Luís Krus

Por tudo o que me ensinou como professor e como pessoa.

AGRADECIMENTOS

A Luís Filipe Barreto, meu professor de História Cultural e das Mentalidades e de Cultura Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde tive o primeiro contacto com alguns textos portugueses aqui considerados, nomeadamente *O Leal Conselheiro*.

A Jorge Lima, meu professor de História da Educação na Universidade dos Açores, que, na minha profissionalização em serviço, me incentivou a estudar os temas relacionados com o ensino e o quotidiano.

A Maria de Lurdes Crispim, professora desta casa, porque, sem o seu trabalho de transcrição e estudo do texto, eu não teria podido lê-lo nem estudá-lo.

A Segismundo Martins, Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária das Laranjeiras, onde lecciono, por ter acolhido e apoiado o meu trabalho.

Às Senhoras Funcionárias da Biblioteca da Universidade Dos Açores por todo o apoio que me deram na pesquisa Bibliográfica.

A Bernardo Vasconcelos e Sousa, meu orientador, que aceitou e sempre apoiou o desafio deste projeto.

Àqueles que, estando comigo, me ajudaram a pesquisar, organizar, arrumar, debater ou simplesmente estiveram lá, nos dias em que desesperei, adoeci, perdi-me e nos outros em que melhorei e andei para frente :

As minhas amigas e colegas: Luísa Malheiro e Aida Fazendeiro, esta já desaparecida, com quem li a *Cidade das Damas* pela primeira vez. À minha grande e prestimosa amiga Vilca Merízio, que sempre acreditou que eu faria de algum modo este trabalho. Aos amigos de sempre Miguel Rodrigues, Lucília Runa e Luís Oliveira que, tendo as suas vidas, dão aquele apoio que só os amigos sabem e podem dar. Neste grupo incluo Joaquim Lopes, o “génio informático”, pois, sem o seu carinho e apoio, este trabalho seria mais complicado de redigir e completar .

À minha família, maioritariamente feminina nesta geração, com que sempre contei. Agradeço o apoio das minhas tias e tios, nomeadamente da minha tia Joaquina e do meu padrinho João, porque, estudando pouco ou estudando tarde, sempre valorizaram o estudo e a escola. Às minhas primas Luzita, Joãozinha e à minha cunhada Cidália, por toda a energia e incentivo que me deram .

Agradeço ao meu marido Sílvio toda a ajuda e partilha que este trabalho representa. Por fim, uma palavra especial para a minha irmã Teresa, pelo seu entusiasmo pelo tema e pela “nossa Rainha” e um imenso obrigado aos meus pais, Carlos e Luz, que sempre lutaram para me dar um futuro melhor e cheio de esperança.

Pedindo desculpa aos que posso ter esquecido, gostaria de partilhar com todos a alegria de ter feito este modesto mas entusiasmado trabalho.

(PS - Um obrigado aos meus gatos Alifinho e Melzinho)

TÍTULO: A Insinância das Damas - *Formas de Poder Feminino no século XV (o caso de Isabel de Lencastre)*

TITLE: Insinância das Damas – *Feminine Power in 15th century (Queen Isabel de Lencastre)*

AUTOR/AUTHOR: Licínia Maria da Trindade Correia

RESUMO:

Le Livre des Trois Vertus ou Trésor de la Cité des Dames”, de Christine de Pizan, foi mandado traduzir para Português pela rainha D. Isabel, esposa do rei D. Afonso V. Levantámos as temáticas abordadas neste texto com vista a determinar os modelos de comportamento propostos por Pizan para as mulheres do seu tempo, como parte prática da sua utopia: como devem comportar-se as mulheres na corte, na família, na rua ou na igreja?

Na segunda parte procurámos saber como o modelo de comportamento recomendado por Pizan (a “vida activa”) tinha sido interiorizado pela rainha que mandou traduzir o texto. Conseguimos perceber como esta tentou intervir no conflito entre seu pai, o infante D. Pedro, e seu marido, o rei D. Afonso V, que culminou na batalha de Alfarrobeira, com a derrota de seu pai e dos seus partidários. Desavinda a família e o reino, a jovem rainha viu o seu irmão mais velho exilar-se em Castela mas conseguiu acautelar o futuro da irmã mais nova, Filipa, e de sua mãe, Isabel de Urgel e, com o apoio de sua tia Isabel, condessa da Borgonha, patrocinou a saída para a corte desta dos seus irmãos Jaime e João e da sua irmã Beatriz. As intrigas que ameaçaram o seu lugar na corte régia e o seu casamento foram superadas pela jovem rainha, que conseguiu manter a confiança do rei e reforçar o seu papel na corte, dando ao reino os tão esperados descendentes: Joana e João. Essa situação permitir-lhe-ia ainda obter a benevolência do rei para com os seus familiares mais próximos e o perdão para muitos dos apaniguados de seu pai.

ABSTRACT:

The translation of Christine de Pizan’s book “Le Livre des Trois Vertus ou Trésor de la Cité des Dames” (“The Treasure of the City of Ladies: Or the Book of the Three Virtues”) was commissioned by D. Isabel, wife of king D. Afonso V. We identified the themes in the text to find the models of behaviour proposed by Pizan for the women of her time as ? of her utopia: how should women behave in court, family, streets or church?

In the second part of this study we tried find out how Pizan’s model of behaviour (the “active live”) had been interiorized by the queen Isabel. We succeeded in understanding how she tried to intervene in the conflict between her father, the prince D. Pedro,

and her husband, king D. Afonso V, that culminated in the Battle of Alfarrobeira and the defeat of her father and his supporters. With the estrangement of both the family and the realm, the young queen saw her brother go to exile in Castile but managed to secure the future of her younger sister Filipa and her mother Isabel de Urgel and, with the support of her aunt Isabel, the Countess of Burgundy, helped her brothers Jaime and João and her sister Beatriz go to the Burgundian court. The intrigues that threatened her place in the king's court and her marriage were overcome by the young queen which managed to keep the king's confidence and reinforced her role in the court by giving the much expected descendants: Joana and João. This allowed her to get the king's benevolence toward her closest family and the pardon to many of her father's supporters.

PALAVRAS-CHAVE: Christine de Pizan, *Cité des dames*, modelos de comportamento feminino, rainha Isabel de Coimbra, poder feminino

KEYWORDS: Christine de Pizan, *Cité des dames*, women behavioural models, queen Isabel de Coimbra, feminine power.

Índice

Introdução	1
1.ª parte - A “ <i>Insinança das Damas</i> ”, segundo <i>O livro das três virtudes</i> , de Christine de Pizan	4
1 - As virtudes que as mulheres devem privilegiar	4
<i>O Amor a Deus</i>	5
<i>A Honra e a Boa Nomeada</i>	7
<i>A Prudência</i>	9
<i>Os perigos do amor cortesão, ou “dos gintiis homeens”</i>	10
2 - A governação das mulheres	14
<i>O dia-a-dia da princesa</i>	14
<i>A governança da família</i>	17
<i>A governança do património e dos súbditos</i>	24
<i>A governança das viúvas</i>	27
2.ª parte - Isabel de Lencastre – A “perfecta rainha”	29
1 - Infância e educação	29
2. O casamento	34
3. A governança da família. <i>Entre o pai e o marido. A mediação da rainha</i>	39
4. A governança da família. <i>As relações com o marido. A Lealdade e a</i> <i>Prudência</i>	43
5. A governança da família. <i>Irmãos, tias e sobrinhos — amparo e</i> <i>protecção</i>	47
6. A governança da família. <i>Os filhos</i>	69
7. As devoções da rainha	74
Conclusão	88
Fontes	92
Bibliografia	94
Anexos	99

INTRODUÇÃO

A obra “*Le Livre des Trois Vertus ou Trésor de la Cité des Dames*”, de Christine de Pizan, é escrita no seguimento de “*La Cité des Dames*” em 1405, com o mesmo processo narrativo em que a autora, guiada pelas três virtudes, simbolicamente representadas por três damas, Razão, Direito e Justiça, procura aconselhar as mulheres de todos os grupos sociais a terem um comportamento que lhes permita serem reconhecidas na sociedade em que se inserem e aspirarem a fazer parte da utópica *cidade das damas*, onde viveriam para sempre na companhia das santas e da Virgem Maria. Esta *cidade das damas* é a contribuição mais empenhada de Pizan a favor das Mulheres, no debate “*Querelle des Femmes*” que, sendo despoletado pelo “*Le Roman de la Rose*”, envolve a intelectualidade europeia nos argumentos a favor e contra as mulheres durante todo o século XV. A *cidade das damas* é assim a resposta de Pizan, seguindo argumentos de vários autores, nomeadamente Boccaccio, que valorizam o papel das mulheres ao longo da História e também nos textos sagrados.

“*La Cité des Dames*” não terá tido tradução em português, ao contrário do “*Le Livre de Trois vertus ou Trésor de la Cité des dames*”, que foi mandado traduzir para a nossa língua pela rainha D. Isabel, esposa do rei Afonso V, e que foi objecto de estudo e edição crítica por Maria de Lurdes Crispim, com base no único manuscrito conhecido, da Biblioteca Nacional de Madrid. Mais tarde, esta obra com algumas alterações será mandada imprimir pela sua nora D. Leonor, esposa de D. João II, em 1518, com o título de “*Espelho de Cristina*”.

O primeiro objectivo do nosso trabalho será levantar as temáticas abordadas no primeiro texto. Sendo a parte prática da utopia construída, por Pizan, para as mulheres, que modelos de comportamento propõe ela para as mulheres do seu tempo? Como devem comportar-se as mulheres na corte, na família, na rua, na igreja? Como devem comportar-se as mulheres numa sociedade hierarquizada e geradora de múltiplas dependências, se parecem apagar-se no espaço público, silenciar-se nas igrejas e apenas aparecer no espaço familiar?

Não havendo nenhuma obra portuguesa escrita sobre esta temática, há no entanto a obra de D. Duarte “*O Leal Conselheiro*” que, abordando variados assuntos

consagra vários capítulos à família, à relação entre os casados e especificamente às relações com as mulheres. Ora que pontes se podem estabelecer entre os dois textos?

Na segunda parte do nosso trabalho, tentaremos concretizar o segundo objectivo da nossa pesquisa, que é, a partir do modelo comportamental proposto por Pizan, tentar ver como este foi interiorizado pela rainha que mandou traduzir o texto, D. Isabel. A sua tradução significa, pensamos nós, um interesse em que o mesmo chegasse a um público mais amplo, que seria potencialmente composto pelas damas e donzelas da sua casa e pelos homens e mulheres da sua corte.

A primeira questão que se nos pôs foi: como teve a rainha conhecimento da obra? E, se mandou fazer a sua tradução, isso implica um original em francês a partir do qual foi feita a tradução. Como terá chegado este exemplar às suas mãos? Maria de Lurdes Crispim dá algumas pistas que tentaremos seguir.

Através das crónicas que reportam a regência do pai de D. Isabel, o infante D. Pedro, e o reinado de seu marido, onde se agudizam os conflitos entre os dois e que conduzem a Alfarrobeira e à morte de seu pai, tentaremos perscrutar a sua infância e adolescência de rainha prometida aos doze anos ao seu primo Afonso, ao lado de quem partilha o trono desde os catorze anos num período político muito difícil em que a família de Avis se parte em duas e com isso conduz o reino para uma guerra entre os partidários de D. Pedro, seu pai, e os partidários do rei Afonso V, seu marido. Como se posicionou D. Isabel no conflito? Como geriu a sua família depois de Alfarrobeira? Como garantiu a sua posição na corte?

Para tentar dar resposta a estas perguntas para além das crónicas, analisaremos também as obras do seu irmão mais velho, o condestável D. Pedro, que, exilado em Castela, escreve “*Satira de Infelice e Felice Vida*”, que é dedicada à sua irmã para que a reveja e divulgue; mais tarde, escreve a “*Tragédia de la Insigne Reina Dona Isabel*”, em que manifesta o seu desespero pela morte precoce da rainha. Através destas obras literárias, procuraremos um olhar mais próximo, no tempo, mas sobretudo o olhar do irmão sobre a rainha. Utilizaremos também algumas crónicas e documentos relativos ao condado da Borgonha e à governação de Isabel de Portugal no que se refere ao apoio e encaminhamento dos sobrinhos e irmãos da rainha que lá se refugiaram, referidos e publicados por Monique Sommé nos seus estudos sobre a duquesa.

Por fim, para tentarmos compreender a imagem da rainha e da mãe que os seus filhos iram formar após a sua morte, quando Joana contava três anos e João sete meses, iremos trabalhar a biografia da princesa Santa Joana, redigida por Margarida Pinheiro, por ser muito próxima da princesa. Recorremos também às crónicas sobre o reinado de D. João II, nomeadamente quanto aos aspectos que se referem ao nascimento e infância do monarca.

Ainda no âmbito do modelo proposto para o comportamento feminino, é dado por Pizan um grande destaque ao papel das viúvas. Porque Isabel de Coimbra morre cedo, tentaremos comparar o modelo de viúva proposto com o comportamento de Leonor de Aragão, viúva de D. Duarte, que abordaremos de forma breve, ainda na primeira parte do nosso trabalho.

Por fim, sendo o amor a Deus a virtude que as mulheres devem privilegiar em todos os aspectos da sua vida, tentaremos compreender as devoções da rainha e a sua religiosidade.

1.^a PARTE

A “INSINANÇA DAS DAMAS”, SEGUNDO *O LIVRO DAS TRÊS VERTUDES*, DE CHRISTINE DE PIZAN

1 - As virtudes que as mulheres devem privilegiar

Como já referimos na introdução, a obra que vamos utilizar nesta primeira parte do nosso trabalho é a versão portuguesa da obra de Christine de Pizan, “*Le Livre des Trois Vertus ou Trésor de la Cité des Dames*”, escrita em 1405. Sabemos que a tradução portuguesa foi mandada fazer pela rainha D. Isabel, mulher do rei D. Afonso V, o que nos remete para uma data entre 1447 — a da sua subida ao trono — e 1455 — a da sua morte¹.

O livro é composto por três partes, divididas em vários capítulos². A primeira parte é dedicada “a todas as princesas e altas senhoras” (p. 79) e tem vinte e sete capítulos; a segunda parte é consagrada “aas Senhoras e donzelas (...) que amdam em corte de grandes Senhoras” (p. 205) e tem treze capítulos; a terceira parte é dedicada “aas molheres d'estado, das boas vilas ou lugares, e aas molheres do comuum povoo, e depois aas molheres dos lavradores” (p. 259) e tem catorze capítulos.

Trata-se de uma obra didáctica-moralista, que pretende abranger todos os grupos sociais femininos, desde as mulheres dos lavradores às rainhas e princesas. O público feminino a quem se destina é assinalado pelo seu estrato social e não pelo estado civil, como acontece em outras obras escritas neste século para as mulheres.

Tendo Christine de Pizan vivido na corte francesa desde pequena, não é de admirar que as duas primeiras partes da sua obra correspondam a conselhos respeitantes ao comportamento das senhoras e das suas damas na corte, nas vilas e nas aldeias (quarenta capítulos), uma vez que é o meio que a autora melhor conhece. Nos restan-

¹ Manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Madrid. A partir deste, foi feita uma edição crítica por Maria de Lurdes Crispim: Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*, Lisboa, Ed. Caminho, 2002, que aqui utilizamos.

² Segundo Maria de Lurdes CRISPIM, *ob. cit.*, pp. 42-43, os manuscritos da obra de Pizan, que estão conservados nas bibliotecas das universidades de Yale e de Dresden e são os que têm mais semelhanças com o manuscrito de Madrid que utilizamos, têm uma estrutura análoga.

tes catorze capítulos consagrados às outras mulheres que não da nobreza, há também uma preocupação de referi-las através do seu lugar na sociedade: "mulheres d'estado e burjesas" (p. 259), mulheres dos mercadores, mulheres dos mesteres, mulheres servidores e camareiras" (p. 292), mulheres dos lavradores e até é feito um capítulo referente às "mulheres de sandia vida" (p. 296) e outro às mulheres do "estado dos pobres" (p. 306).

Vejamos agora quais as preocupações que, de acordo com Pizan, devem dominar a vida de todas as mulheres.

O Amor a Deus

A principal preocupação, abordada nas três partes da obra, é o amor a Deus. As mulheres devem saber contrapor às riquezas mundanas, que têm a condenação de Deus, as riquezas espirituais, que conduzem ao Paraíso.

Na primeira parte, utilizando vários textos bíblicos ou de mestres da igreja, a autora tenta, através do diálogo, levar as suas leitoras ou ouvintes (o texto também podia ser lido em grupo) a interrogar-se sobre o que está em causa e a escolher o lado certo: “Ora vees tu a diferença dos dous caminhos? Qual filharás? Serás tu tam raivosa que te metas na basa onde te alagues e pereças e leixas a sã e segura carreira que te levará a salvamento? Nom! Nom! Tu nom serás tam mal aconselhada que leixes o bem por mal!”³.

Na segunda parte, as três senhoras — Razão, Dereitura e Justiça — que incentivam a autora a escrever, relembram que o primeiro mandamento diz “amarás Deos sobre todas as cousas” e acrescentam que se esse amor estiver no seu coração as defenderá dos vícios e as “chegará aas vertudes”, lhes baixará a soberba e acrescentará a humildade⁴. Aqui as destinatárias — senhoras e donzelas que andam na corte das grandes senhoras — devem fugir da ira, da avareza, da inveja e da preguiça para que o amor de Deus “fa-la-á solícita e diligente a bem fazer; e far-lhe-á desamar gargan-

³ Christine de PIZAN, *ob. cit.*, p. 93. A autora cita S. Gregório.

⁴ *Ibidem*, p. 207.

toice e abraçar temperança; e desterrará luxúria e chamará castidade. E, assi, todas vertudes dará a sua alma e encorrerá todos vícios empecivees”⁵.

Na terceira parte, o amor e temor a Deus também aparece como o principal mandamento, sendo referido no capítulo III - *Aqui devisa das molheres dos mercados* - que a vida espiritual prevalece sobre a vida mundana e a prática das virtudes leva à conquista do Paraíso⁶. Neste capítulo específico, as qualidades recomendadas aparecem associadas às boas práticas da actividade mercantil: “E assi vos podees per esta via salvar, antre vós, ricas molheres, de verdade vos guardando de enganos e de bulras em vossas mercadarias, contra vossos prouxemos”⁷.

No capítulo XI - *Aqui fala em louvando as molheres honestas e castas*, a autora dirige-se directamente a estas mulheres, “Amigas Caras”, pedindo-lhes “d’aver piedade das desfalecidas, rogar por elas e lhe dar ocasiom de as recolher e louvar Deos”⁸ e, por último, no capítulo XIII - *Aqui fala do estado dos pobres*, é reafirmado o valor do reino de Deus “que podees acalçar mais nobre possissom e mais de riquezas que cem mil mundos nom poderiom compreender, e por sempre durantes”⁹, podendo assim depreender-se que o caminho da pobreza, sendo “aspero de soportar” será valorizado por Deus no Juízo Final¹⁰. Neste confronto entre bens materiais e espirituais, a autora dá-nos exemplos de reis que são santos no Paraíso, como S. Luís de França, que “nom leixavam o mundo e reinavam e possoiam seus Senhorios ao prazer de Deos, vivendo justamente, nom se deleitando em vãã gloria”, e também rainhas e princesas, que foram santas no Paraíso, como a mulher do rei Clóvis de França, e Santa *Baudor* e Santa Isabel, rainha de Hungria.¹¹ Quanto a estes exemplos, daremos importância à rainha da Hungria que vai servir de modelo a Isabel de Aragão, sua sobrinha-neta, que será igualmente rainha santa em Portugal e uma referência a que voltaremos no capítulo dedicado a Isabel de Lencastre.

⁵ *Ibidem*, p. 207.

⁶ *Ibidem*, p. 274.

⁷ *Ibidem*, p. 274.

⁸ *Ibidem*, p. 302.

⁹ *Ibidem*, p. 308.

¹⁰ *Ibidem*, p. 308.

¹¹ *Ibidem*, p. 100.

A Honra e a Boa Nomeada

O segundo tema comum às três partes da obra é a Honra. Vejamos em cada uma dessas partes a que aparece ligado este conceito.

Na primeira parte, a autora atribui à dignidade do estado a que as rainhas e princesas pertencem que estas recebam das gentes “honras e reverença, quando lhas fizerem, nom filhará deleitação ou, ao menos que ela poder, passará, guardando a honra do seu estado” e, mais adiante, afirma que “esta virtude de homildade, a nobre Senhora será tam paciente (...). E todas adversidades tomará em agrado, por amor de Nosso Senhor Deos”¹².

Ou seja, a Honra que lhe é devida deve ser administrada com humildade e muita paciência. Mas, o que é a Honra? “Grande thesouro de Senhoras e princesas é booa nomeada! Nem poderom haver outro semelhante nem que tanto devessem amar, porque o comû tesouro nom serve senom acerca das pessoas, e a booa nomeada serve ao lonje e divulga a fama per todo o mundo!”¹³.

A autora dá, por isso, alguns conselhos no sentido de aumentar e valorizar essa Honra, sempre no serviço de Deus. Começa nas formas de relacionamento com os seus súbditos: “Seu falar e governança será doce e benino e seu rosto prazivel e seus olhos baixos, dando saudes a todos os que lhas derem, em palavra tam humana e assi doce que praza a Deos e ao mundo”¹⁴.

Citando Sêneca, a autora recomenda não dar importância aos invejosos e não buscar a vingança: “perdoar asinha e de bõõ coração os males que nos fazem, do que ligeiramente poderiees tomar vingança. E é boom enxemplo aos pequenos!”¹⁵. As grandes senhoras devem também servir de mediadoras entre os príncipes e o seu povo, interpretando os desejos deste e levando-os ao seu senhor: “E amoestará o príncepe seu Senhor e seu conselho que ‘esguardem bem sobr’esto, ante que comecem, oolhando ao mal que se pode seguir’; e como ‘todo bom príncipe deve escusar espargimento de sangue e, em especial, sobre seus sojeitos’ ”¹⁶.

¹² *Ibidem*, p. 103.

¹³ *Ibidem*, p. 116.

¹⁴ *Ibidem*, p. 103.

¹⁵ *Ibidem*, p. 104.

¹⁶ *Ibidem*, p. 108.

Este poder de mediação também deverá ser exercido entre os vários senhores sempre no sentido de chegar à paz; aqui o modelo referido é a mãe do rei S. Luís, a rainha Branca. Mas por que razão as mulheres devem ter este ofício e o devem trabalhar? É que “a natureza das mulheres é mais temerosa e sua condição mais doce, e por isso, deve desejar mais a paz e trazer o homem a ela”¹⁷.

Por fim, as grandes senhoras devem aumentar a sua Honra praticando a caridade, especialmente para com os doentes, as viúvas e outros necessitados. Tal como no seu papel de mediadora, ao confortar os que sofrem por doença ou abandono também será um exemplo para o seu povo¹⁸.

No segundo livro, na parte dedicada às senhoras e donzelas de corte, a honra aparece ligada ao amor que devem ter pela sua senhora, a relação com os homens e as formas de evitar a maledicência e a inveja, que prejudicam e dão aos outros grupos sociais uma má imagem da corte.

No que respeita aos seus senhores há um diálogo no primeiro capítulo em que Christine de Pizan pretende ensinar a diferença entre *servir* e *lisonjear*: “o lisonjeiro, per sua fala, mete hûu cravo no olho de seu Senhor”¹⁹.

Assim, devem ter lealdade em relação aos seus senhores, guardar a sua paz, não lhe dizer mal de outrem e defender a sua Honra.

Quanto à inveja e ao mal-dizer, conclui a autora: “E, porque nas cortes dos Reis e princepes, as honras e estado mundanaes som mais jeeralmente destrebuidos que em outra parte, dizemos (e é verdade!) que ali reina, principalmente, a enveja — porque todos os que, em ela (de corte) andam, desejam d’haver daquelas honras a melhor parte”²⁰.

Na terceira parte, a honra está como na primeira ligada à “booa nomeada”. Pizan volta aqui a referir-se à importância da mediação das mulheres e seus maridos

¹⁷ *Ibidem*, p. 109.

¹⁸ *Ibidem*, p. 111-112.

¹⁹ *Ibidem*, p. 212.

²⁰ *Ibidem*, p. 221. A própria autora sofreu essa inveja, quando o seu pai era astrólogo e conselheiro do rei Carlos V e ela beneficiava desse estatuto, que veio a perder depois da morte do rei em 1380. A regência de Carlos VI trouxe-lhe muitas dificuldades e dissabores, já que o seu pai e o seu marido não foram bem vistos pelo regente, vindo o pai a falecer em 1385, e o marido em 1390, deixando-a viúva aos 25 anos, com três filhos.

— pacificar o marido quando estiver irado, com boas palavras²¹, recebê-lo e a seus convidados sempre com boas maneiras. Para além disso, são dados alguns conselhos sobre como tratar as criadas, organizar e limpar a casa, cuidar dos filhos, ter recato nas palavras e no vestuário, não maldizer e praticar a caridade com os mais pobres.

Há depois um capítulo específico sobre as viúvas e dois capítulos sobre as relações entre as mais novas e as anciãs. Quanto às viúvas, devem saber que as gentes as desmerecem e que são o alvo principal da sua maledicência. São muitas vezes envolvidas em querelas por dívidas ou rendas e, por isso, Christine recomenda-lhes que sejam contidas no vestir, no comer e na posse de outros bens, que sejam doces e benignas, mas que saibam demandar e buscar conselho em bons procuradores e, para conseguirem o que acham de justiça para si e seus filhos, que sejam muito pacientes²².

Quanto às mancebas, a autora vai buscar um exemplo à Grécia Clássica e ao rei Licurgo, para recomendar às jovens livrar-se das “sandices”, usar vestidos honestos e limpos, ser humilde no falar, respeitar as anciãs, que geralmente são mais sábias: “hûûa, porquanto seu entendimento é mais perfeito e há mais grande consiraçom; e outra, que elas ham mais grande experiencia das cousas passadas, porquanto elas ham mais visto”²³. Assim, as jovens devem aceitar as suas repreensões, pelo saber que elas representam e obedecer-lhes, bem como reconfortá-las na doença. Por sua vez, as anciãs devem ter paciência com as jovens, perdoar-lhes a irreverência, pensando em si próprias: “Assi que, leixa em paz as mancebas jentes e mais nom mormures contra elas, ca se bem te oolhas assaz há de fazer em ti mesma!”²⁴.

A Prudência

Para se atingir a honra devida a cada mulher, segundo o seu estatuto social, as mulheres devem ter em todos os seus comportamentos públicos e privados uma grande Prudência que, aliada à sua sabedoria, lhes dará a boa fama exigida pela sua Honra. Esta virtude é assim uma constante na obra de Christine que, na primeira parte, lhe

²¹ *Ibidem*, pp. 262-265 e 271-273.

²² *Ibidem*, p. 276-279. Também aqui a experiência vivida da autora, nas várias demandas pelos seus direitos e dos seus filhos, tê-la-á ajudado a redigir estes conselhos para as mulheres que socialmente estariam mais frágeis.

²³ *Ibidem*, p. 283.

²⁴ *Ibidem*, p. 286.

consagra catorze capítulos, na segunda parte, logo na introdução, lembra que é a Prudência que deve governar todas as vidas daquelas que andam na corte das grandes senhoras, e na terceira parte, dirigida às mulheres do Povo, logo na introdução evoca a “Prudência Mundanal”²⁵.

Nas recomendações dadas em nome desta virtude, comuns a todas as mulheres desde as grandes senhoras às mulheres dos lavradores, salientamos a descrição no vestir (as mulheres devem vestir segundo a sua condição, sem exageros), no falar (as mulheres devem falar baixo e pouco em público) e no olhar (devem olhar para baixo, humildes, para Deus), quando estão juntas devem evitar, como vimos anteriormente, dizer mal umas das outras, ter sentimentos de inveja e de vingança. Na família, devem educar os filhos, conviver cordialmente com o marido, ajudá-lo a pagar as rendas e evitar as demandas sobre cercas e outros conflitos rotineiros nas aldeias. No caso das mulheres dos lavradores, recomenda-lhes ainda que lavrem as suas terras, pois são necessárias ao sustento das criaturas humanas, pelo que esse trabalho é um serviço de Deus²⁶. Às mulheres do povo, Christine de Pizan recomenda também que cuidem do seu património, sejam discretas em público e evitem os conflitos entre vizinhos. A prudência ensina todas as mulheres a serem discretas no espaço público, na igreja e em casa, mas governando nesta, educando os seus filhos e marido, cuidando do seu património e da sua família, gerindo e, quando for preciso, intervindo nos conflitos mediando os vários interesses em presença. Numa sociedade fortemente marcada pela guerra, em que frequentemente os conflitos se resolvem por guerras entre senhores ou revoltas populares, Christine contrapõe ao modelo masculino do cavaleiro intempestivo que faz a guerra o modelo da sua mulher, doce, bondosa, que trabalha pela paz.

Os perigos do amor cortesão, ou “dos gentiis homeens”

Nos três livros que compõem esta obra, a autora recomenda cautela para a maneira como as mulheres se devem relacionar com os “Gentiis Homeens”, que sendo jovens, cultos e bem falantes encarnavam o ideal cortesão que estava presente em romances e poesias da época. A sua presença na corte era imprescindível para a própria encenação do poder e da mentalidade dominante; assim, as preocupações de

²⁵ Cf. *Ibidem*, 1.^a parte, cap.^{os} XII-XXVII; 2.^a parte, cap.^o I; 3.^a parte, cap.^o I.

²⁶ Cf. *Ibidem*, 3.^a Parte, cap.^o XII.

Christine vão dirigir-se sobretudo para a influência negativa que estes “gentis homens” tinham nas princesas, altas senhoras, e damas e donzelas que faziam parte da sua corte (primeira e segunda partes).

Estes cavalheiros, bem nascidos e cultos, encarnavam o imaginário dos romances que estas Senhoras liam ou de que falavam. Assim, era fácil que se apaixonassem por eles, pondo em risco o seu matrimónio, ou um possível futuro bom casamento, de acordo com o seu estatuto; em ambos os casos, arruinavam a honra. Por isso, Christine, que anteriormente tinha escrito um romance ao estilo da época, “*Le livre du duc des vrais amans*”²⁷, em que procurava desmistificar a tal ilusão do amor cortês²⁸ deixando os seus personagens apaixonados, no fim, ela desonrada e ele infeliz, volta ao assunto nesta obra de carácter prático. A propósito da governança da jovem princesa acabada de casar começa por recomendar cuidado na escolha das pessoas que irão compor a sua casa: “E serem escolhidos pera seus servidores gintiiis homeens, nom muito mancebos nem sobejamente louçããos, mas sesudos e temperados e bõos. E se som casados, tanto melhor — e em especial os que ham-de servir a sua mesa e que conversam acerca dela e de suas donzelas — e se honesto for, que tragam ali suas molheres. E os meestres de casa serem homeens de boom saber”²⁹.

E continua, dizendo que o seu confessor deve ter boa consciência, ser letrado e de bons costumes; e finalmente recomenda que seja escolhida uma mulher de sua casa que assegure a boa governança da jovem princesa recém-casada, e que seja mais velha, prudente, devota e boa: “E convem que ela tenha esguardo em duas cousas principalmente: a primeira que ela avise sua Senhora que de tal maneira se governe em bõos costumes que voz nem palavra se possa levantar contra sua honra; a outra que se tenha sempre em seu amor e em sua graça, as quaaes duas cousas se devem obrar per descriçom, porque mais grave cousa é de apagar o fogo depois que é aceso na casa do que proveer com se nom acenda”³⁰.

²⁷ Christine de PIZAN, *Le livre du duc des vrais amans*, a critical edition by Thelma S. Fenster, Binghamton, New York, 1995, disponível na open library.org – Internet archive. A obra terá sido escrita entre 1403-1405, segundo esta autora.

²⁸ Cf. Françoise AUTRAND, *Christine de Pizan. Une femme en politique*, Paris, Fayard, 2009, pp. 406-407.

²⁹ Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit., p. 168.

³⁰ *Ibidem*, p. 170.

Nos capítulos seguintes, a autora explica os cuidados que a governanta da princesa deve ter, brincando e educando a jovem princesa, fazendo com que seja respeitada pelas mulheres da sua corte, participando nas festas, mas advertindo-a sempre das qualidades do seu marido, estando ou não este presente para afastar dos galanteios dos *gintiis homeens*³¹. Mas, e se mesmo assim a sua senhora “se desvia em san-deus amores”? Deve redobrar os conselhos, falar-lhe asperamente e ameaçá-la de contar aos seus parentes mais chegados, deve mesmo falar ao homem que a perturba e pedir-lhe que a deixe em nome da sua honra de cavaleiro e da honra da sua senhora³².

Christine de Pizan conhece o ambiente na corte. Por isso, no seu romance “*Le livre du duc des vrais amans*” há uma personagem — Dame de la Tour, Sebile de Mont Hault³³ — a quem os amantes recorrem, que escreve uma carta à duquesa, em que lhe roga que arrepie caminho e não se deixe levar nas ilusões do amor que a podem destruir. No “*Livro das Tres Vertudes*”, Christine aconselha a governanta de qualquer princesa apaixonada a arranjar uma desculpa familiar, a sair da corte da sua Senhora e a escrever-lhe também uma carta.

O capítulo XXVII corresponde a essa carta, muito semelhante quanto ao conteúdo à referida no romance³⁴: “Minha muito amada Senhora, mal se poderiom contar os males e periigos que há na vida dos namorados. E por isso vos peço, Senhora, que vos nom metaaes em tal trabalho e se, por ventura hi havees algûu cuidado, que vos queiraaes retraer. E muito mais val cedo, que tarde, e tarde, que nunca!”³⁵. No romance, a heroína atende aos rogos de Sebile e regressa ao seu castelo e ao Duque. A pedido dos pais, vai para Espanha, e o afastamento arrefece o amor dos dois. Com esta carta, Christine pretende demonstrar às suas leitoras os perigos destes amores e como evitá-los na prática.

No segundo livro, a autora relembra ainda às damas e donzelas que, com os homens, é necessário ter cuidado, para que elas “nom façam boom gasalhado aos gin-

³¹ *Ibidem*, cap.º XXV.

³² Cf. *Ibidem*, cap.º XXVI.

³³ Christine de PIZAN, *Le livre du duc des vrais amans*, cit., p. 15.

³⁴ Cf. Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit., pp. 171-180.

³⁵ *Ibidem*, p. 195.

tiis homens” e que “nom hajam seus desenfadamentos convinhavees”³⁶, pois podem pôr em risco a sua honra, como a da senhora que é responsável por elas.

Embora num ambiente diferente da corte e dos paços de algum senhor ou senhora, também nas ruas e praças das cidades e nas aldeias as mulheres não devem responder aos rogos dos homens, para evitar a sua cobiça e os perigos de mancebia. “E com isto, molheres que se querem guardar de prasma (censura) se devem guardar de ir em companhias que nom sejam boas e honestas”³⁷.

Concluiremos esta parte dizendo que sendo esta obra de Christine de Pizan o complemento da “*Cité des Dames*”³⁸, obra escrita antes, que é uma utopia — uma cidade construída por mulheres e para as mulheres, onde desfilam todas as mulheres da História, da Bíblia e da Igreja e que culmina com a recepção da Virgem e das Santas nas portas da cidade, mostrando o valor da parte feminina da Humanidade³⁹ —, esta obra pretende, no seguimento da anterior, mostrar às mulheres do seu tempo, desde as rainhas às mulheres de “sandia vida”, que elas também têm um lugar nessa cidade.

Mas como chegar lá? Através do amor a Deus e da “Boa Nomeada”. No que se refere ao amor a Deus, há as que escolhem o caminho da vida contemplativa e se dedicam totalmente à vida religiosa, professando nos conventos. Christine manifesta a sua admiração e respeito em relação a estas, dá-lhes alguns conselhos⁴⁰, mas não é esse o caminho que propõe. Logo na primeira parte, no capítulo VI, através de um diálogo sobre a vida contemplativa e a vida activa, onde enuncia as razões e benefícios das duas, sublinha a necessidade da vida activa e de as mulheres, ao escolherem-na, terem um papel a desempenhar na sociedade em que vivem: “A vida activa é hûu outro estado de servir a Deos. E é tal que a pessoa que o quiser seguir será tam caridosa que desejará servir todos, por amor de Deos; e buscará os espritaes e vesitará os

³⁶ *Ibidem*, p. 218.

³⁷ *Ibidem*, p. 269.

³⁸ *The Treasure of the City of Ladies*, revised edition by Sarah Lawson, London/New York, Penguin Books, 2003.

³⁹ Cf. Maureen QUILLIGAN, *The Allegory of Female Authority. Christine de Pizan's Cité des Dames*, Ithaca/London, Cornell University Press, 1991 — Preface.

⁴⁰ Cf. *Ibidem*, 3.^a parte, cap.^o V — *Aqui devisa das virjeens*.

enfermos e os pobres, socorrendo-lhe do seu dinheiro e do trabalho do seu corpo, por Deos, segundo o seu poder”⁴¹.

Mais à frente é comparada a escolha de Maria Madalena (vida contemplativa) e a de Marta, que hospedava Jesus e os seus apóstolos e tratava dos afazeres da casa: “E o Senhor Deos a escusou, dizendo “Marta, tu és mui deligente em tua obra, que é booa e necessaria. E pero Maria escolheo a melhor parte“. Deste confronto bíblico, Christine conclui que sendo a vida contemplativa melhor, porque podemos deixar todos os ofícios mundanos para somente pensar em Deus, onde há mais perfeição, a vida activa é boa e necessária porque ajuda e socorre muitos⁴².

Como vimos, neste capítulo Christine dirige-se a todas as mulheres da sociedade a que pertence dizendo-lhes que podem almejar à cidade eterna (o Paraíso), amando Deus sobre todas as coisas e valorizando os bens espirituais em detrimento dos bens materiais. Mas, se for caso de os ter, administrando-os bem, para poder socorrer os que não os têm, sendo humilde, paciente e caridosa (fugir da vanglória).

Por último, exalta as mulheres a exercerem um papel de mediação na família, entre os senhores em litígio e entre o senhor e os seu súbditos, sempre no sentido de manter a paz. Ou seja, as mulheres têm um papel específico a cumprir em casa, na corte, na fazenda, na rua, nos hospitais e na Igreja. Se o cumprirem com sábia prudência serão bem “nomeadas” na terra e também no céu.

2 - A governação das mulheres

O dia-a-dia da princesa

Deixaremos aqui de lado as segunda e terceira partes do livro de Christine de Pizan que temos vindo a analisar, para nos centrarmos na primeira parte, dedicada às sábias princesas e altas senhoras, para melhor entendermos o modelo de princesa que nos é proposto pela autora. Este modelo de conduta e comportamento é ensinado pela Prudência: “a qual, primeiramente, lhe ensinará como, sobre todas as cousas da baixe-

⁴¹ *Ibidem*, p. 96.

⁴² *Ibidem*, pp. 96-97.

za deste mundo, deve amar honra e booa nomeada e lhe dirá: ‘nom despraz a Deos que as criaturas que vivem moralmente ao mundo amem a booa nomeada que é honra’⁴³.

Vejamos como deve ser o dia-a-dia da princesa.

Esta deve levantar-se muito cedo, as suas primeiras palavras devem ser endereçadas a Deus e só depois se arranjará; tendo poucas servidoras, fará a maior parte das tarefas no seu quarto⁴⁴. Depois deve ouvir as suas missas, tantas quanto for sua devoção, e, ao sair da capela com as suas damas, dará ordem para que aí estejam alguns pobres a quem “ela mesma, por homildade e devaçom, em memoria e sinal que ela nom deve desprezar a pobreza, e lhe dará esmola de sua mão”. E também ali receberá os pedidos e as perguntas que lhe forem feitas respondendo de forma breve, benigna e graciosa⁴⁵.

Depois, deve ir ao conselho, nos dias estipulados para tal. Sobre a sua presença no conselho, a autora explica: “Porque nom é duvida que, se esta Senhora a que é cometida grande governança — como muitos Senhores fazem a suas molheres, as quaaes teem boas e sajes, quando vãão a outras partes, que lhe leixam o carrego e a autoridade de governar toda a sua terra e Senhorio, e que seja cabeça de Conselho”. Assim, parece óbvio que a senhora deve presidir ao conselho que rege a sua casa, como sucede em Portugal com a Casa da Rainha, ou mesmo ao conselho régio, ou do senhorio, se o rei, ou senhor, estiver ausente⁴⁶.

A presença no conselho também deve obedecer a regras e Christine enumera várias, a saber: A Senhora deve estar sentada na sua cadeira de modo a que todos a reconheçam como a Senhora “e todos lhe hajam temor e reverença, como a Senhora de grande autoridade”⁴⁷. Aí ouvirá com diligência as propostas apresentadas e a opinião de todos, a favor e contra as mesmas, registando os pontos essenciais de cada uma; durante a discussão, deve ser avisada quando deve falar e responder. A autora

⁴³ *Ibidem*, p. 115.

⁴⁴ No texto, é referido o exemplo da rainha Joana, mulher do rei Carlos de França, que acendia, ela própria, as suas candeias para rezar. Cf. *ibidem*, p. 121.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 122.

⁴⁶ Cf. *ibidem*, pp. 121-122.

⁴⁷ *Ibidem*, p. 123. Nesta recomendação, é bem visível que há ou deve haver uma encenação própria do poder e das atribuições de cada um, que devem ser apreendidas por todos os presentes e sobretudo por quem manda, neste caso a senhora.

sugere que a senhora deve ser informada, previamente, dos assuntos a debater, para poder intervir sem que seja tida por “simpres” ou “inorante“. Para que isso aconteça deve escolher com cuidado alguns homens “bõos e de boa vida e leaaes”, inteligentes e sem cobiça, de modo a estar sempre informada e preparada para as questões a debater⁴⁸. Voltaremos a esta questão mais adiante, quando falarmos da governança do património.

Depois de acabado o conselho, irá então comer. Também aqui há regras a cumprir. Especialmente nos dias de festa, deve comer na sala com as suas donas e donzelas e “as pessoas que lhe pertecer”, por ordem, de acordo com o seu estado, e assim lhe será servida a refeição. Haverá “hûu bõo homem”, que contará “boas estórias antigas e enxemplos dos passados”⁴⁹.

Levantadas as mesas e dadas graças, se estiverem presentes príncipes, senhores, donas, donzelas ou outros estrangeiros, deverá recebê-los particularmente, por ordem do seu estado: “e falará com eles doce e alegremente, d’hûu maneira aos velhos e doutra aos mancebos”⁵⁰. Depois, retira-se para a sua câmara e repousa.

Mais tarde, se for “dia de fazer” e não tiver outra ocupação, para evitar a ociosidade, deverá, com suas filhas, damas e donzelas da sua casa, fazer alguma obra (tecer, bordar), ordenando que cada uma diga sua “estória honesta e de prazer. E ela meesma rirá com elas e tomará seu desenfadamento, assi que todas a amarom por sua benenidade de todo seu coração”⁵¹. Nem sempre as coisas correriam assim e daí as recomendações para manter ocupadas as mãos e a cabeça das mulheres sob sua guarda e os conselhos dados contra a inveja e o maldizer, que já abordámos no capítulo anterior.

Até à hora de vésperas, ficará com elas ou resolverá assuntos de sua casa; depois, orará na sua capela, com os capelães.

No Verão, irá “folgar” a algum jardim, até à hora da ceia. Depois, se ainda houver alguns que lhe queiram falar, deixará que entrem e ouvi-los-á.

⁴⁸ Cf. *ibidem*, p. 123.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 123-124.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 124.

⁵¹ *Ibidem*, p. 124.

Quando chegar a hora de dormir, retirar-se-á para a sua câmara, voltando novamente a rezar e a entregar-se a Deus⁵².

A governança da família

Começando pelo relacionamento com o marido, sabemos que a grande maioria dos casamentos, sobretudo na nobreza, obedecem a estratégias familiares de poder que têm muito pouco em conta os sentimentos dos intervenientes e ainda menos os das mulheres. A maior parte delas saía de casa dos pais e, pelo casamento, passava a viver noutra casa, noutro senhorio ou até noutro reino, como no caso das princesas e grandes damas às quais a obra se dirige e que passavam a lidar com outra família: a do marido. Tendo em conta que muitas eram bastante jovens, a adaptação não era nada fácil e o ambiente da corte não era tolerante; havia que amadurecer depressa, criar alguns aliados, garantir a descendência, para solidificar o seu poder junto do marido e da Corte. Para isso, era preciso fomentar o bem-estar e a paz do marido. É neste sentido que se inserem os conselhos de Christine às mulheres casadas: “é-lhe necessário que ame seu marido e viva em paz com ele. E doutra guisa, ela achou os tormentos do inferno, onde nom há senom todo desamor e tempestade”⁵³.

Christine não perde muito tempo a falar sobre os sentimentos que devem unir o casal, preferindo desmistificar o amor cortês como vimos no anterior capítulo. Já o rei D. Duarte, na sua obra “*Leal Conselheiro*”⁵⁴, datada de 1438, portanto anterior à tradução que temos vindo a utilizar, e que é igualmente um livro didáctico-moralista, no qual o monarca apresenta uma série de conselhos sobre vários temas, dedica nove capítulos “às maneiras de Amar”⁵⁵. Embora não seja um manual destinado às mulheres, tem um capítulo sobre a vida em família, outro “Da maneira que se deve ter para as boas mulheres recearem melhor os seus maridos”, outro “Do perigo da conversação das mulheres espirituais, tirado de um tratado de São Tomás de Aquino” e ainda outro “da maneira como devem Amar os casados”.

⁵² Cf. *ibidem*, pp. 124-125.

⁵³ *Ibidem*, 126.

⁵⁴ D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, actualização ortográfica, introdução e notas de João Morais Barbosa, Lisboa, Imprensa Nacional–Casa da Moeda, Lisboa, 1983.

⁵⁵ *Ibidem*, cap.^{os} RI, RV, RVI, RVII, RVIII, RIX, LXVII, LXIX, LRVIII.

Partindo da sua percepção da relação dos pais — D. João e Filipa de Lencastre — e da sua própria vivência como marido de Leonor de Aragão, escrevendo a obra a pedido desta⁵⁶, D. Duarte explica então como começa o sentimento amoroso: “é um geral prazimento por dívido (parentesco), benfeitoria, bondade, saber, fama ou algum merecimento. E aqesto da parte do entender ou por sentimento do coração, da vista, fala, boa graça no que faz, ou por concordância da compleição, qualidade ou nascenças. Dali cresce até ser por cada uma destas partes mui especial, com o qual vem amor. E dele nasce desejo de fazer todo bem que puder a quem assim ama, por folgar em o fazendo e ser dele assim amado como ele sente, quer amar e obrar afeição com tal pessoa maior e melhor que se puder haver”⁵⁷.

A este sentimento que vai nascendo pela conversação, desejo de estar perto e bem-querer entre pessoas próximas (de igual estado) deve contrapor-se a paixão: “Do grande amor se gera um fermento no coração que faz crescer todas as paixões já ditas do desejo, deleitação, sanha, tristeza e assim das outras em toda cousa, de bem e do contrário, que muito pertencem a quem amar por grande amizade ou rijos amores”⁵⁸.

Esclarecido assim o sentimento recomendado aos bem casados, através da análise pessoal e, diríamos hoje, psicológica de D. Duarte, voltemos a Christine e aos seus conselhos práticos sobre como tratar o marido, velho ou jovem: “Ela lhe será homildosa em todo o feito e palavra”; “com reverença, lhe obedecerá sem murmuração”; “guardará sua paz, a todo seu poder”; e, ainda, “lhe mostrará amor”.

Cuidará da alma do marido, recorrendo ao seu confessor para lhe pedir conselhos e dar alguns recados quanto a comportamentos que lhe desagradem, porque manchados “de feo pecado”; quanto ao seu corpo, deve cuidar da sua saúde, estando amiúde com os médicos e providenciando tudo o que estes recomendarem. “E porque é ordem do real estado que as Senhoras nom estem sempre acerca dos maridos (...) o veerá o mais amiúde que poder. E do veer será muito leda. E, enquanto estiver com ele, sempre falará em cousas que lhe aprazam, tendo contenença mui leda”⁵⁹. Pensamos que este estar próximo, aqui recomendado, vai na linha do sentimento de proximidade de bem-querer, nomeado por D. Duarte, que também dá conselhos aos seus

⁵⁶ *Ibidem*, p. 21.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 216-217.

⁵⁸ *Ibidem*, pp. 220-221.

⁵⁹ *Ibidem*, pp. 127-128.

leitores sobre como tratar as mulheres no capítulo RVI, *Da maneira que se deve ter para as boas mulheres recearem melhor seus maridos:*” Para os maridos melhor serem temidos, não sei para as semelhantes boas mulheres mais proveitosa regra que trabalhar por ser delas bem amados, governando-se tudo virtuosamente, porque tal amor traz mais real e perfeito temor de anojá a quem duvida somente de perder alguma parte de boa vontade e doce conversação que entre eles é, que a outras feridas nem ameaças podem fazer. E aquestas regras me parecem para isto razoadas”⁶⁰.

Mas se Duarte e Leonor parecem ter uma relação harmoniosa, como se depreende dos conselhos dados pelo monarca, e se Christine também foi feliz com o seu marido, escolhido na corte francesa pelo pai, como parece depreender-se dos seus poemas, escritos depois de enviuvar, ela sabe que a maioria dos casamentos não seria assim: “E ponhamos que o marido fosse de maos costumes, perverso e aspero, e de pouco amor contra sua molher, de qualquer estado que ela seja, ou se desavia em amor doutra molher ou de muitas!”⁶¹. Nestas circunstâncias, “a sajes Senhora trabalhará com sajes doçura de o atraher a si. E se vir que é bem de lhe dizer algûa cousa, ela lho tocará adeparte, docemente e benignamente: hûa vez, o amoestará per devaçom; outra, per piedade que deve haver dela; outra vez em riindo, como se jogatasse com ele”⁶².

Se tal não resultar, mandará dizer-lho por boas pessoas e pelo seu confessor. E se, mesmo assim, passar o tempo e ele não se emendar? Christine formula a pergunta que sabe que as suas leitoras lhe estão a fazer. Então, “Seu socorro será a Deos. E trabalhará de se poer em paz, sem mais lhe falar”. E garante que nenhum homem é tão perverso que a consciência e a razão não lhe digam “tu as torto contra tam booa e honesta molher como te Deos deu, que a nom amas!” E assim terá ganho a sua causa, graças ao seu esforço e sofrimento⁶³.

Ainda sobre o relacionamento com o marido, é aconselhado à princesa que receba bem os parentes do esposo e, se houver uma disputa entre eles, que trabalhe para reconciliá-los: “Este sinal, com os outros, dá certidom do amor e lealdade que ela

⁶⁰ *Ibidem*, p. 227.

⁶¹ Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit. p. 129.

⁶² *Ibidem*, p. 129.

⁶³ *Ibidem*, p. 130.

haverá a seu Senhor”⁶⁴. Sobre o mesmo assunto, no capítulo XXII, *Aqui devisa a booa e nobre governança da sajes princesa que fica viuva*, Christine, além de dar conselhos sobre o luto e o respeito que deve ser dedicado à memória do marido, afirma: “Mas se acontecer que ela fique viúva com seu primojenito melhor d’idade, e que naça contenda antre os barões de sua terra sobre a governança dele, ali convem que ela empregue sua prudencia por os meter em paz, porque nehûa guerra de imigos estranhos pode seer tam perigosa como esta. E por esto a sajes Senhora será booa medeaneira antre eles, per sua prudente governança, pensando os males que podem viinr de seus debates, vendo seu filho ainda tam novo. E pera esto fazer buscará as mais convinhavees maneiras que ela poder, tratando-os per doçura, com bõõ e leal conselho”⁶⁵.

Também Rui de Pina, na sua “*Crónica de el-rei D. Afonso V*”, logo depois de referir a morte inesperada do rei D. Duarte e a leitura do seu testamento em que entregava a regência do reino a D. Leonor, assinala o que foi transmitido à rainha, a esse propósito:

*“Senhora, o peso d’este cargo de reger, que assi tomaes, é muito grande e tal que muitos barões abastados de fortaleza de coração e de prudência o recearam. E por serdes mulher e ainda estrangeira, como quer que para isso haja em vós sã consciência e conhecidas virtudes com mui santo desejo, em caso que não houvésseis n’elle alguma contradição, certo duvidamos que o possais sofrer; porque Vossa Senhoria há-de consirar que são n’este reino três Infantes, grandes Principes, e de muita autoridade e naturais da terra, que hão d’estimar por quebra e abatimento de seus estados serem regidos por mulher, especialmente não natural, nem herdeira, como vos sois, e que o por suas bondades e assessego de todos quisessem consentir, não faleceriam outros amigos de novidade, que lho fariam sentir e obrar por outra maneira: do que se não podem escusar ódios, escândalos e outros muitos males”*⁶⁶.

Nos primeiros tempos a rainha, grávida, parece compreender a situação: ter um primogénito menor, ser estrangeira, mulher, e ter vários cunhados com senhorios e

⁶⁴ *Ibidem*, p. 132-133.

⁶⁵ Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit. p. 162.

⁶⁶ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, Lisboa, 1901, vol. 1, p. 18.

autoridade forte junto do povo. Daí que, ou consegue o seu apoio — o primeiro regimento é a prova de que esse acordo era possível entre ela e os infantes⁶⁷ — ou tenta manipular, ou é manipulada para apoiar as pretensões de um entrando em litígio com os outros. A sua mediação — que seria um trunfo a seu favor — deixa de existir, assim como qualquer outra — D. Henrique tentou fazer esse papel entre a rainha e o irmão D. Pedro — mas não resultou: o seu poder enfraquece, havendo revoltas, nomeadamente em Lisboa⁶⁸, e a rainha acaba por ter de abandonar os filhos e procurar apoio em Castela, junto dos seus irmãos. Aí acabou por falecer sem honra⁶⁹, como diria Christine.

Sempre sobre a jurisdição da sábia Prudência, vislumbramos como deveria ser o dia-a-dia das princesas, percebemos como seriam as suas relações com o marido e até os cuidados que uma princesa viúva devia acautelar para não pôr em causa a governação do seu senhorio ou reino.

Mas voltemos, novamente, à esfera familiar e vejamos como deve ser a boa governação dos filhos.

Pizan começa por dizer que é da natureza das mães saber tratar e cuidar dos seus filhos e “assi a sajes princesa haverá cuidado de ordenar a quem d’eles haja a governança e como eles farom seu dever”⁷⁰. Ela mesma visitá-los-á amiúde e verá deitar e levantar. Será diligente em ensiná-los primeiramente a servir Deus e depois os outros saberes. Terá cuidado na escolha do mestre e dos outros que serão ao seu serviço, de modo a que as crianças aprendam a ler e as outras ciências no tempo conveniente e que, quando forem mais velhos, “sejam amoestados nas cousas do mundo e da governança que lhes perteece e do que é necessário aos princepes de saber e todo amoestamento de virtudes e o caminho de fugir dos vícios”⁷¹.

Para conferir esta educação, deve estar com os filhos amiúde e repreendê-los, se as suas maneiras não forem as melhores. E far-se-á “temer a eles, de guisa que lhes hajam reverença e lhe façam honra”.

⁶⁷ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. I, p. 30.

⁶⁸ *Ibidem*, pp. 56 e 73-75.

⁶⁹ A rainha morre em Toledo, em 1444, sem voltar a ver os filhos e depois de aceitar a plena regência de D. Pedro, com quem se tinha incompatibilizado.

⁷⁰ Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit. p. 134.

⁷¹ *Ibidem*, p. 135.

Depois destas recomendações genéricas, a autora faz outras mais específicas, para a educação das raparigas: assim, a mulher que governar as suas filhas deve ter bom nome, ser devota e amar a honra, ser prudente e sábia quanto às coisas do mundo e saberá ensinar isso à filha do grande príncipe para que “nom ande molher de maa nome nem mal condiçoadá nem leve de fea maneira, afim que a moça nom tome d’ela algûu enxemplo”⁷². Ou seja, o cuidado na escolha dos mestres deve ser redobrado quando se trata das raparigas, que devem aprender a ler, consultar o livro de horas⁷³ e outros de devoção ou que falem de bons costumes.

Conclui, afirmando que a mãe “sezuda” deve dedicar particular cuidado à educação e doutrina das suas filhas e que, à medida que estas crescem, mais deverá tê-las próximas de si e dar-lhes exemplo com “a sua sesuda e honesta maneira”⁷⁴.

Sabemos que, no tempo de D. João I e de D. Duarte, era muito apreciado o “*Tratado sobre a educação dos príncipes*”, de Egídio Romano, e mesmo o Infante D. Pedro n’ “*O Livro da Virtuosa Bemfeitoria*” o refere: “o livro da ensynança dos príncipes, que compôs mestre Frey Thomas de Aquyno, e o livro do Regimento dos Príncipes, que composto per Frey Gil de Roma. E o livro do Comuum fallamento das cousas que a todollos stados perttçem, que foy ordenado per joham de Galez (João de Galles) e savera cousas mais specalmente pertteeçentes a este”⁷⁵.

Embora não encontremos referências específicas em relação ao papel da mãe na educação dos príncipes e das princesas, podemos perceber que ler, escrever, saber latim e rezar faziam parte da boa educação dos príncipes da dinastia de Avis, sendo reforçados com cuidados especiais, como o fez D. Afonso V em relação a D. João II, que, ficando sem a mãe com sete meses, terá sido educado pela tia materna, acompanhado “de moços bem ensinados pera se criarem com ele, e o servirem” sendo neste grupo que o príncipe fará as suas aprendizagens, tanto eruditas como de lazer⁷⁶.

⁷² *Ibidem*, p. 136.

⁷³ Rui de Pina, na *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol.I, cap.CXXXII, p. 124, refere que as irmãs do rei possuíam os seus Livros de Horas.

⁷⁴ Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit. p. 136.

⁷⁵ In *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, 3.^a ed., introdução e notas de Joaquim Costa, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1946, Livro II, cap. XXVI, p. 150; uma referência à obra de Egídio Romano é feita no Livro I, cap.º XVII, p. 57.

⁷⁶ Cf. *ibidem*, p. 58.

Mesmo entre a aristocracia era frequente as mulheres morrerem de parto e as crianças falecerem nos primeiros anos de vida, pelo que assegurar a descendência significava ter muitos filhos, porque não se sabia quais os que sobreviveriam e atingiriam a idade adulta. Por exemplo, o primogénito de D. João I foi durante dez anos D. Afonso; por morte accidental deste, foi D. Duarte que passou a ter sobre os seus ombros a missão de suceder a seu pai. Em nossa opinião, essa nova expectativa sobre a sua responsabilidade deve ter influenciado muito a relação de pai e filho a partir de então. Daí o retrato que nos faz passar no cap.º LRVIII, *Da prática que tínhamos com El-rei, meu senhor e padre, cuja alma deus tenha*, do “*Leal Conselheiro*”: de grande admiração, mas ao mesmo tempo de grande temor ao pai. Diríamos até em termos psicológicos — o medo de desiludi-lo — que este temor pelo pai perpassa também pelos irmãos: “Eramos bem guardados, por cousa que ele fizesse contra nosso prazer e vontade, de lhe mostrar por jeito, dito ou mostrança que nos enfiávamos ou arrufávamos, nem triste continência, nem a outra pessoa dele nos agravávamos, mas tudo que nos parecia lhe razoávamos como bem entendíamos, concluindo que, pois era nosso senhor e padre, parelhados éramos de seguir e sofrer a todo poder sua vontade”⁷⁷.

Se tivermos em conta a forma como descreve o seu *humor menencórico* (em oito capítulos) e a forma como saiu dele, compreendemos que a esta imagem do pai correspondia do outro lado a forma metódica, esforçada e racional de fazer o que dele se esperava como filho, como irmão, como marido e como rei⁷⁸. Se a virtude dominante no “*Leal Conselheiro*” é a Lealdade⁷⁹, que está presente em todos os capítulos, a segunda virtude é a Prudência, presente em nove capítulos da obra⁸⁰.

Para concluirmos sobre as relações familiares, diremos ainda que a orfandade de pai ou mãe era frequente e as crianças acabavam criadas pelas tias ou tios mais próximos. Como Afonso V, que perde o pai com seis anos em Setembro de 1438 e, depois das várias atribulações da regência, já atrás mencionadas, perde a mãe. A sua educação fica inteiramente a cargo do tio, o Infante D. Pedro, tal como os restantes irmãos, excepto D. Fernando, que, ainda em vida da mãe, é adoptado por D. Henrique

⁷⁷ D. DUARTE, *ob. cit.*, p. 421.

⁷⁸ Cf. João Morais BARBOSA, “Introdução” ao *Leal Conselheiro*, *cit.*, p. 15.

⁷⁹ D. DUARTE, *ob. cit.*, pp. 444-446.

⁸⁰ *Ibidem*, cap.ºs L-LIII e LV-LIX.

e será o seu herdeiro legítimo⁸¹. A educação das crianças menores pelos tios foi uma prática comum e o mesmo viria a suceder com os filhos do monarca anteriormente referido: Joana e o futuro D. João II, ao perderem a mãe, ainda bebês, ficaram sob os cuidados da sua tia materna D. Filipa.

A governança do património e dos súbditos

A princesa deve também, com o auxílio da prudência, saber gerir o seu património. Quererá saber como os seus vedores governam as suas gentes e exigirá que lhe apresentem as contas das suas despesas e rendas. Quererá também saber do dinheiro dispendido na sua casa pelos seus despenseiros e deve despedir aqueles que não sejam honestos e de boa vida. Todas as coisas adquiridas ao povo nas suas terras devem ser justamente pagas e os bens adquiridos aos mercadores devem ser pagos num determinado dia “nom querendo suas maldições nem desamor”⁸². Quanto aos cobradores das rendas, a autora recomenda que não mintam nem façam andar as gentes de termo em termo para o pagamento das rendas, mas que combinem um dia conveniente para que as possam pagar.

Vejamos como deve a sábia princesa administrar as suas rendas. Deve dividir o seu rendimento em cinco partes: a primeira será para os pobres, a segunda para as despesas de sua casa, a terceira para pagar aos oficiais e mulheres de sua casa, a quarta será para outras pessoas fora da sua casa que o mereçam, a quinta será para guardar e o que sobejar será então gasto para si em roupas, jóias e o que entender para seu prazer. Cada uma destas partes terá a quantidade de dinheiro que a sua renda permitir. Christine conclui: “E assi, per este regrado caminho, poderá haver ordem em todas suas cousas sem confusom. Nem lhe falecerá dinheiro pera cada hũa destas despesas, per que lhe convenha buscá-lo per outra parte, per maneiras nom lícitas, e com sua perda”⁸³.

Administrada a renda de forma conveniente, como deve a Princesa governar os súbditos de suas terras? Já vimos atrás que a autora recomenda que a Senhora par-

⁸¹ Ana Rodrigues OLIVEIRA, “A criança”, in *História da Vida Privada*, dir. por José Mattoso, vol. 1 – *A Idade Média*, coord. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2010, p. 277.

⁸² Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit., p. 152.

⁸³ *Ibidem*, pp. 152-153.

ticipe, opine e seja informada do que se passa no seu conselho, devendo ter lá pessoas da sua casa e de sua confiança. Reafirmará mais adiante este propósito dizendo: “e mandará que venham a ela alguuvas vezes e recebe-los-á honradamente. E falará com eles, em grande siso, palavras d’autoridade, o mais que ela poder, e os teerá em amor” e assim, se houver alguns que digam alguma coisa contra ela ou contra o príncipe, o conselho estará do seu lado e informá-los-á do que se passa. Ainda neste sentido, é aconselhada a que tenha boas relações com os letrados “que teem carregos das cousas do povoo comuu, assi como vogados” e também não deve esquecer os homens da justiça e principais burgueses das cidades e vilas, bem como os mercadores e mesterais, que mandará vir a ela para os ouvir, recebendo-os com agrado a fim de “que eles fossem por ela, se mester lhe fosse, e, se necessidade lhe viesse, que ela podesse deles ser socorrida” e se lhes dever alguma coisa, deve respeitar os termos do contrato e pagar-lhes, no dia combinado, para que a sua palavra seja respeitada e bem nomeada por estes súbditos. E quando as mulheres destes homens bons a visitarem, ela deve recebê-las bem “e fallará com todas amigavelmente, de que serom contentes e louvarom seu saber e sua booa vontade”⁸⁴; e as mandará chamar a suas festas “e as fará ser com suas donas e donzelas, segundo seus estados”⁸⁵.

Neste aspecto das recepções, das festas e dos convidados, Christine faz uma recomendação sobre os presentes. Assim, quando a princesa receber presentes de grandes senhores, deve presentear e receber bem os mensageiros, melhor ainda se forem estrangeiros, porque estes dirão bem de si aos seus senhores quando regressarem. Quanto aos presentes dados por grandes senhoras, deve retribuí-los com presentes semelhantes ou melhores. Mas, se alguma pessoa pobre ou mais abastada lhe faz um serviço ou lhe manda um qualquer presente, deve elogiar essa pessoa ou o presente que lhe mandou e retribuí-lo⁸⁶.

Sobre as relações da senhora com os seus súbditos há ainda a referir a protecção que o senhor deve ao seu súbdito e de que a princesa pelo seu estado deve dar o exemplo, socorrendo os da sua terra ou estrangeiros que tenham ficado prisioneiros, gentis-homens que não tenham com que sustentar-se e outros casos que a princesa

⁸⁴ *Ibidem*, p. 146.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 147.

⁸⁶ Cf. *ibidem*, pp. 155-156.

deve atender e que mostrarão a sua grandeza e generosidade perante os seus e perante Deus⁸⁷.

Quisemos mostrar neste capítulo que a autora recomenda às mulheres (princesas e altas senhoras) que governem efectivamente o património que lhes é dado por casamento (cidades, vilas, impostos sobre determinados bens), tomando assento nos conselhos, das suas terras, gerindo as suas rendas, dirigindo os funcionários de sua casa. Governando com sabedoria todos os grupos sociais que estavam na sua dependência: receber, agasalhar e ouvir são as palavras que nos ficam quanto à forma de os governar. Ou seja protegê-los, em caso de necessidade, para a poderem socorrer ou bem nomear em caso de conflitos entre senhores. No caso português, as rainhas ao casarem constituíam a sua casa própria, que passavam a administrar de forma autónoma. Nos contratos de casamento, aparecem nomeadas as vilas, cidades e rendas que pertencerão à rainha e que ela passará a administrar autonomamente. Na dinastia de Avis, há ainda o caso da Infanta D. Isabel, filha de D. João I e Filipa de Lencastre, que herdou o património de sua mãe, depois da morte desta em 1415, e o administrou até ao seu tardio casamento com Filipe, o Bom, tornando-se duquesa da Borgonha, e o da infanta D. Joana, filha de D. Afonso V, que, por morte prematura da mãe, passa a gerir a sua casa. Sabemos igualmente, e, na segunda parte deste trabalho voltaremos a elas, da sua interferência no governo do reino e nos conflitos que o marcaram, ao longo do século XV.

Por fim e tendo a consciência de que nem sempre os homens davam às suas mulheres este lugar na gestão dos assuntos familiares e muito menos na administração dos seus bens e dos súbditos, Christine de Pizan dirige-se a eles — uma única vez na obra — para os repreender: “Porque sandeu é o homem, de qualquer estado que seja, quando é certo que tem booa e sajes molher, se lhe nom dá autoridade de governar, ainda que sejam de tam maaos entender, que nom conheçam onde o siso e bondade som assentados, e se fundem sobre openiom que em siso de molher nom pode haver grande governança, do que muito ameude veemos o contraio”⁸⁸.

⁸⁷ Cf. *ibidem*, p. 155.

⁸⁸ Cf. *Ibidem*, p. 158.

A governança das viúvas

No que diz respeito às viúvas, grande preocupação de Christine, depois de alguns conselhos sobre a maneira de fazer o luto e manter a memória do marido, a que já fizemos alusão na abordagem respeitante à família, a autora afirma que a senhora viúva terá de ter cuidado e preocupação com as suas coisas. Considera três situações: a princesa que fica viúva sem filhos, a princesa que fica viúva com filhos mas em que não foram feitas por seu marido as partilhas entre eles, e a princesa viúva com o primogênito menor. Em todos os casos e acabado o período de nojo conveniente, deve a princesa convocar o seu conselho para reforçar os laços de vassalagem e lealdade que existiam durante a vida do seu Senhor e que devem continuar. No caso da princesa sem filhos, deverá exigir perante o conselho a gestão do património que foi o seu dote de casamento; no caso de ter filhos, deverá escolher pessoas de bom conselho e consciência que façam as partilhas das terras e outros benefícios pelos herdeiros de forma justa, de modo a não criar desavenças entre eles e servindo o mais velho como serviam ao seu senhor (o pai)⁸⁹. No último caso, por estar em causa a governança do reino e o período até à maioridade do príncipe herdeiro, exige-se da rainha viúva uma prudência redobrada que Christine já tinha recomendado em capítulos anteriores, na mediação entre os interesses dos vários senhores do reino, mas também porque tem de garantir a lealdade dos que estão sobre a sua dependência e destes sobre o seu povo: “E ser-lhe-á necessário teer em amor seus barões, pera os teer leaes e de bom conselho a seu filho, e de melhor coração pelegem por ele, se mester for, e mantenham a guerra. E per essa mesma guisa ao povoo, afim de que de melhor vontade o ajude com o seu, se lhe mester for, pera sua guerra”⁹⁰. Christine alerta que, nestas circunstâncias, existindo conflitos de poder pela coroa, “o povoo oprimido e asperamente trautado” pode revoltar-se. Para que isso não aconteça, a princesa “falará com eles pera os confirmar em sua lealdade, e que outrem os nom possa mover ao contrario, dizendo-lhes per doces palavras, rogando-os que se nom anojem se em algũa maneira som agravados dos carregos da guerra ou doutros trabalhos, que esto nom durará longamente e que ela será bem nembrada — e assi o encomendará a seu filho que sempre seja nem-

⁸⁹ Cf. *Ibidem*, pp. 160-161.

⁹⁰ *Ibidem*, pp. 162-163.

brado — da muita lealdade que eles acha. E taaes palavras lhe dirá que poderom muito aproveitar em tal caso e os guardará de rebeliom”⁹¹.

Esta preocupação para evitar a rebelião dos povos volta a estar presente nas recomendações que Christine faz às novas princesas viúvas para que escolham muito bem os oficiais e gente de sua casa e “desejará de os teer em paz e guardar e defender de todos males, a seu poder, e em todo os teerá em seu amor. E quererá ser vesitada deles e de suas molheres, amiúde, e far-lhes-á boom gasalhado”. Esta boa recepção deverá ser estendida aos mercadores e suas esposas, bem como às mulheres das suas aldeias que a visitem.⁹²

A princesa recém-viúva, além de administrar os seus bens e rendas, proteger e assegurar o sustento aos seus súbditos, mantendo e até alargando a sua lealdade, deve também visitar e consolar os doentes, ser contida no vestir, no falar e, finalmente, não falar nem escutar ninguém que fale em casamento sem o saberem aqueles que a devem aconselhar.⁹³

⁹¹ *Ibidem*, p. 163.

⁹² *Ibidem*, p. 165.

⁹³ Cf. *Ibidem*, pp. 166-167.

2ª PARTE

ISABEL DE LENCASTRE – A *PERFECTA RAINHA*

1 - Infância e educação

Nesta parte do nosso trabalho, iremos ver de que modo o modelo proposto por Christine de Pizan foi ou não assimilado pela corte portuguesa no século XV, procurando, através das fontes disponíveis, entrever o comportamento daquela que foi responsável pela tradução em português da obra que analisámos nos capítulos anteriores. Sobre o percurso do manuscrito francês original, a sua tradução e o manuscrito final daremos algumas notas no final deste capítulo.

Isabel de Lencastre, também conhecida e referida como Isabel de Coimbra ou ainda Isabel de Avis, nasceu no paço da cidade do Mondego em 1 de Março de 1432, filha do Infante D. Pedro “o das sete partidas” e de D. Isabel de Urgel, filha de D. Jaime, conde de Urgel, e de D. Isabel, filha de D. Pedro IV de Aragão. Deram-lhe o nome próprio da mãe, da avó materna e da tia paterna, Isabel. No mesmo ano, no paço de Sintra e a 13 de Janeiro, tinha nascido Afonso, futuro rei Afonso V, terceiro filho de D. Duarte e D. Leonor de Aragão⁹⁴, que subiram ao trono no ano seguinte⁹⁵, sucedendo ao rei D. João I, avô paterno de Isabel e de Afonso.

Nos primeiros anos, Isabel e Afonso terão estado sob a atenção das respectivas mães, que terão escolhido uma boa, saudável e devota ama de leite, pois pensava-se que as qualidades pessoais da ama, passando para o leite, podiam influenciar a personalidade e a saúde futura das crianças. D. Duarte, pai de várias crianças pequenas, reúne e guarda no seu “*Livro de Conselhos*” (ou “*Livro da Cartuxa*”) duas receitas sobre o aleitamento — “*Pera as tetas das mulheres quando paryrem*” e outra “*Mezinha pera quando caem os mamilos*”, em que recomenda: “Tomar as galhas pisadas e poe com o dedo nos mamyls”⁹⁶. Isto mostra-nos que o próprio monarca está a par

⁹⁴ Enquanto a família de Leonor obtém o trono aragonês, a família de Isabel é derrotada e afastada do poder, chegando mesmo o seu pai a ficar prisioneiro do pai de Leonor. Por casamento, estas damas acabam por vir para a corte portuguesa e serem cunhadas, não devendo ter sido fácil o convívio entre ambas. Cf. Joana BOUZA SERRANO, *As Avis*, Lisboa, Esfera de Livros, 2010, p. 141.

⁹⁵ A 15 de Agosto de 1433, no paço da Alcáçova de Lisboa.

⁹⁶ *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, transcrição de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982, pp. 257 e 264.

dos problemas relacionados com o aleitamento dos bebés, que nesta época se tenderia a prolongar no tempo, até as crianças começarem a comer alimentos sólidos e mesmo depois disso.

Sendo esta uma terceira geração da dinastia de Avis e sabendo nós do empenho e cuidado posto por Filipa de Lencastre na escolha dos mestres e do seu próprio acompanhamento da educação dos filhos, não será de estranhar que estes reforcem a mesma preocupação com os seus descendentes. Criadas em famílias plurilingues em que o português, o castelhano e o catalão eram línguas de conversação quotidiana, mas em que o inglês e o francês cortesão seriam também falados e compreendidos, estas crianças aprenderiam a ler e a escrever nestas línguas. Para além das línguas de uso quotidiano também teriam preceptores para aprenderem a língua franca da época: o latim. Teriam igualmente conhecimentos de música, astrologia/ astronomia e matemática. O infante D. Pedro, tendo viajado pela Europa e tendo permanecido nas cortes europeias mais intelectualizadas, terá um cuidado especial em educar os seus filhos e depois, quando assume a regência, os filhos do seu irmão, nomeadamente o príncipe Afonso, futuro rei de Portugal. O seu “*Tratado da Virtuosa Benfeitoria*”⁹⁷, em que o infante tem a colaboração (alguns aventam co-autoria) do dominicano frei João Verba, é todo ele um espelho para servir de exemplo aos príncipes e à sua forma de governação dos súbditos, teremos de vê-lo como um manual educativo, que encerra os valores e princípios fundamentais da cultura política de Quatrocentos, como refere o historiador Saul Gomes na sua biografia de Afonso V⁹⁸. Sobre o método a utilizar na educação dos filhos — pedagogia, diríamos hoje —, vejamos o que é recomendado:

“ ... os padres som causa pera os filhos serem, assy lhes deuem de aazar maneyra pera uiuerem uertuosamente, dando dous beneffficios, dos quaaes o primeyro he chamado castigo. E consyderando esto o sabedor em xxx capitullo do eclesiástico diz. Quem ama o filho, a meude o castiga. E porem uera dele prazer, e rreçebera dele louvor se o ensinar. E leixando herdeyro semelhante assy mesmo, ffara noio a seus emmygos, e grande prazer aos que lhe bem quiserem. En esto porem deuem ser cautelosos en tal modo, que por castigarem

⁹⁷ *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, introdução e notas por Joaquim Costa, Biblioteca Pública Municipal do Porto, Porto, 1946, p. XXIII.

⁹⁸ Saul António GOMES, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2006, p. 57.

sobeiramente nom se façam crueuees, nem leixem os filhos cayr em pecado, com perdoança desordenada em a qual alguus nom poendo femença, assanhousse deos contra elles. ... O II benefiço que aos filhos deue ser feyto he o de boa enssynança, em a qualles deuem ser acostumados, per tal guisa, que posto que a sua uentura faleça, eles possam ser mantheudos per arte, uiuendo com honrra em aqueste mundo”⁹⁹.

De referir, ainda, o apreço em que era tido na corte de D. João I e D. Duarte a obra de Egídio Romano de que já fizemos referência em capítulo anterior. Para além desta aprendizagem intelectual, que podemos sintetizar em ler e escrever em várias línguas, saber latim e rezar¹⁰⁰, as aprendizagens mais práticas, que tinham a ver com a suas actividades futuras, serão distintas.

Isabel aprenderá a tecer, a bordar e a organizar uma casa, com a sua mãe, damas e donzelas da sua casa, como prescreve o Infante D. Pedro no seu tratado, recorrendo ao exemplo do imperador Octaviano:

“E semelhaelmente fez enssynar suas filhas a fiar, e a tecer, e usauam de todallas artes en que sse ocupar o stado das molheres, e que pudessem fazer uestidos, e a coser as mandou acostumar, dizendo que se a uentura as geytasse em desesperada mingua, ellas soubessem acorrer per arte aos falecimentos”¹⁰¹.

Afonso aprenderá, juntamente com os moços de sua casa, a cavalgar e outras artes relacionadas com a caça e arte da guerra, tudo o que um cavaleiro deverá saber para manejar as armas com eficácia e sucesso, como diz o seu avô, no prólogo da sua obra, “que falla das razões per que os cavalleiros e scudeiros devem ser boos cavalgadores por o bem e honrra que de tal manha segue”¹⁰², juntamente com os moços de sua casa. Sobre as artes da cavalaria, o Infante explica quais devem ser treinadas:

⁹⁹ *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, cit., Livro II, Cap. XXVI, pp. 146 e 148.

¹⁰⁰ Sabemos que o guarda-mor da infanta D. Isabel, Diogo de Ataíde, “Recebendo em grande prazer e consolação conversar e departir com pessoas Religiosas e de virtude. Falava e entendia muito bem latim e linguagem francês e outras” — *Crónica do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana filha Del Rei Dom Afonso V*, ed. de António Gomes da Rocha Madahil, Aveiro, 1939, p. 6.

¹⁰¹ *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, cit., Livro II, CapXXVI, pp 148-149.

¹⁰² *Livro da Ensinança de bem cavalgar toda a sela que fez el-Rey Dom Eduarte-* ed Crítica de Joseph M. Piel- Lisboa, Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1986, Prólogo.

*“a correr e em fazer saltos e a nadar e rremessar per todollos modos que sse pode fazer e a ferr com bestas e pedras de maa e de funda. E mandou-lhes aprender as maneiras per que soportaryam melhor as peleias, e as artes con que seriam em ellas mais auisados”*¹⁰³.

Temos assim que as crianças são educadas dentro do quadro da moral cristã, interiorizando desde cedo a noção do bem e do mal; para isso, os progenitores fazem-se respeitar, ou temer (como diz Pizan), utilizando castigos, como sugere o Infante, mas na medida certa, para não atingirem a crueldade, e para serem entendidos pelas crianças. As brincadeiras em que se efabulava o quotidiano cortesão tinham como objectivo treinar as crianças para as actividades futuras: as meninas a tomar conta da família e da casa, os rapazes ocupados no adestramento físico, para serem bons guerreiros.

Sabemos da grande estima e apreço que D. Duarte tinha pelo seu irmão Pedro¹⁰⁴; pensamos que os casais se encontrariam pelo menos quando eram convocadas cortes ou o tratamento de outros assuntos em que o rei precisasse ouvir a opinião do irmão, duque de Coimbra, os filhos de ambos, nomeadamente os mais velhos, ter-se-ão conhecido e até brincado juntos.

Mais tarde, encontramos Pedro ao lado do rei D. Duarte, depois da derrota de Tânger, onde ficou cativo o infante D. Fernando, recebendo, ajudando e consolando os que conseguiram fugir e chegar a Lisboa¹⁰⁵. O rei considera-se responsável pelo desastre e deixa-se cair novamente na sua tristeza depressiva. D. Henrique, o comandante da expedição, refugia-se em Sagres e nem às cortes de Leiria, que decidiam da sorte do irmão, feito prisioneiro, comparece. Nessas cortes, é decidido não entregar aos Muçulmanos a cidade de Ceuta, que estes exigiam em troca do infante D. Fernando.

Triste, frágil, o rei tenta fugir da peste, acompanhado pela rainha grávida e pelos filhos menores (de Évora a Avis, Ponte de Sor e daqui a Tomar) e terá apanhado

¹⁰³ IDEM, *ibidem*, p. 148.

¹⁰⁴ “O Infante D. Pedro, meu sobre todos prezado e amado irmão, posto que fosse no reino de Hungria com pequena tenção de tornar a esta terra, bem penso que sempre conheceu ser assim presente em meu coração como fosse naquele lugar onde era. E a duquesa de Borgonha, minha muito prezada e amada irmã, nunca tão perfeitamente sentiu minha boa vontade como desde que foi destes reinos partida” — *Leal Conselheiro*, cit., cap. RIV - Das Maneiras de Amar, p. 219

¹⁰⁵ Cf. Luís Miguel DUARTE, *D. Duarte*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 247-248.

o vírus no caminho para Tomar, talvez uma carta infectada. Ao detectar-se o avanço inexorável da doença, foi levado para os paços do convento, sendo a rainha e os filhos afastados por causa do risco de contágio. Tendo os outros infantes sido avisados do desenlace, todos — salvo o infante D. João que também estava doente — se apressaram a comparecer, mas ninguém chegou a tempo, tirando o infante D. Pedro¹⁰⁶.

Doze dias após o início detectado da doença, morre o rei em Setembro de 1438 em Tomar, quase sozinho; no seu testamento, deixa a regência a sua mulher, a rainha D. Leonor. O infante D. Pedro organiza as cerimónias fúnebres. D. Afonso V é levantado e jurado rei em Lisboa, tem seis anos, os mesmos que Isabel, que também lá estaria, com sua mãe, presenciando a entronização do menino-rei, seu primo¹⁰⁷. Sobre as dissidências entre a rainha e o infante D. Pedro, que marcaram a regência e os conflitos populares que daí advieram, os sucessivos acordos que foram tentados — nomeadamente sob a intermediação do infante D. Henrique — e que falharam, no dizer dos cronistas por falta de cumprimento e má vontade da rainha, se, por um lado, temos de salientar que esta não terá manifestado uma das virtudes mais requerida pelas viúvas, que é a Prudência, para manter a paz entre os elementos da sua família e da do marido e garantir a sua influência junto do herdeiro do trono, como já tínhamos analisado no capítulo anterior relativamente ao comportamento proposto por Pizan para as senhoras viúvas e com filhos pequenos. Neste caso, teremos igualmente de salientar que, ao estudá-lo, só temos a versão dos partidários de D. Pedro e não as razões que levaram à tomada de determinadas atitudes que nos parecem contraditórias, por parte da rainha e dos seus apoiantes¹⁰⁸.

¹⁰⁶ IDEM, *ibidem*, p. 256.

¹⁰⁷ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. I, p. 266-267.

¹⁰⁸ Rui de Pina escreve depois dos acontecimentos, sabendo já quem venceu esta disputa, e dá-nos uma versão daqueles, fazendo crer que houve sempre uma má vontade e desconfiança da rainha em relação a D. Pedro. Por exemplo no cap.º XXVII — Como a rainha mandou secretamente perceber os da sua valia que viessem às cortes armados, não explica exactamente o que a levou a fazer isso. (*Ibidem*, vol. I, p. 56).

2 - O casamento

O casamento entre Afonso e Isabel, primos direitos, terá sido falado ou pensado entre os irmãos como forma de reforçar o apoio e lealdade entre as duas famílias. Depois da morte inesperada de D. Duarte, é própria rainha que lembra o cumprimento desse desejo do marido, referido ao seu confessor, mandando uma mensagem por Ruy Fernandes:

*“Senhor, diz a Rainha nossa Senhora, que por saber bem o grande amor que vos El-Rei seu Senhor tinha, e o desejo que sempre teve para vossa honra e acrecentamento: e como em cumprimento de sua tenção leixou Frei Gil de Tavulla, seu confessor, que a sua derradeira vontade era que o Príncipe seu filho casasse com D. Isabel vossa filha; que assi por cumprir principalmente a vontade d’El-Reiseu Senhor, por vos mostrar com obras de vossa honra e contentamento, o contrario do que por ventura vos fazem d’ella crêr: e des-hi, porque vê que é este um dos melhores casamentos do mundo que a El-Rei seu filho, senhor, agora melhor pode vir, lhe apraz que este casamento logo entre ambos se faça; e para isso vos envia por mim seu consentimento, que por ventura atégora haveríeis por duvidoso, e não tão certo”*¹⁰⁹.

Pressente-se que a rainha acha que o cunhado tem má-vontade ou desconfiança contra ela e parece querer estabelecer, com a concordância deste casamento, uma ponte que permitisse ultrapassar as divergências na divisão das tarefas governativas com o duque de Coimbra. Esta tentativa de concórdia durou pouco, a concretização do enlace foi sendo adiada e a rainha, como descreve o cronista, foi pressionada para desdizer a sua palavra por aquele que desejava reforçar o poder da sua casa casando a neta com o futuro rei: o conde de Barcelos.

“O consentimento e prazer da Rainha acerca deste casamento, não foi igualmente recebido nos corações de todos os que alli eram: cá uns o aprovaram com prazer e sem paixão, e outros com tristeza, odio, inveja e cobiça, o não podiam padecer”.

¹⁰⁹ *Ibidem*, vol. I, cap.º VI-VII, p. 22-24.

“E entre alguns destes que hi havia, o principal, diziam, que era o conde de Barcellos, a quem parecia que da conclusão e outorga d’este casamento pesava muito. E como quer que em publico o não contradissee, procurava porem secretamente, por meio do Arcebispo D. Pedro de Lisboa, a quem a rainha dava muita fé e não tinha vontade ao Infante D. Pedro, como do que acerca deste casamento lhe tinha prometido, ella se desdissee, com fundamento de trabalhar com toda sua possibilidade que El-Rei casasse com a sua neta D. Isabel, filha do Infante D. João”¹¹⁰.

Com o agravamento das tensões que acabaram por envolver todo o país, sendo a regência e a educação do príncipe um assunto de estado e portanto debatido em várias cortes e motivo de insurreição dos povos nomeadamente em Lisboa, as posições extremam-se e a rainha acaba por sair do país procurando apoio dos seus irmãos em Castela e Aragão¹¹¹, deixando a regência exclusiva do reino nas mãos do Infante D. Pedro, bem como a educação do primogénito. Assim sendo, o casamento volta a ser considerado e aprovado nas Cortes de Torres Vedras de 1441 e a Bula entretanto pedida ao Papa, pelo facto de os nubentes serem primos em primeiro grau, é concedida pelo Papa Eugénio IV e chega no próprio dia dos esponsais, 25 de Maio, na vila de Óbidos, no ano seguinte. As crianças agora solenemente prometidas têm dez anos.

A partir daqui e até o sobrinho atingir a maioridade, o pai de Isabel de Lencaestre governará o reino e cuidará especialmente da educação militar e cortesã do futuro rei, bem como da da sua filha, que é preparada para desempenhar as funções de rainha.

Durante a regência de D. Pedro são reestruturados os Estudos Gerais em Coimbra, universidade destinada ao ensino das leis e cânones, teologia e artes. É também ele que manda organizar as “*Ordenações Afonsinas*”, uma compilação de leis, numa preocupação de dotar o reino dum sistema legislativo coerente e por isso já moderno.

¹¹⁰ *Ibidem*, vol. I, cap.º VIII, p. 24-26.

¹¹¹ A ajuda dos irmãos acaba por não chegar e a rainha chega a passar dificuldades financeiras, pedindo abrigo em vários conventos. Quando parece haver um acordo que permitiria o seu regresso ao reino de Portugal e ao convívio dos seus filhos, morre em Toledo, havendo suspeitas de envenenamento por parte dos seus desafectos. Cf. *Ibidem*, vol. II, cap.º LXXXIV, pp. 15-18.

O quotidiano da corte normaliza-se. O regente sabe convencer os opositores, à frente dos quais está o atrás referido bispo de Lisboa, parente do conde de Barcelos, duque de Bragança a partir de 1442.

O filho mais velho do regente, também chamado Pedro, será nomeado condestável do reino e terá a seu cargo a Ordem de Avis. Com quinze anos, em 1445, será mandado a Castela para lutar ao lado de D. João II contra os Infantes de Aragão, tios maternos de Afonso V¹¹². Na corte castelhana, terá conhecido o condestável Álvaro de Luna e todo um ambiente cortesão, onde a poesia, a literatura, a dança e a música tinham um papel relevante que estará sempre presente na sua vida, como mais adiante veremos¹¹³.

No ano em que Afonso completa catorze anos, atingindo a maioridade, o regente convoca para Lisboa Cortes Gerais e, na sala grande dos paços, entrega solenemente o regimento do reino a El-Rei. Ao descrever este acto, o cronista revela-nos, nas palavras ditas e nos gestos, a importância que o protagonista dava à encenação dos actos mais simbólicos do poder, neste caso a transferência da vara da justiça para as mãos do rei, agora investido desse poder:

“(...) Sendo El-Rei com os Infantes e senhores, e seus officiaes e procuradores, em sua costumada e antiga ordenança, o Doutor Diogo Affonso Mangancha, em nome do Infante D. Pedro fez uma louvada oração, cuja sustancia se concludio em quatro cousas.

‘A primeira, apresentar e alli entregar a El-Rei em tal disposição de sua pessoa, siso e entender, manhas e virtudes, como da sua idade não cria que no mundo outro tal houvesse; porque dava e dessem todos muitas graças a Deos’(...).

*E que para isso lhe entregava alli, mui livremente e sem cautella, seu Regimento e Metendo-lhe logo com rostro mui alegre a vara da justiça nas mãos, que em giolhos e com muito acatamento lhe beijou”*¹¹⁴.

¹¹² *Ibidem*, vol. II, cap.º LXXXV, pp. 19-22.

¹¹³ Álvaro de Luna escreverá uma obra em defesa das mulheres: o *Libro de las Virtuosas e Claras Mugeres*, datado de 1446. A questão feminina era discutida na corte castelhana, havendo várias obras sobre esta temática.

¹¹⁴ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap.º LXXXVI, p. 22.

O rei recolhe-se e decorridos três dias em que naturalmente consulta as pessoas mais próximas — os infantes D. Fernando, seu irmão, D. Henrique, seu tio, e o próprio infante D. Pedro — volta a reunir o Conselho e, pelo mesmo porta-voz, pede ao tio que continue com ele no regimento do reino, fazendo-lhe um agradecimento e elogio, onde o trata três vezes por “tio e Padre”¹¹⁵, e pede também aos presentes que seja realizado e consumado o casamento, agora com o consentimento pleno dos jovens. Assim,

*“E aos grandes e povos de seus reinos que eram presentes, em sua presença mandou muito agradecer por requererem e darem por mulher a filha do Infante seu tio e padre, de que sobre todallas cousas do mundo, por muitas razões era contente; mas porque este seu casamento quando primeiramente foi em Obidos celebrado, por ventura por se fazer ante de haver idade cumprida e necessária, por isso sem a sua aprovação pareceria defeituoso, ele que então a tinha já para isso de todo perfeita, o aprovava e consentia, como se n`aquella hora de seu prazer, e com sua inteira liberdade novamente o fizesse”*¹¹⁶.

Temos vindo a acompanhar o crescimento de Isabel e Afonso e aquilo que parecia o desejo de D. Duarte e D. Pedro: que, sendo muito próximos, casando com duas senhoras da linhagem de Aragão, e tendo sido abençoados com larga descendência, desejavam casar o futuro rei com a sua prima Isabel, nascida no mesmo ano. O casamento do soberano dentro da mesma família não tinha sido até aí a opção da coroa portuguesa, que preferiu, nas escolhas matrimoniais, nomeadamente para os futuros reis, damas do reino de Aragão, para equilibrar o poder de Castela na Península Ibérica, ou então de Castela, para reforçar e garantir a paz — que não estaria em causa nesse momento — ou ainda, mais raramente, de outros reinos fora da Península, no âmbito de vantajosas alianças ou quando era preciso afrontar Castela, como foi o exemplo do casamento de D. João I com Filipa de Lencastre.

Depois da morte de D. Duarte, este casamento deixou de ser apenas um desejo para passar a ser muito importante para o Regente, que passou assim a cuidar da educação dos jovens, e determinante porque a concretização do mesmo coincide como vimos, anteriormente, com a maioridade do rei, com o fim da regência. Portan-

¹¹⁵ *Ibidem*, vol. II, cap.º LXXXVI, p. 24.

¹¹⁶ *Ibidem*, vol. II, cap.º LXXXVI, p. 25.

to, o casamento garantia ao duque de Coimbra que com a sua filha, como rainha, continuaria junto do rei.

Vimos que a própria rainha viúva foi pressionada para deixar de dar o seu consentimento sobre os esponsais dos primos e percebemos que o conde de Barcelos não gostou que a sua neta, ou a influência que a sua casa representaria junto de El-rei, fosse preterida. Percebemos que o conde de Barcelos tem um aliado importante, que é o arcebispo de Lisboa, seu parente, a que se junta o duque de Ourém. Terminada a regência, todas estas influências se vão juntar, agora para influenciar Afonso V contra o tio, pedindo ao rei o seu afastamento total da governação e da corte¹¹⁷.

Apesar deste conflito, já aberto, o casamento realiza-se em Maio, em Santarém, no ano de 1447. E *“El- Rei (...) Tomou sua casa e sua mulher juntamente, com as benções e cerimoniaes pela Santa Igreja em taes casos ordenadas, com alguma mostrança de festas, mas não foram n’ aquella perfeição e cumprimento que o Infante quizeria e tinha ordenado. Porque leixou o regimento, logo todalas cousas ainda que fosse sem culpa sua, per seu desfavor lhe volveram as costas”*¹¹⁸.

Compreendemos assim que a cerimónia e as festas não foram como o pai da noiva queria ou como gostaria que fossem. Sendo, como vimos atrás, um homem que dava grande importância ao cerimonial e à impressão dramática que daí podia resultar, teria com certeza pensado numa cerimónia grandiosa para o casamento da sua filha, que já não pôde concretizar porque “leixou o regimento”.

No contrato nupcial, então lavrado, o rei concede “à muy alta e muy excelente princesa e muito esclarecida e muito virtuosa rainha Dona Isabel minha muito amada e muito preçada esposa” todas as terras que tinham pertencido à sua mãe, Leonor de Aragão, e uma renda anual fixa em dinheiro de um milhão e sessenta mil reais, que era destinada aos seus “vestidos de pano d’ouro e de seda”¹¹⁹.

¹¹⁷ *Ibidem*, vol. II, cap.º LXXXVIII, p. 27.

¹¹⁸ *Ibidem*, vol. II, cap.º LXXXVIII, p. 28.

¹¹⁹ Cit. por Ana Rodrigues OLIVEIRA, *Rainhas Medievais de Portugal*, Lisboa, Esfera de Livros, 2010, p. 485.

3 - A governança da rainha:

Entre o pai e o marido. A mediação da rainha

O casamento de Isabel vai ser marcado pelo agravamento do conflito entre o seu marido e o seu pai, que vai levar ao confronto militar em Alfarrobeira, em Maio do ano de 1449. É entre a lealdade ao seu progenitor e a lealdade ao seu marido que se vai mover toda a sua influência, procurando servir de mediadora entre ambos . É o que ressalta da versão de Rui de Pina:

“Vendo e ouvindo a Rainha em Santarem tantos alardos e ajuntamentos de gentes com tantos alvoroços e percebimentos para destruição e morte do Infante seu padre ; e porque n`ella se encerravam em grande perfeição todallas outras virtudes, esta de amor e piedade pare ele também lhe não faleceu, e assi porque esta natural divida de sangue sempre a espertava, por seu remedio, com vivas lembranças de muita dor e grande compaixão, e porque também de sua inocência d`elle era mui certificada, se pôs um dia diante El- Rei, em giolhos e com perservadas lágrimas lhe disse:

‘Senhor, cesset jam manus tua, e pois minha desventura quer que na destruição do Infante meu senhor e padre damnem as falsas culpas mais, do que aproveitem seus merecimentos, nem o grande e verdadeiro amor que vos tenho, peço-vos por mercê, que ao menos como Principe agardecido, vos lembre as obrigações em que por sua tão alta criação, e por outros muitos seus serviços lhe soes, cuja paga devia ser outra, e não esta morte e destruição tam deshonorada, e com isso para alguma mais temperança de tamanha ira também vos não esqueça que vos pode Nosso Senhor dar de mim filhos que serão vossos ramos, cujas raízes para sua mais honra e louvor deveis desejar e procurar que sejam antes limpas e sãs, que magoadas e sujas como ordenaes’ ”¹²⁰.

Neste apelo a rainha tenta acalmar o rei, procurando boas palavras¹²¹, pelo amor grande e verdadeiro que lhe tem, fazê-lo reflectir sobre o papel do seu pai na sua

¹²⁰ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap.º CXIII p. 81.

¹²¹ Cf. Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit. Livro I, cap.º IX p. 109: “e, a este proposito, diz Salamon nos Proverbios ‘doçura e homildade abranda o princepe, e a língua mole (quer

educação e como estas memórias e o seu comportamento para com ele também irão influenciar os seus próprios filhos. A metáfora dos filhos como ramos duma árvore com tronco comum, que aqui é posta pelo cronista na boca de Isabel, é a mesma que o infante D. Pedro utilizou no seu tratado, para explicar o amor e os benefícios que são devidos aos nossos “geradores”, por contraponto aos benefícios que devemos ser obrigados “a nossas mulheres”. Conclui este:

“E logo depois de nos mesmos os geradores, cuia benquerença per deos e per natureza e per rrazom muyto speçialmente nos he encomendada”¹²².

Voltemos à cena anterior e vejamos a resposta do rei à rainha :

“E El-Rei como era de mui perfeita humanidade, alevantando-a do chão com grande acatamento, lhe respondeu:

‘Senhora, de todo o que me dizeis eu sou em mui inteiro conhecimento, mas como quereis que nas cousas do Infante vosso padre eu me faça brando, sendo ele em sua contumacia e para minha obediência tão duro, de que se não quer conhecer nem arrepender, antes cada vez mais o continuar. Mandeilhe muitas vezes requerer minhas armas, não m’as quiz entregar, outras tantas lhe encomendei e mandei que não impedisse o duque, que por meu mandado vinha a meu serviço, e por me desservir e anojár foi-lhe ter ao caminho com outras muitas desobediências, de que eu a ele nem ao Infante meu irmão não revelaria sem justo castigo. Porem pelo vosso amor principalmente, e porque nisso sintaes o bem que vos quero, se o Infante vosso padre como quem errou me quizer mandar pedir perdão, eu me haverei com ele por outra melhor maneira de que sejaes contente’ ”¹²³.

O rei atende ao pedido da rainha para que “esta sinta o bem que lhe quer” e “seja contente”, aceita que ela escreva ao pai e, se este lhe pedir perdão, aceita falar com ele sobre os agravos até aí cometidos. A rainha escreverá várias cartas com o consentimento do marido, onde alertará o pai para a situação cada vez mais desfavorável na corte contra ele, a necessidade de pedir o tal perdão exigido pelo rei, como forma de demonstrar obediência às ordens do novo monarca e apaziguar as reacções

dizer, a doçura de sua palavra) quebranta sua aspereza, assi como augua, per sua humidade e friura, mata o fogo”.

¹²² Cf. *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, cit., Livro II, cap XIX, p. 124.

¹²³ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap.º CXIII, p. 82.

violentas dos seus inimigos. D. Pedro aceita e confia na intervenção da filha, aceita pedir perdão: “e isto Senhora faço eu mais por vos comprazer e fazer mandado, que por me parecer razão que eu assi faça”¹²⁴. Ao ler isto, o rei rasga logo a carta que o infante lhe mandara, dizendo que aquele arrependimento era fingido e de má - vontade. O conflito já estava tão encrespado que, mesmo tendo os dois lados aceite a mediação da rainha, feita através das cartas que manda ao seu pai pelo seu secretário privativo de confiança, Vicente Martins, podemos sentir que, quer o infante, quer o rei, estão demasiado agravados/magoados¹²⁵ com o comportamento um do outro e que os seus conselheiros mais próximos, interessados nesta disputa pelo poder, tornam o confronto inevitável, arranjando sempre novas ofensas e desobediências. A intermediação da rainha, porque conhece afectivamente os dois, e tem, como, já demos conta, uma relação privilegiada com o rei, é a única que parece ser capaz de estabelecer uma ponte e fazer chegar a um entendimento¹²⁶.

D. Pedro, sabedor da não aceitação do perdão exigido pelo seu sobrinho, tentou enviar um emissário, um dominicano do convento de Aveiro, que viu negada pelos seus inimigos a sua entrada na cidade de Santarém, não se chegando por isso a encontrar com o monarca.

Saindo com as suas tropas de Coimbra, levando consigo o seu filho Jaime, o infante sabe que não tem margem para recuar. Permanece três dias em Rio Maior e tem ainda a esperança de receber o apoio do irmão D. Henrique ou da rainha sua filha; depois, decide seguir para Santarém onde estão o rei e a rainha. Mensageiros do rei trazem-lhe uma ordem deste, para que cesse a rebelião e regresse ao seu ducado de Coimbra. O infante recusa. De Rio Maior, decide então ir para Alcoentre, onde apri-

¹²⁴ *Ibidem*, vol. II, cap.º CXIII, p. 83.

¹²⁵ Corriam boatos que acusavam o Infante da morte de D. Duarte e que, devido à sua amizade com o condestável Álvaro de Luna, teria mandado matar D. Leonor de Aragão, a mãe do rei. Acabado de chegar ao trono, D. Afonso estava ávido para mostrar a sua valentia e independência. Confrontado com estes boatos sobre aquele a quem considerava um pai, é fácil compreendermos o seu desejo de vingança.

Por outro lado, o infante arrebatou a tutela do rei menor à rainha, não cumprindo a vontade do irmão. Prendeu um escudeiro real que levava cartas ao Duque de Bragança, quando aquele passava pelo seu ducado de Coimbra. Desobedeceu ao rei, quando foi decretada a sua permanência em Coimbra e saiu com o seu exército.

No entanto, não teve nada a ver com a morte do irmão, vítima da peste, nem com a de Leonor de Aragão, havendo até a registar a negociação de um acordo que permitiria o regresso da rainha ao reino.

¹²⁶ Cf. *Ibidem*, vol. II, cap.º CXIV, p. 84 -85 e ainda Saul António GOMES, *D. Afonso V*, cit., pp. 80-81.

siona e manda matar alguns corregedores do rei que espiavam os seus movimentos. Entre eles está D. Pedro de Castro, fidalgo da casa do Infante D. Henrique; assim, qualquer intermediação ou apoio deste é posto em causa. O confronto torna-se iminente. No meio da refrega, o infante é atingido por uma seta que lhe atravessou o coração e pouco depois cai no chão; moribundo pede ainda um confessor que lhe dá a absolvição. Morre assim o infante D. Pedro, o das Sete Partidas, nesse dia 20 de Maio, terça-feira, em Alfarrobeira, tinha 57 anos. A ferida aberta depois da morte do seu irmão D. Duarte voltava a abrir-se, deixando marcas profundas na família de Avis e em todo o reino.¹²⁷

Não sabemos como Isabel via o seu pai, mas temos a imagem que dele dá seu irmão D. Pedro, exilado em Castela, depois de destituído do seu cargo de condestável do reino e mestre de Avis, na obra “*Tragédia de la Insigne Reina Dona Isabel*”¹²⁸ que escreverá em homenagem à sua irmã, já regressado ao reino :

“(…) e no satisfecha de la dolorosa fyn de aquel virtuoso engendrador tuyo, cuyas virtudes tanto esclaresçian que divinas mas que humanas resembledam, aquel que passando la grande Bretaña y las gálicas y germanices regiones a lasde Ungria, de Boémia e de Rosia partes pervino, guerreando contra los exeçitos del grand Turco por tempos estovo, e retornando por la maravillosa çibdat de Venecia, venido a las ytalicas o esperias províncias, escodrino e vido las insignes e magnificas cosas, e llegando a la çibdat de Quirino tãnio las sacras relíquias, reportando honor e grandíssima gloria de todos los príncipes e reynos que vido. Cierta, loado fue con grand maravilla e servido de los pequenos, e con grande amor e acatamento honrado por los mayores, e avido en grande e alta reputaçion cerca delos doctos e peritos ombres. Aquel tu senõr que tanto era amado del padre suyo, que tanto era peçiado del su Hermano e señor, que a el sobre todos amado hermano era e maestro suyo ser lo dezia”.

¹²⁷ Sobre todos os pormenores do confronto consultar Humberto Baquero MORENO, *A Batalha de Alfarrobeira — Antecedentes e Significado histórico*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979, pp. 129 e seguintes. Cf. Saul António GOMES, *D. Afonso V*, cit., pp. 74 e 75.

¹²⁸ Publ. in *Obras do Condestável D. Pedro*, Introdução e ed. diplomática de Luís Adão da Fonseca, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975. A *Tragédia* terá sido escrita entre 1456 e princípios de 1457. Cf. a introdução de Luís Adão da Fonseca, p. XX.

De notar a referência às regiões visitadas pelo Infante e, como já vimos atrás, a amizade e respeito que unia os dois irmãos D. Duarte e D. Pedro. Mais à frente, há uma referência ao período da sua regência que o Condestável descreve assim:

“Aquel que con tanta reverencia e lealtad, con tanto acatamento, con tanta humanidade, depues de puesto con las sus próprias manos al su pequeno rey Alfonso en la real silla, por nueve años lo crio, en tanta alteza, entre tantas e buenas doctrinas, quantas oy en dia en la su celsa e real magestad resplandecen. Aquel que régio los reynos de los Portugueses por tantos tempos con tanta sabieza, con tanta justiça e clemencia”¹²⁹.

Sobre a sua morte e a desonra da sua família, remata :

“Sabe que la fortuna e los crueros fados no fueron contentos de aqueste tan claro príncipe aver fecho morir cruamente e toda su casa con triste e grave cayda assolar, entonçe quando el esperaba los quietos gualardones de la veges, e obtener las graçias de los passados grandes e leales serviços, e la enganosa felicidadat de abandoso viento le avia fenchido las velas”¹³⁰.

4 - A governança da família:

As relações com o marido. A Lealdade e a Prudência.

Vimos no ponto anterior como Isabel e Afonso tinham uma relação única, porque sendo prometidos um ao outro, cresceram juntos e aprenderam a amar-se e respeitar-se. Assim, mesmo nos momentos de maior crispação entre o seu marido e o pai, o diálogo entre eles nunca se quebra e a rainha consegue ser ouvida, compreendida e ver as suas pretensões atendidas. A própria irmã do monarca, D. Leonor, ajuda-a nesses pedidos. Na medida em que os inimigos do seu pai pressionam o jovem rei, esta relação com a rainha, que procura apaziguá-lo, torna-se uma ameaça que Rui de

¹²⁹ “Tragedia de la Insigne Reina Dona Isabel”, in *Obras do Condestável D. Pedro*, cit., pp. 311-312.

¹³⁰ *Ibidem*, pp. 312-313.

Pina descreve deste modo: “O que lhe diziam, que se subjugava à Rainha mais do que era Razão e ao estado de um tamanho Príncipe cumpria”.¹³¹

E vendo que a rainha era para ele uma esperança e que El-Rei lhe tinha cada vez mais afeição, faziam tudo para o afastarem dela, aconselhando-o a que fosse muitas vezes à caça nos montes, porque “a conversação continua de sua mulher em tal idade, não somente era mui contrária à sua saúde, mas ainda mingoa e grande quebra de forças do corpo e do entendimento, e que ficaria afeminado e não dino nem poderoso para soste o peso do Regimento e defensão de seus reinos. E na capella e guarda roupa não falleciam incitadores e ministros d`esta opinião, convocando para isso mesmo fysicos, que com livros e autoridade logo assi o provavam”¹³².

Os jovens tinham consumado o seu casamento e teriam prazer em estar um com o outro e referem-no expressamente: “o grande e maior amor que vos tenho “ e isso incomodaria sobretudo quem queria afastar a influência da filha do infante da presença e convívio de El-Rei. Os seus detractores vão ao ponto de dizer que a intimidade frequente dos jovens pode enfraquecer o rei, torna-lo “afeminado “ e “que eram públicos adúlteros e deshonestos concubinários, jazendo como infernaes em mui continuo e reprovado coito”¹³³, pondo assim em causa o seu legitimo casamento. A todo este cerco moral e culpabilizador o casal real resiste. Mas o maldizer e a inveja (como diria Pizan) não vão ficar por aqui, porque mandaram prender o camareiro-mor de El-Rei, D. Álvaro de Castro, acusando-o de *dizer amores* à rainha e que por isso merecia o desterro ou pena de morte. Pretendiam, assim, lançar a infâmia sobre a rainha, que lhe daria ouvidos. A injúria não resultou porque “O verdadeiro conhecimento que El-Rei tinha das muitas e limpas Bondades da Rainha, e da grande lealdade do conde, com que o logo soltou e depois muito honrou e Acrescentou”¹³⁴.

A lealdade demonstrada pela rainha, por exemplo, quando lhe dá conhecimento do conteúdo das cartas que enviava ao pai durante o conflito, e a confiança nela e no seu camareiro desmascararam a tentativa de acusá-la de adultério.

¹³¹ Cf. Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap.CXIII, pp. 84

¹³² *Ibidem*, vol. II, cap.º CXIV, p. 84.

¹³³ Esta ideia faz parte do discurso normativo da época, sobre as relações sexuais entre os casados, veiculado nos sermões e nos manuais de confessores. “Um esposo demasiado ardente com a sua mulher é adúltero” (Raymond de Peñafort). Os coitos repetidos são condenáveis (G. De Rennes) e também os ajuntamentos que estimulem o desejo (J. Nider), cf. Hervé MARTIN, *Mentalités Médiévales XIe-XVe siècle*, vol. I, Paris, PUF, 1996, p. 413.

¹³⁴ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap.º CXIV, p. 85.

Depois da morte do infante em Alfarrobeira, as pressões para que o monarca deixe a “filha do traidor” voltam a perturbar o casal :

*“(...) logo como viram a morte do Infante, lhe aconselharam e requere-ram, que pera segurança de sua vida, bem e asseseço de seus reinos e vassallos se quitasse d’ella como de imiga, e já suspeita à sua real pessoa, e houvesse outra mulher, cá para Deos e para o mundo o podia e devia fazer”*¹³⁵.

Também aqui o rei não cede e invoca mais uma vez a confiança nas virtudes e amor que a rainha lhe tinha: “a mandou logo visitar e aconsolar a Santarem, e escusar-se com palavras de muito amor de a não ir ver, e pedir-lhe que ella por si mesma o fizesse”¹³⁶.

Vejamos, agora, como Isabel reage à morte de seu pai :

*“(...) em Santarem, onde em breve lhe foi dada a triste certidão da morte e seu padre, que ella com públicos sinaes de mortal dôr muito sentio e chorou, e não como alheia mas como sua própria morte, e não era sem causa; porque em caso que não houvesse n’ella tantos dias nem tão madura idade, de que esperasse perfeito conhecimento nas cousas, era porém naturalmente abastada de muita discrição e prudência com que sentiu, que além da grande perda que na privação de seu padre, não sendo vivo recebia, ainda sua vida com morte antecipada se dispunha a claro perigo como foi, e sobre tudo lhe dava mór tormento parecer-lhe que os imigos do Infante seu padre teriam com sua morte mais coradas causas a aprivarem e apartarem El-Rei seu Senhor d’ella, pois ante d’isto e sem alguma razão com grande instancia já o procuravam, como atraz fica”*¹³⁷.

A rainha, nos seus 16 anos, revela uma grande maturidade e, como realça o cronista, apesar da sua dor, compreende que, com a perda do pai, a sua posição na corte e ao lado do rei é muito periclitante, pelo que, para a manter e reforçar, é preciso

¹³⁵ *Ibidem*, vol. II, cap.º CXXVIII, p. 115.

¹³⁶ *Ibidem*, vol. II, cap.º CXXVIII, p. 116.

¹³⁷ *Ibidem*, vol. II, cap.º CXX, p. 113.

agir com sábia Prudência¹³⁸. Assim, ao receber o convite do rei para se deslocar ao seu encontro,

*“(...) deu logo ordem à sua partida; e ella com suas damas e casa, por accordo d’El-Rei, se vestiu com honesta temperança de dó. El-Rei sahiu a recebe-la, e d’elle e de toda sua corte foi com tanto acatamento e tão grandes ceremonias recebida, como até seu tempo nunca o foi outra Rainha, e na vista e fala que ambos logo houveram, pareceram mostranças de tanto prazer e contentamento, como se nunca entrevieram as desventuras passadas”*¹³⁹.

O casal mantém-se, pois, unido apesar desta provação.

A 25 de Agosto, em Óbidos, o monarca manda passar padrão da tença que dera em casamento à sua mulher, o que demonstra que não tencionava separar-se dela. Em 1451, Afonso confirma o contrato de casamento, assinado em 1447, fazendo alguns aditamentos que garantiriam à rainha, caso se separasse dela ou morresse, o usufruto das vilas e terras que lhe tinham sido dadas pelo casamento e mais um assentamento de 1155 reais brancos, lançados nas sisas dos panos de Lisboa. Por seu lado, os herdeiros da rainha, por sua morte, teriam direito ao pagamento de 28000 escudos de ouro; sendo igualmente garantido este pagamento se o rei falecesse antes dela, tivesse ela filhos ou não de outro casamento. A rainha não só não foi repudiada pelo monarca, como a sua casa foi respeitada e o seu futuro e o dos seus descendentes acautelado¹⁴⁰.

Os conselhos de Christine de Pizan acerca dos comportamentos das mulheres casadas face aos seus maridos terão estado presentes nos procedimentos adoptados por Isabel.

¹³⁸ Como recomendava Pizan: “ela lhe será homildosa em todo feito e palavra; e, com reverança, lhe obedecerá sem murmuraçom; e guardará sua paz, a todo seu poder (segundo a boa maneira que tinha a booa Rainha Ester, e segundo é scripto na Brivia, no primeiro capitulo, e, por esto, era tanto amada de seu Senhor que todo o que ela queria nom lhe era vedado)” — Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit., cap.º XIII, p. 127.

¹³⁹ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap.º CXXVIII, p. 116.

¹⁴⁰ Saul António GOMES, *D. Afonso V*, cit., pp. 81-82.

5. A governança da família

Irmãos, tias e sobrinhos — amparo e protecção

“(...) la grande caridat con que amparo e cobrio a los perseguidos de la adversa fortuna la inflamava de tal amor de Dios que no dubdava gozar de su gloriosa vista”¹⁴¹.

O desastre de Alfarrobeira, além de pôr em causa o seu casamento e a relação com Afonso V, deixou a sua família, mãe e irmãos numa situação muito difícil: foram destituídos dos seus títulos, bens e rendas inerentes, D. Jaime, que participou na batalha, foi feito prisioneiro e os outros ficaram em risco, à mercê da vingança dos inimigos do infante. A duquesa Isabel de Urgel refugia-se com a filha mais nova, ainda de colo, Catarina, nos conventos e casas de confiança na zona de Coimbra. A rainha velará pela sua segurança, enviando-lhe Diogo de Ataíde, sobrinho do Conde de Atouguia. Este era um fidalgo de confiança de seu pai, casado com Beatriz Leitoa, criada em Coimbra na corte da duquesa de Urgel, durante a regência de D. Pedro, que lhe havia concedido a dignidade de guarda-mor da sua filha D. Isabel, e esta entregava-lhe a protecção da mãe e irmãos¹⁴².

Pensamos que terá sido ele (Diogo de Ataíde) que terá feito sair do reino com segurança e muita discrição os infantes mais velhos — Jaime, João e Beatriz — que o condestável D. Pedro, já na corte em Castela, terá encaminhado para a Flandres, onde serão recebidos pelos duques da Borgonha: Felipe o Bom e Isabel, sua tia. A sua outra irmã, Filipa, desde os sete anos vivia na casa da rainha, e a sua irmã mais nova, Catarina, pela sua tenra idade ficou com a mãe.

A morte do infante D. Pedro terá causado grande consternação na corte de Castela, nomeadamente entre os partidários do condestável Álvaro de Luna, que viram na derrota do infante um mau presságio para si próprios. Idêntica consternação ocorreu na Corte da Borgonha, onde o infante tinha deixado uma boa impressão

¹⁴¹ “Tragedia de la Insigne Reina Dona Isabel”, *cit.*, p. 321.

¹⁴² Cf. *infra*, nota 100, sobre a educação da rainha. e *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana filha del rei Dom Afonso V (Códice Quinhentista)*, Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Aveiro, edição do Prof. Francisco Ferreira Neves, 1939 pp. 2-6.

aquando da sua viagem pela Europa¹⁴³, tendo nessa estadia sido abordada a possibilidade do casamento de sua irmã Isabel com o duque Filipe, o Bom, que viria a realizar-se em 1429. Ao saber do desastre de Alfarrobeira, a duquesa da Borgonha fica chocada com o tratamento dado ao corpo do seu irmão, que permanece ao relento no campo de batalha, sendo recolhido à noite numa casa pobre por três dias, “Sem candeia, sem cobertura nem oraçam”¹⁴⁴. Depois, é sepultado numa campa vulgar na igreja de Alverca, sem a dignidade que a sua linhagem exigia. A duquesa manda imediatamente a Portugal um embaixador, Jean Jouffroy, deão da abadia beneditina de Vergy e conceituado jurista, que apresentou na corte do seu sobrinho o protesto e o pedido veemente da duquesa para que o seu irmão tivesse um sepultamento decente no Mosteiro de Santa Maria da Vitória, como seria desejo de seus pais. Esta embaixada terá estado na corte portuguesa entre 6 de Dezembro de 1449 e 16 de Janeiro de 1450, tendo o deão feito quatro orações públicas perante D. Afonso V, onde não só foi reclamada uma sepultura digna para o infante, como clemência para os filhos e apoiantes do mesmo. A iniciativa teve um fraco acolhimento por parte do monarca, que em resposta enumerou todos os desagravos do seu tio.

Não ficando satisfeita com a resposta do sobrinho, a duquesa vai queixar-se ao Papa, e Nicolau V, ao atender às suas súplicas, vai expedir em 21 de Maio de 1450 uma bula *Querelam Dilecte*, onde ameaça o monarca de penas espirituais, nomeadamente a excomunhão, por retenção indigna dos restos mortais do antigo regente, que, em última instância, a duquesa pretendia recolher e prestar-lhe a homenagem devida na Flandres¹⁴⁵. Só mais tarde, em 1455, Afonso V, depois do nascimento de seu filho João (depois rei D. João II), honrará o pedido da sua tia e os pedidos insistentes da rainha, dando aos restos mortais do seu tio e sogro descanso digno na capela do Fundador, junto dos seus pais, no Mosteiro de Santa Maria da Vitória.

A rainha teve, assim, na sua tia uma aliada determinante, quer na reabilitação da memória do seu pai, quer na protecção dos seu irmãos. Nesta estadia da embaixada Borgonhesa em Lisboa, Isabel terá aproveitado para combinar a ida dos irmãos para a

¹⁴³ Em 1425 o Duque de Coimbra detém-se longamente na corte de Filipe o Bom e é de lá que envia uma carta ao seu irmão D. Duarte (a famosa Carta de Bruges) em que lhe dá sugestões sobre o modo de renovar a administração e o progresso do reino. In Daniel LACERDA, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, Lisboa, Editorial Presença, 2008, pp. 17 e 20.

¹⁴⁴ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap.º CXXIII, pp. 117-118.

¹⁴⁵ Cf. Damião de GÓIS, *Crónica do Príncipe D. João II*, ed. crítica e comentada por Graça de Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977, cap.º IV, pp. 14-15.

corte dos duques da Borgonha¹⁴⁶ e pensamos que poderá ter sido através desta embaixada que a duquesa da Borgonha terá mandado o manuscrito francês do qual a rainha terá sido mandada fazer a tradução. Seria, assim, um presente da tia para a sua sobrinha, numa situação em que a mesma precisava e agradeceria uma orientação.¹⁴⁷

Os três irmãos — Jaime, João e Beatriz com 18, 15 e 14 anos, respectivamente —, desembarcaram no porto de Écluse, onde foram recebidos por muitos cavaleiros da nobreza e o duque esperou-os em Bruges, recebeu-os com muitas honras e concedeu estadia e pensão não só a eles como às pessoas que os acompanhavam, portugueses partidários do infante D. Pedro que foram recebidos, aumentando o número de emigrantes do reino português na Flandres.¹⁴⁸

A duquesa fará tudo para educar e dar um futuro digno aos seus sobrinhos. Jaime e João cresceram em Bruges. João seguiu a carreira das armas e combateu ao serviço do duque. Nas rebeliões ocorridas em Gand, os esquadrões borgonheses eram compostos por cavaleiros espanhóis, italianos, escoceses e portugueses, o que demonstra o amplo leque de alianças que garantia a força e o poder do ducado. João de Coimbra combate ao lado do conde de Charolais, do bastardo Corneille e de Adolphe de Clèves, sobrinho do duque. Em Junho de 1452, é armado cavaleiro pela mão do próprio duque¹⁴⁹.

No ano de 1454, João de Coimbra participa, em Lille, no banquete do Faisão, onde juntamente com todos os grandes senhores pronuncia o seu voto de combater os infiéis, no relançamento de um novo espírito de cruzada que o seu protetor, Filipe o Bom, tanto apreciava. Como homem de confiança do duque, integrou o Grande Conselho¹⁵⁰, que este instituíra para apoiar o seu filho Carlos, durante a regência, para que

¹⁴⁶ Cf. Saul António GOMES, *D. Afonso V*, cit., p. 86.

¹⁴⁷ Sabemos que Pizan foi patrocinada pelo Duque da Borgonha e que na sua biblioteca havia um manuscrito de “la Cité des Dames” e da obra que tratamos aqui. Maria de Lurdes Crispim põe também esta hipótese de o manuscrito ter chegado à corte portuguesa, através da Borgonha, embora ache que também pode ter sido trazido pelo Infante D. Pedro aquando da sua viagem pela Europa (cf. *ob. cit.*, pp. 32-34).

¹⁴⁸ Cf. Daniel LACERDA, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, cit., p. 96.

¹⁴⁹ Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV^e siècle*, Lille, Presses Universitaires du Septentrion, 1998, p. 80. Nas contas do duque, citadas por esta autora, o Infante recebe 200 libras de 40 gr pelos serviços prestados com os seus homens (oito) ao serviço do duque contra “les Gantois”.

¹⁵⁰ Este conselho era constituído por pessoas de grande confiança do duque — o Conde d'Etampes, Adolphe de Clèves e João de Coimbra —, cujas opiniões deveriam ser ouvidas, para tanto assistindo a

o duque pudesse participar em Ratisbona na reunião convocada pelo Imperador Frederico III, onde se debateu uma nova cruzada contra os Turcos.

O duque, em 1456, em Haia, fê-lo cavaleiro da Ordem do Tosão de Ouro, criada pelo próprio Filipe o Bom, da qual faziam parte altos dignitários das cortes europeias:

*“Le second eslu droit-cy, c’estoit messire Jean de Coymbra, jeusne Chevalier de vingt ans, neveu de la duchesse de Bourgogne, auquel par regard que l’on avoit à ses moeurs et vertus et à haute disposition de sa personne pour le temps futur, fut député cest honneur, car plus bel commencement de jaune prince que luy n’avoit en la terre”*¹⁵¹

Uns meses depois, os duques pensam casá-lo com Charlotte de Lusignan, filha dos reis de Chipre. Ao embarcar para o Mediterrâneo, o infante não se esquecerá de agradecer o acolhimento dos tios e as honras e mercês que lhe foram dadas pelo duque ao serviço do seu exército e o lugar de relevo em que o colocou na sua corte: “Plus qu’en maison de père”¹⁵².

Apesar do comportamento pouco respeitoso e até condenável do seu sobrinho, o rei Afonso V, a duquesa nunca corta as relações com o seu reino de origem, e dá conhecimento ao monarca português deste como de outros casamentos da família de ambos.

Afonso V dá a sua concordância a este casamento, que tem lugar a 23 de Dezembro de 1456. A duquesa oferece aos noivos valiosas prendas, nomeadamente ricas tapeçarias. D. João foi príncipe de Antioquia e regente de Chipre e seria, no pensar dos duques e do próprio monarca português, um ponto de apoio na cruzada que se preparava. A sua governação durou pouco, tendo morrido em Julho de 1457. Tomou algumas medidas que não agradaram à corte, ao restabelecer o rito latino na Igreja substituindo o ortodoxo, o que terá levantado má vontade nos membros da Igreja local

todas as deliberações do conselho. Cf. Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne*, cit., p. 80.

¹⁵¹ LA MARCHE, O. de, *Mémoires*, éd. H. Beaune et J. D’Arbaumont, vol. 3, Paris 1883, p. 95; cit. por Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne*, cit., p. 80.

¹⁵² IDEM, *ibidem*, vol. 3, pp. 123-124, cit. por Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne*, cit., p. 80-81.

e da própria sogra que, com outros cortesãos, o terá mandado envenenar¹⁵³. O Papa Pio II partilhava esta suspeita¹⁵⁴. O reino era cobiçado por Veneza, pelo Egipto e pela Turquia, caindo sob o domínio da última em 1570.

O infante D. Jaime seguiu a carreira eclesiástica, a duquesa comprou-lhe uma casa em Bruges, onde residiam numerosos portugueses. Em 1451, foi enviado pelos duques para Roma, onde terá sido acompanhado por Álvaro Afonso, bispo de Silves e antigo preceptor dos filhos do infante D. Pedro, aí prosseguido a sua formação teológica num mosteiro beneditino da Ordem dos Olivetanos, congregação fundada no século XIV por S. Bernardo Tolomei de Sienna, que seguia uma regra austera, dentro da reforma da Igreja, apoiada por D. Isabel. Em 1453, a duquesa juntou os seus esforços aos de D. Afonso V, tendo obtido do Papa Nicolau V a administração perpétua da arquidiocese de Lisboa, que se achava vaga por falecimento do arcebispo D. Luís Coutinho. D. Jaime não foi empossado, por a idade não o permitir. No mesmo ano, foi nomeado bispo de Arras e confirmado pelo mesmo Papa. No ano de 1456, foi elevado a cardeal-diácono de Santo Eustáquio. Foi, ainda, bispo de Paphos, no reino de Chipre, na sequência do casamento do seu irmão, atrás referido.

Em 1458, participa no conclave para a eleição do novo Papa, de onde saí eleito o humanista Aeneas Silvius Piccolomini, que tomou o nome de Pio II.¹⁵⁵

No ano seguinte, em Agosto, D. Jaime deslocava-se de Roma para Mântua, para participar numa missão diplomática ao serviço do novo papa, tendo como objetivo preparar e organizar a cruzada contra os Turcos. No trajecto, D. Jaime adoece, acabando por morrer em Florença.

Os duques, principalmente a duquesa, terão mais esta perda e desgosto pela morte de um sobrinho que tinham recebido e protegido na sua carreira eclesiástica e que, com os seus reconhecidos méritos, juntou o empenho político dos seus tios e do próprio D. Afonso V junto do papado.

¹⁵³ Cf. Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne*, cit., p. 97.

¹⁵⁴ Cf. Maria Odete Sequeira MARTINS, *D. Isabel de Portugal, Duquesa da Borgonha*, Coleção Rainhas e Infantas de Portugal, Vila do Conde, QuidNovi/ Academia Portuguesa de História, 2011, pp. 34-35.

¹⁵⁵ Cf. Daniel LACERDA, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, cit., p. 97, e Maria Odete Sequeira MARTINS, *D. Isabel de Portugal, Duquesa da Borgonha*, cit., pp. 35 e 36.

D. Jaime ficou sepultado na basílica florentina de Saint Miniato al Monte e no ano seguinte à sua morte foi aprovado o projecto de uma capela em sua memória, cuja construção irá ser executada e acompanhada, a mando da duquesa, pelo atrás referido Álvaro Afonso, acompanhante de D. Jaime, que terá estado com ele até à sua inesperada morte e registado as suas últimas vontades¹⁵⁶. A construção da capela e do túmulo foram entregues aos maiores artistas florentinos da época: Giovanni di Matteo, Bernardo Rossellino, Luca della Robbia, Baldonivetti e Piero del Pollaiuolo¹⁵⁷. As paredes da capela estão revestidas de frescos, que representam santos, evangelistas e doutores da Igreja¹⁵⁸. Os nomes dos artistas foram inscritos no livro de contas do Banco dos irmãos Cambini, tendo a casa da duquesa feito os respectivos depósitos através do intermediário Pierro de Rabatta, estabelecido em Bruges. A obra terá custado 3.000 florins¹⁵⁹, a maior parte custeados pela duquesa e só uma pequena parte pela coroa portuguesa¹⁶⁰, a quem mais uma vez a duquesa dará a conhecer a morte e a vontade de D. Jaime ser sepultado em Florença. A obra foi concluída em 1466, já no final da vida da duquesa, que cumprirá a vontade do seu sobrinho.

Assim, D. Jaime não voltou ao reino de Portugal, após o desastre de Alfarrobeira, onde foi feito prisioneiro, tendo sido interrogado durante alguns dias, mas o seu irmão mais velho D. Pedro acompanha, de longe, o seu percurso na hierarquia eclesiástica e dedica-lhe a obra “Tragédia da Insigne Reina Isabel”, no Prólogo escrito depois do seu regresso a Portugal e da sua participação na conquista de Alcácer Ceguer ao lado do primo. A obra é enviada a D. Jaime no primeiro quarto de 1459, ano em que veio a falecer, como dissemos anteriormente. Lê-se na dedicatória :

“Al muy ínclito e muy honesto e loable varon Jayme, cardenal de Sanctestacio, fecho por el su mayor hermano.” E no final remete-lhe a obra : “Asy que la subsequente obra mia no revista delibere de te embiar, cortando la perezosa tela de la casta Penelope, por que ya ningund empacho me no empachasse. E tal qual es rescibe, señor y Hermano mio, no solo por natividat, mas aun

¹⁵⁶ Cf. Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne*, cit., p. 83.

¹⁵⁷ Cf. *Ibidem*, p. 83.

¹⁵⁸ Cf. Daniel LACERDA, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, cit., p. 98.

¹⁵⁹ Cf. Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne*, cit., p. 83.

¹⁶⁰ Cf. Maria Odete Sequeira MARTINS, *D. Isabel de Portugal, Duquesa da Borgonha*, cit., p. 36.

*por fortuna. Et corrigela tu que estas en la escuela de Athenas, y eres docto por sabiduria e loable por costumbres mas que alguno de nuestra edat*¹⁶¹.

Nesta visão do irmão, destacamos o adjetivo *loable* (louvável), escrito três vezes no prólogo, honesto e douto por Sabedoria. O acesso à escola de Atena (deusa grega da Sabedoria e protectora da cidade de Atenas) faz-se através do estudo contínuo e paciente — note-se a referência a Penélope, a que nunca desistiu de esperar Ulisses e que ia enganando o tempo tecendo uma tapeçaria interminável —, da prática dos bons costumes e do amor a Deus. No modelo de Pizan, esta lição sobre o valor da Sapiência também está ao alcance das mulheres¹⁶².

Finalmente Beatriz, a sobrinha mais nova vinda de Portugal, viveu sempre em terras flamengas, na corte e na proximidade da tia. Foi ela que negociou o seu contrato de casamento com Adolphe de Clèves, senhor de Ravenstein, sobrinho do duque, por quem o mesmo tinha uma afeição especial. Neste contrato, Beatriz recebe como dote 25000 escudos de ouro, além de prendas para o seu enxoval, como mobília e objetos de luxo. Aos noivos é feita a mercê dos rendimentos do senhorio de Dreischor, situado na ilha de Schouwen, na Zelândia. Este senhorio tinha sido uma doação de Filipe, o Bom, à duquesa, sua esposa¹⁶³. O casamento realiza-se a 6 de Maio de 1453 e não afastou os noivos da corte dos duques, onde continuaram a viver e mais tarde na corte do seu filho Carlos, o Temerário, e da sua segunda esposa Isabelle de Bourbon. Sabemos que a Infanta foi uma das madrinhas escolhida para o filho do delfim Luís, futuro Luís XI, e da princesa Charlotte de Sabóia, nascido em 1459. As crónicas reportam as suas qualidades: “piedosa, caritativa e de grande modéstia”¹⁶⁴. Teve dois filhos, Filipe e Luísa, esta última afilhada do Delfim, o que revela que a amizade e a proximidade entre as famílias da casa ducal da Borgonha e da coroa francesa se mantinham.

A infanta morre nova, em Fevereiro de 1462, em Quesnoy. A duquesa vai sentir mais esta perda e sobretudo a falta desta sobrinha que era a sua última ligação à

¹⁶¹ “Tragedia de la Insigne Reina Dona Isabel”, *cit.*, pp. 307-308.

¹⁶² Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, *cit.*, Livro I cap.º I, p. 78, e cap.º II, p. 80.

¹⁶³ Cf. Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne*, *cit.*, pp. 84-85 e Maria Odete Sequeira MARTINS, *D. Isabel de Portugal, Duquesa da Borgonha*, *cit.*, pp. 36-37

¹⁶⁴ Cit. por Daniel LACERDA, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, *cit.*, p. 97.

família de origem e ao seu muito amado irmão Pedro¹⁶⁵. As crianças pequenas foram de imediato acolhidas pela duquesa no Castelo de la Motte-aux-Bois, onde residia desde 1457. Para além da educação destes seus sobrinhos-netos, a duquesa volta-se para o filho e especialmente para a sua neta Maria, para ter o afecto e conforto que faltou no seu casamento com Filipe, especialmente depois dos desentendimentos com o filho, em que a Duquesa apoiou Carlos, o seu único filho, com quem sempre manteve laços de grande proximidade¹⁶⁶.

Em 1471, aquando do seu falecimento, será o seu sobrinho-neto Filipe, com apenas 15 anos, que conduzirá o seu féretro até à Cartuxa de Gosnay, onde a duquesa, a quem chamava segunda mãe, seria sepultada¹⁶⁷.

As qualidades da duquesa ficaram registadas no poema de Martin Le Franc :

*“A cada um a dama abençoa
Pela sua doçura, pela sua sabedoria
Viva a senhora, e bendito seja
Quem nos dá tal princesa”*¹⁶⁸.

Uma princesa doce e sábia, a quem o duque deixa governar o ducado quando se ausenta e que participa activamente na política do seu tempo, nomeadamente nas negociações da guerra dos Cem Anos, onde se sentou à mesa com o rei de Inglaterra, o rei de França e delegações de reinos e ducados que participaram no conflito, nomeadamente uma delegação portuguesa, tendo as negociações durado de Julho até Setembro de 1435. A duquesa consegue um acordo com a França em detrimento da Inglaterra e em termos gerais os beligerantes conseguem um acordo de paz. A sua acção na mesa das negociações não escapa à pena do poeta, anteriormente referido, que participando como delegado às negociações, acrescenta ao seu relatório um poema sobre a participação da duquesa¹⁶⁹:

¹⁶⁵ Cf. Aline S. TAYLOR, *Isabel of Burgundy. The Duchess who played politics in the Age of Joan of Arc, 1397-1471*, Boston, Madison books, 2001, p. 167.

¹⁶⁶ *Ibidem*, pp. 167-168.

¹⁶⁷ Cf. Maria Odete Sequeira MARTINS, *D. Isabel de Portugal, Duquesa da Borgonha*, cit., pp. 37-38.

¹⁶⁸ Cit. por Daniel LACERDA, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, cit., p. 30.

¹⁶⁹ Cit. por Aline S. TAYLOR, *Isabel of Burgundy*, cit., p. 79 (nossa tradução do inglês).

*“Perante ela o horror da guerra acabou
E a paz, uma vez mais, passou a ser o seu assunto.
Longa vida para a mais alta duquesa
Longa vida para a senhora da Borgonha”.*

Embora neste trabalho só nos interesse o papel de Isabel da Borgonha enquanto tia dos filhos do seu irmão D. Pedro, garantindo com zelo o futuro para os três jovens que se refugiam no seu ducado, não deixaremos de salientar o seu papel em relação a seu filho, seus sobrinhos, sua neta e seus sobrinhos-netos, bem como a ligação com os sobrinhos do marido, nomeadamente Adolphe de Clèves, e os próprios filhos bastardos do marido, que são educados na corte e participam na *entourage* do duque, ou na da duquesa, quando raparigas¹⁷⁰. Por último, merece destaque o seu papel de negociadora no fim de um conflito secular como a guerra dos Cem Anos e a sua participação na resolução de vários conflitos e rebeliões internas dentro do próprio ducado.

Já vimos como os irmãos da rainha Isabel (João, Jaime e Beatriz) encontraram a protecção e amparo que seu pai desejaria para eles na corte de sua tia, também Isabel, na Borgonha. Voltemos ao reino de Portugal e vejamos o que aconteceu com o condestável D. Pedro, D. Filipa e D. Catarina.

Em relação ao condestável D. Pedro, já nos referimos a ele, quando analisámos o período da regência do infante D. Pedro. Com o agudizar dos conflitos entre seu pai e seu primo D. Afonso V, o cargo de condestável é-lhe retirado e, quando o seu progenitor se retira para Coimbra, ele vai utilizar as suas tropas e os castelos que lhe deviam obediência pelo seu mestrado de Avis, no sentido de ajudar e reforçar as forças e a estratégia do seu pai. Esta movimentação das suas tropas vai pôr em alerta as forças do rei, temendo este que o infante D. Pedro pudesse receber ajuda militar do condestável castelhano D. Álvaro de Luna¹⁷¹, a quem o condestável já tinha ajudado

¹⁷⁰ Cf. Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne*, cit., pp. 65-76.

¹⁷¹ A realizar-se a entrada de tropas castelhanas em Portugal, o melhor era fazê-lo pela fronteira do Alentejo, dado o fácil acesso à comarca de Entre Tejo e Odiana, contígua à zona dominada pelo Mestre de Alcântara, Gutierre de Sotomayor, favorável ao infante; em território lusitano, teriam o apoio de diversos postos militares estrategicamente colocados. Com o domínio do Sul do País e contando com o apoio político da cidade de Lisboa, seria fácil ao infante enfrentar as tropas reais. Neste contexto, as posições da Ordem de Avis eram determinantes, porque garantiam o percurso entre a fronteira e a capital. O rei compreende o perigo que a estadia do seu primo no Alentejo representava e tenta a todo custo neutralizá-lo, retirando-lhe as posições-chaves que ele ocupava ou pensava ocupar. O conde de Odemira é enviado aos principais castelos alentejanos, para garantir a sua defesa em caso de entrada de tropas

durante a regência de seu pai. Com o apoio das vilas que pertenciam à ordem de Avis, a ajuda militar que entrasse pela fronteira alentejana conseguiria dominar o sul do reino e chegar à capital; não admira, pois, que, durante vários meses, D. Pedro permanecesse no Alentejo. O rei consegue impedir o apoio dessas praças ao seu primo e a ajuda castelhana também não se dará, pois Álvaro de Luna é chamado a Toledo para conter a revolta do alcaide da cidade.

Impotente, resta a D. Pedro permanecer em Valência de Alcântara, do lado da fronteira castelhana, e aguardar o desfecho do conflito. Depois de saber da morte do seu pai e da lei régia de 27 de Maio 1449, pela qual lhe é retirado o governo do mes-trado da Ordem de Avis, parte para a corte castelhana de João II¹⁷².

Nesta, D. Pedro encontrará um ambiente cortesão, onde a cultura e o estudo dos clássicos eram valorizados, e discutidas as obras dos seus contemporâneos; nesse ambiente, escreve a obra “Sátira de Infelice e Felice Vida”, que terá uma primeira versão em português¹⁷³, sem glosas, e outra, a que conhecemos, em castelhano, com glosas¹⁷⁴, onde o autor explica as inúmeras referências clássicas e teológicas a que recorre como exemplo no texto principal. A Introdução tem a forma de uma carta dirigida à sua irmã :

“(…) *A la muy famosa, muy excelente princesa, muy devota muy virtuosa e perfecta señora doña Isabel, por la deífica mano reina de Portugal, grand señora en las libianas partes, enviada por el su en obediência menor hermano e en deseo perpetuo mayor servidor*”¹⁷⁵.

Mais adiante, irá explicar as razões do título da obra como uma repreensão à sua vida “Infelice”, em contraponto à da sua amada “Felice”. Quanto à sua infelicidade, faz uma referência, que será uma constante nas suas obras, à roda da fortuna, que

castelhanas, reforçando assim a lealdade dessas praças ao rei. Cf. Luís Adão da FONSECA, *O condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982, pp. 59-61.

¹⁷² Cf. *Ibidem*, pp. 62-63.

¹⁷³ Escrita antes de Alfaroqueira. Cf. Luís Adão da FONSECA, Introdução às *Obras do Condestável D. Pedro*, cit., p. X.

¹⁷⁴ Terá sido traduzida e acrescentada, já em Castela, entre 1449-1453, de acordo com Luís Adão da FONSECA, Introdução às *Obras do Condestável D. Pedro*, cit., p. X.

Na edição de Guillermo Séres, sustenta-se que a primeira edição, sem glosas, em português, teria sido escrita entre 1445 e 1449 e a versão em castelhano, acrescentando as glosas, entre 1450 e 1453 (“Estudio introductorio” a Pedro de PORTUGAL, *Sátira de Infelice e Felice Vida*, Edición crítica, introducción y notas de Guillermo Serés, Centro de Estudios Cervantinos, Alcalá de Henares, 2008, p. 22).

¹⁷⁵ Pedro DE PORTUGAL, *Sátira de Infelice e Felice Vida*, cit., p. 69.

determinará a sua vida bem como a da sua família. Assim, justifica o envio à irmã da versão em castelhano:

“E si la muy insigne magnificência vuestra demandare cuál fuella causa que amí movió dexar el materno vulgar e la seguinte obra en este castelhano romance prosseguir, yo responderé que, como la rodante fortuna con su tenebrosa rueda me visitasse, venido en estas partes, me di a esta lengua, más costreñido de la necesidad que dela voluntad”.

E a seguir refere que esta língua “non sea muy nueva delante la vuestra real e muy virtuosa magestad”¹⁷⁶, o que aponta para o bilinguismo frequente na corte portuguesa e também presente na própria educação dos infantes, como atrás demos conta.

Vejamos agora as razões que levam D. Pedro a dedicar e a pedir o apoio da rainha :

“Será muy necessário que la suma prudência vuestra emende aquéllos, e los yerros suyos con amigable correccion los repreenda e repreendida e emendada, sea digna de algund loor, o a lo menos no digna de reprehensión (...)”.

Depois, pelo seu “real estado”, pode acrescentar à obra honra e autoridade, defendendo-a “de las caninas e venenosas lenguas, más hábiles a repreender que a loar (...)”¹⁷⁷.

E finalmente, “Por el amor inmutable que, segund dixé en comienço, sempre sentí que la vuestra singular virtude me había, do procederá loor a mi obra, aunque no lo merezca”¹⁷⁸.

Parece-nos claro que o Condestável confiava no esclarecimento/sabedoria da sua irmã, para ler e corrigir a obra que lhe enviava e também confiava na sua prudência e discrição para a defender e divulgar convenientemente na corte portuguesa. Para além disso, transparece o amor fraterno que os unia e que o autor agradece: “ma aun en las mis entrañas está sellado e esculpido vuestro servicio se anteponer a toda a otra cosa mundana”¹⁷⁹.

¹⁷⁶ *Ibidem*, p. 76.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 75.

¹⁷⁸ *Ibidem*, pp. 75-76.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p. 69.

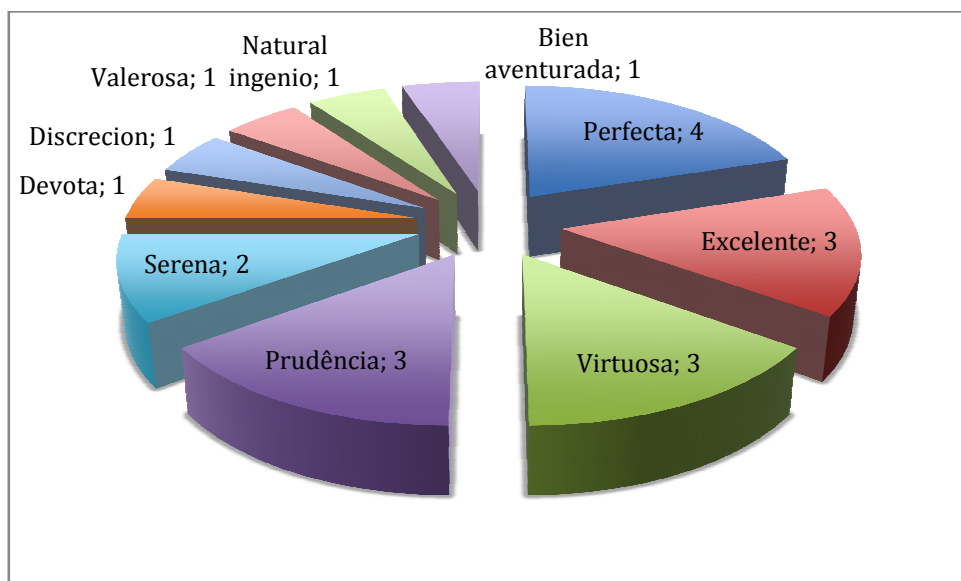
Apesar da sua condição de exilado, D. Pedro é bem aceite na corte, combatendo ao serviço do rei D. João de Castela (seu tio) em Navarra. Registrando-se uma nova crise entre Álvaro de Luna e o príncipe D. Henrique, futuro sucessor no trono, a nova conjuntura política, resolvido o conflito entre Castela e Navarra e sendo iminente a queda de Álvaro de Luna, vem possibilitar uma aproximação entre D. Henrique e D. Afonso V. Assim, as negociações oficiais para o casamento de D. Joana, irmã mais nova do rei português, com o herdeiro castelhano, iniciam-se com um encontro entre ambos em Monsaraz, em Março de 1453. Esta aproximação entre as coroas favorece também a posição de D. Pedro, que deixa de ser visto como um exilado, banido da corte portuguesa, para passar a ser um elemento de ligação, primo da noiva e do monarca, que facilita as negociações do casamento¹⁸⁰.

Dando resposta aos pedidos insistentes da rainha de Portugal, sua irmã, D. Afonso V devolve a D. Pedro o governo do mestrado de Avis. Assim, podemos dizer que, a partir de 1453, D. Pedro recupera a riqueza e dignidade próprias da sua condição. A protecção e preocupação de Isabel foi sempre constante. No ano seguinte, escreve a Cosme e Pedro de Médicis, em Florença, para que entreguem a seu irmão o rendimento anual do crédito que possuía no comum do Monte Florença. Este rendimento será depois da morte da rainha atribuído a sua irmã D. Filipa¹⁸¹.

Voltemos à epístola da “*Sátira de Infelice e Felice Vida*” do condestável D. Pedro, onde contabilizámos os adjectivos utilizados para caracterizar a sua irmã, a rainha D. Isabel :

¹⁸⁰ Cf. Luís Adão da FONSECA, *O condestável D. Pedro de Portugal*, cit., pp. 74-75.

¹⁸¹ Cf. Saul António GOMES, *D. Afonso V*, cit., pp. 87 e 89.



Os adjectivos mais utilizados são: Perfeita, Excelente, Virtuosa e Prudente.

Depois, Serena e, finalmente, Devota, Discreta, Valorosa e com “Natural Ingenio” (comportamento “natural”, em oposição a “artificial indústria”: comportamento artificial ou fingido).

Todas estas qualidades têm a ver com a sua condição de rainha, predominando as formas de tratamento real : “Princesa”, “Reyna de Portugal, Grand señora en las libianas partes”, “Muy esclarecida Reyna”, “Vuestra real e muy virtuosa majestade”, “Muy valerosa e bienaventurada princesa”, “Besando las manos reales”.

A confiança nas qualidades da rainha é assim dominante nesta dedicatória. Mas por detrás da rainha há a irmã e o amor imutável que os une e que faz dela “mi muy Principal señora” e dele “en obediência menor hermano” (embora sendo mais velho que ela) e “Mayor servidor”.

Não temos nenhuma fonte que nos permita saber como a rainha caracterizaria o seu irmão, mas o cronista Alonso de Córdoba na sua “ Commemoración breve de los reyes de Portugal” define o condestável, como astrólogo, teólogo, filósofo e poeta, ainda que virtuoso soldado, moralista erudito e finalmente autor:

*“Éste sabe de los cielos
los secretos y rincones,
y descobija los velos
de las sacras conclusiones;
la vera filosofia*

*dél ha sido escudriñada
y la gaya poesia
no se pudo esconder nada.
DESCRIPCIÓN DEL TIEMPO
Sin temor de causa alguna,
Con favor del albedrío,
Siempre tuvo a la Fortuna
Debajo su poderio;
Contra toda malandança
De la ciega alteración
Ha sostenido bonança
A ossadas como varón.
(...)”¹⁸².*

Neste poema, no verso onze, há referência à Fortuna, um tema recorrente nas suas obras, que indica que seria um representante de uma corrente filosófica denominada “virtude estoica” entendida como o triunfo da Prudência sobre a Fortuna¹⁸³. A virtude Prudência, que temos referido a propósito das várias obras quatrocentistas que temos vindo a analisar neste trabalho, tem um significado abrangente que lhe vem do seu étimo latino (*prudencia*, -ae) que significa previsão, sabedoria, inteligência, sagacidade: a capacidade de antever as consequências dos nossos actos e portanto intervir no nosso destino (fortuna) com paciência e discrição.

Normalizadas as relações entre Castela e Portugal, recuperada a sua dignidade e sendo-lhe devolvida a ordem de Avis, D. Pedro passa a funcionar como diplomata da coroa portuguesa em Castela. O caminho para o seu regresso ao reino começa a ser aberto. A sua obra “Coplas del menespicio e contempto de las cosas fermosas del mundo”, dedicada ao primo Afonso V, reflecte esta aproximação:

¹⁸² Cit. por Guillermo de Serés, in Pedro DE PORTUGAL, *Sátira de Infelice e Felice Vida*, cit., p. 11.

¹⁸³ Cf. Pedro de PORTUGAL, *Sátira de Infelice e Felice Vida*, cit., p. 12.

*“Comiença el proemio dirigido al muy excelente e muy catholico príncipe muy temido e muy amado señor Alfonso el quinto deste nombre, rey de los Portugueses y señor de la insigne e muy guerrera africana ciudad”*¹⁸⁴.

Na carta, “Razoameto de despedida à princesa Dona Joana de Portugal”, escrita quando esta já se encontrava na corte castelhana, o infante faz-lhe várias recomendações, que demonstram a sua preocupação com a adaptação da sua prima mais nova àquela corte¹⁸⁵:

*“(...) fuye los viles e invertuosos, ca non les plasera de ty, por que no usan lo que tu rreclamas, e veran en los tus mienbros escrito lo contrario de lo que dessean. Ffuy los levianos mancebos que retratan las cosas por jugados sábios, ca peligrosa te será su companhia ... Da las dulçes saludes alegremente a los amadores del verdadeiro saber, e ad aquellos que amam las altas virtudes te alega (...)”*¹⁸⁶.

O infante põe em evidência o perigo da companhia dos “levianos Mancebos”, que se fazem passar por sábios para impressionar as damas, em oposição aos amantes do verdadeiro saber, que praticam as virtudes e que devem ser acompanhados e ouvidos pela jovem rainha. Pizan chama-lhes “gentis Homens” e também alerta para o perigo do seu convívio com as damas e donzelas da corte¹⁸⁷.

O infante participa em várias incursões militares ao reino de Granada e pensa regressar ao reino de Portugal, depois de publicada a carta régia que perdoa todos os intervenientes em Alfarrobeira ao lado do regente¹⁸⁸. O reencontro com as suas irmãs e a sua mãe é agora possível. Este reencontro não se chega a fazer, pois a rainha morre precipitadamente em 2 de Dezembro em Évora, sete meses depois do nascimento de D. João II, um nascimento tão auspicioso que garantia/reforçava o papel da rainha e dos seus descendentes na corte e no reino. A morte da rainha provoca o desespero

¹⁸⁴ Esta obra foi escrita entre junho de 1453 e finais de 1455 — *Obras do Condestável D. Pedro*, cit., p. 179, e “Introdução” às mesmas, de Luís Adão da Fonseca, p. XIV.

¹⁸⁵ Cf. *Obras do Condestável D. Pedro*, cit., “Introdução”, pp. XXIII-XXV. Luís Adão da Fonseca indica como data provável 23 de Maio de 1455, antevéspera do seu casamento com Henrique IV.

¹⁸⁶ *Obras do Condestável D. Pedro*, cit., p. 358.

¹⁸⁷ Veja-se, infra, 1ª parte.

¹⁸⁸ *Obras do Condestável D. Pedro*, cit., p. 89.

de D. Pedro, expresso na obra escrita em sua homenagem¹⁸⁹ que temos vindo a citar. O seu regresso ao reino será entre 12 de Fevereiro e 3 de Março do ano seguinte. Nesta obra o autor/actor confronta o seu desespero e revolta pela morte da irmã com a chegada de dois mensageiros que lhe confirmam a triste notícia:

*“Maldixe la hora, maldixe el dia
en que tanto daño se acaesçiera;
maldixe mi mesmo e la vida mia,
maaldixe el punto en que yo nasçiera,
maldixe la tierra que me sostenia,
maldixe fortuna que tal consentira,
maldixe la muerte e suo sadia,
maldixe la casa adonde moriera,
la mas acabada dama que bivia.*

CONTRA LOS MEDICOS

*Maldixe los doctos en la medicina,
E la su sçiencia pues tan poco presta;
Maldixe la feble natura mesquina,
De los humanales a caher tan presta;
Maldixe la vida de maldiçion digna
Que tan poco dura e tanto molesta;
Maldixe la causa tanto peregrina,
de manos tyranas e cruas compuesta,
por do fue sañosa la mente divina”¹⁹⁰.*

Fala ainda de um velho (peregrino), que tentará consolá-lo e fazê-lo aceitar a realidade, enaltecendo as qualidades da rainha, o modo como viveu e amparou todos os perseguidos, amou o seu marido e finalmente a forma como aceitou a vontade de Deus, pois teve uma vida virtuosa, boa e honesta. Segundo o velho,

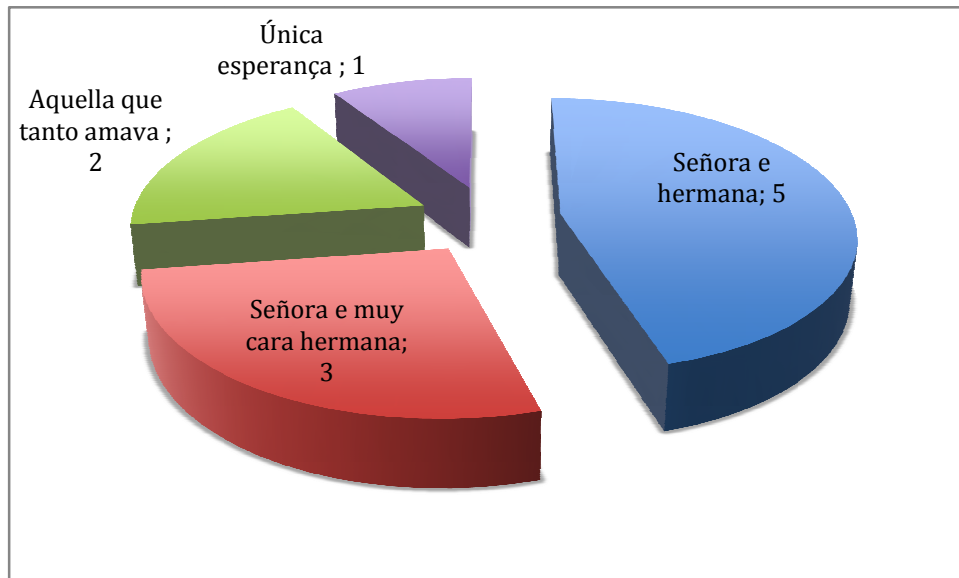
*“(…) las sus muchas limosnas aun sentidas de los estraños le offreçian el çielo
empíreo; la su pura e conjugal castidade le dava seguridad de la companhia de las*

¹⁸⁹ A “Tragedia de la Insigne Reina Dona Isabel”, *cit.*, escrita após o regresso do infante a Portugal, entre 1456 e 1457. (cf. Luís Adão da Fonseca, “Introdução” às *Obras do Condestável D. Pedro*, *cit.*, p. XX).

¹⁹⁰ *Obras do Condestável D. Pedro*, *cit.*, p. 317.

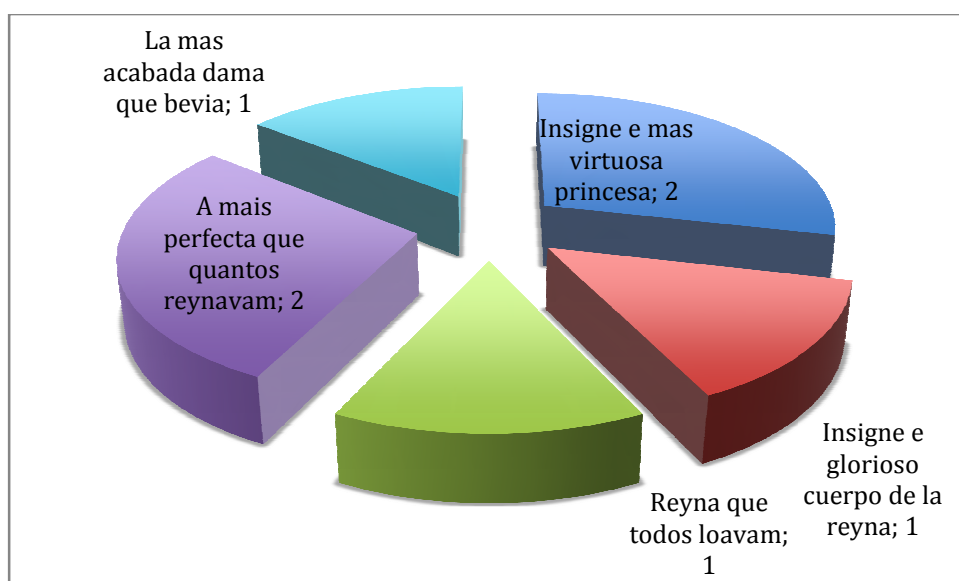
*sanctas e castas matronas; la grande caridat con que ampar e cobrio a los perseguidos de la adversa fortuna la inflamava de tal amor de Dios que no dubdava gozar de su gloriosa vista”*¹⁹¹.

Nesta obra, as formas de tratamento centram-se em primeiro lugar no parentesco que ligava o Condestável e a irmã D. Isabel:



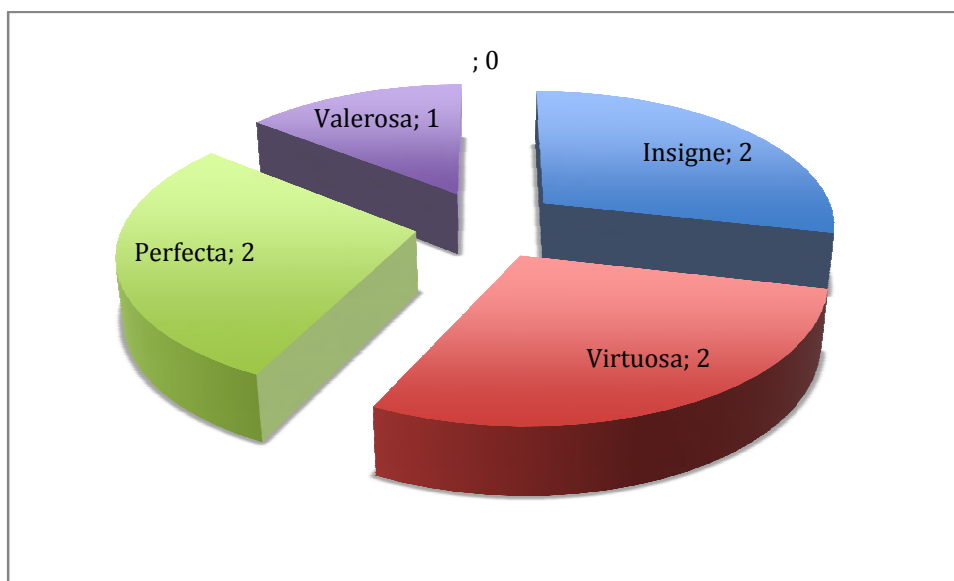
Señora e Hermana ou Señora e muy cara Hermana, aquella que tanto amava e a única esperança.

Em segundo lugar as outras formas de tratamento sublinham o cargo régio de D. Isabel.



¹⁹¹ *Ibidem*, p. 321.

Nesta perspectiva, destaca-se: “A mas perfecta que quantos reynavam” Esta forma de tratar a rainha é confirmada pela contagem que fizemos dos adjectivos que o autor/actor e o peregrino utilizam para caracterizar a homenageada:



Salientámos Perfecta, Virtuosa e Valerosa, já utilizados na obra anterior, escrita ainda em vida da rainha, e Insigne, adjectivo utilizado no texto posterior e também no próprio título que o Condestável atribui à sua obra. Insigne, no sentido daquela que é notável ou nomeada pelas suas obras ou feitos¹⁹² também evidenciada mais tarde na biografia da sua filha, a infanta Santa Joana, onde é descrita assim : “Outrossy muy ornada de excellencia de virtudes e nobreza de bõos costumes. E grãnde amor de deus e discripcam em todas cousas”¹⁹³. A sua imagem nas crónicas é igualmente marcada pelos qualificativos: Perfeita, Virtuosa, com muita “descriçam e prudência”¹⁹⁴.

De novo em Portugal, D. Pedro reencontrará a mãe, já na plena posse do ducado de Coimbra,¹⁹⁵ e a irmã D. Filipa, que, na corte de Afonso V, educará os sobrinhos (Joana, de três anos, e João, de sete meses) e lhes deixará a memória de sua mãe.

¹⁹² A “boa nomeada” referida por Pizan como a honra a alcançar pelas mulheres. Veja-se 1.ª parte p. 4.

¹⁹³ *Crónica do Mosteiro de Jesus de Aveiro*, cit., p. 76

¹⁹⁴ Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., livro II, pp. 135, 137, 140.

¹⁹⁵ A situação da duquesa começou a melhorar a partir de 1452, quando D. Afonso V amnistiava os lavradores, peões, besteiros, artífices e gente miúda residentes nas suas terras, podendo por isso voltar a trabalhar e a pagar as suas rendas. A duquesa terá permanecido sempre nas suas terras e assinado os seus documentos com o seu próprio selo. Depois do parto e baptizado do futuro D. João II, o rei outorga o perdão geral a todos os apoiantes do regente. A família real estava reconciliada. Cf. Saul António GOMES, *D. Afonso V*, cit., pp. 82-83.

D. Filipa, vivendo na corte a partir dos sete anos, terá sido o grande amparo e a confidente da sua irmã, vivendo com ela o desgosto da morte do pai e as intrigas e maledicência daqueles que a todo o custo quiseram afastá-la da corte e do rei. Nos testamentos, que a rainha escreve sempre na proximidade de um parto, deixa-lhe a terça parte dos seus bens e, próxima da morte, pede ao marido que a ampare.

D. Filipa teve um papel importantíssimo no apoio ao seu irmão D. Pedro quando este, a pedido do conselho de Barcelona, aceitou o trono do reino de Aragão, a que tinha direito por via materna, pois era neto de Jaime de Urgel. Os trinta meses que durou o seu governo, de 21 de Janeiro de 1464 a 29 de Junho de 1466, obedeceram a um complexo jogo diplomático e político que envolveu os interesses das coroas portuguesa e castelhana, bem como negociações com o ducado da Borgonha e o rei Luís XI de França. Se no início e num jogo subterrâneo, os interesses das coroas portuguesa e castelhana parecem convergir no apoio a D. Pedro, que era contestado dentro do próprio reino aragonês por facções que se opunham à solução sustentada por Barcelona, com o agravar das lutas internas D. Pedro precisa e pede desesperadamente apoio e auxílio militar. Existem várias cartas enviadas por D. Pedro para sua tia, a duquesa da Borgonha, solicitando apoio militar e até financeiro, mas o apoio por esta manifestado nalgumas cartas ao conselho de Barcelona aquando da sua eleição não encontrava eco junto de seu marido Filipe, o Bom, num quadro de divergências e afastamento entre os duques que já referimos atrás. Por outro lado, os conflitos internos em Castela põem em causa o rei e a sua descendência e D. Afonso V é chamado a intervir para proteger a posição da sua sobrinha Joana (filha da sua irmã casada com Henrique IV) com quem planeia casar-se, tornando-se assim pretendente ao trono de Castela. Esta modificação na política em Castela estabelece novas prioridades no jogo das alianças ibéricas, deixando o Condestável desapoiado e à mercê dos opositores internos¹⁹⁶. Durante este período, no entanto, D. Pedro contou sempre com o apoio de sua mãe, em Coimbra, e da sua irmã D. Filipa, a quem deixou o governo dos bens quando partiu para a Catalunha. A 9 de Agosto de 1464, a duquesa de Coimbra manifestava a sua alegria, em carta dirigida aos conselheiros de Barcelona, por terem esco-

¹⁹⁶ Cf. Luís Adão da FONSECA, *O condestável D. Pedro de Portugal*, cit., pp. 205-211.

lhido o seu filho como rei e senhor apelando à obediência a este soberano verdadeiro e legítimo do trono aragonês¹⁹⁷.

Através do governo da ordem de Avis é enviado apoio militar (nomeadamente cavalos), financeiro e em bens que D. Pedro requiere, sendo pagas mercês a funcionários portugueses e catalães seus apoiantes. O esforço económico, financeiro e humano feito pela Ordem levou a que houvesse um grupo interno que se opôs a esta política, diligenciando junto do rei e até do Papa para que D. Pedro fosse substituído, obrigando este a encarregar o bispo de Silves de defender junto do Papa, em Roma, os seus direitos¹⁹⁸.

Nunca conseguindo superar a desconfiança do rei francês e obter o seu apoio, D. Pedro fica numa situação militar insustentável. Desesperado e doente, acaba por falecer, deixando o trono para o seu primo D. João, filho do rei Afonso V, que nunca o ocupa. Alguns põem a hipótese de envenenamento. De salientar que, se todos os apoios lhe faltaram e a sua aceitação do trono redundava num fracasso militar e político, as mulheres da sua família fizeram tudo para o apoiar. A sua tia, Isabel da Borgonha, em oposição ao marido, a sua mãe, com os recursos do ducado de Coimbra, e a sua irmã, através da administração da Ordem de Avis, canalizaram grande parte do auxílio que chegava de Portugal a Barcelona. D. Filipa tinha 27 anos e teve de desenvolver uma importante operação de apoio ao governo do irmão que ia da concessão de verbas provenientes das rendas do Mestrado de Avis até ao desbloqueamento dos navios apresados ao serviço de Aragão. Faltando o apoio financeiro das entidades de Barcelona, foi utilizada a nau de D. Filipa para transportar cavalos, vinho, toucinho, pescado, trigo e biscoito. A par destas tarefas, D. Filipa tratava igualmente do pagamento das rendas dos servidores de seu irmão que o acompanharam no reino de Aragão¹⁹⁹. Com o desaparecimento de D. Pedro, em Junho de 1466, D. Filipa é a única filha viva dos duques de Coimbra. Sua mãe falecerá em 17 de Setembro de 1469, sendo depois trasladada para Santa Maria da Vitória, onde já repousava o seu marido²⁰⁰.

¹⁹⁷ Cf. Saul António GOMES, *D. Afonso V*, cit., p. 84.

¹⁹⁸ Cf. Luís Adão da FONSECA, *O condestável D. Pedro de Portugal*, cit., p. 211.

¹⁹⁹ Cf. Maria da Graça VICENTE, *D. Filipa. A Senhora de Odivelas*, Vila do Conde, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, 2011, pp. 46-49.

²⁰⁰ Saul António GOMES, *D. Afonso V*, cit., p. 86.

Não são conhecidas diligências para arranjar marido a D. Filipa e os cronistas não referem nenhum contacto nesse sentido²⁰¹. Terá desde cedo manifestado o desejo de seguir a vida contemplativa e portanto ingressar num convento? Usando uma licença obtida do Papa Sisto IV, para manter consigo seis criadas e permanecer em qualquer mosteiro de sua escolha, é acolhida, a partir de 1471, no mosteiro cisterciense de S. Dinis de Odivelas. Foi neste mosteiro que faleceu sua avó, de quem herdara o nome. O facto de as propriedades que herdara de sua irmã serem vizinhas do convento facilitava a sua administração e o sustento da sua casa. Não professou, manteve sempre a sua casa e estado e vestiu-se sempre de modo secular. Sendo o mosteiro perto de Lisboa, podia sempre que o desejava permanecer na corte e ficar perto dos seus sobrinhos²⁰². D. Joana, quando tenta convencer o pai a seguir para o convento, vai para Odivelas e fica ao cuidado da tia; quando esta vai para Aveiro, D. Filipa vai com ela e, quando mais tarde fica doente, a tia visita-a e permanece com ela vários meses. Parece compreender as razões do reino, tentando fazer ver à infanta a sua posição e o que se esperava dela, e acaba por ser um exemplo de vida para esta, no seu despojamento dos bens mundanos, em contraponto aos bens espirituais que cultivava com dedicação. Mesmo o sobrinho D. João II sempre lhe comunicou e pediu a sua opinião em matérias de maior importância para o seu governo²⁰³.

Recolhida sob a protecção do mosteiro, dedica-se à oração, ao estudo e tradução de várias obras religiosas. D. Filipa será a autora de *“As Estações e Meditações da Paixão, muy devotas para os que vizitão as Igrejas Quinta Feira de Endoenças”*, que foi impressa mais tarde, na regência de D. Catarina, viúva de D. João III. Dominava muito bem o latim e o francês, pois traduziu do latim para português o *“Tratado da vida solitária”*, composto por S. Lourenço Justiniano. Do francês, traduziu para a nossa língua um livro de *“Evangelhos e Homilias de todo o ano com algumas lendas e vidas de Santos”*, acrescentando imagens ao texto, para que “a vista delectosamente ocupe as imagens destas cousas figuradas e aquellas que em o tempo antigui forao delas figuras, ainda que nom som bem feitas”. Organizando e sumariando as homilias

²⁰¹ Cf. Maria da Graça VICENTE, *D. Filipa. A Senhora de Odivelas*, cit., pp. 17-19.

²⁰² Cf. Idem, *Ibidem*, p. 30.

²⁰³ Conselho e voto da senhora dona Felipa filha do infante Dom Pedro, sobre as terçarias e guerra de castelã – foi impresso mais tarde, em 1643 ; neste documento D. Filipa aconselha o sobrinho a suspender as terçarias, pois “as cousas aprendidas na meninice ficao depois mui complantadas “ e depois alerta para os perigos de uma nova guerra com Castela mas se for Castela a declará-la importa enfrentá-la sem temor. Cit. por Maria da Graça VICENTE, *D. Filipa. A Senhora de Odivelas*, cit., pp. 39-40.

e ilustrando-as tornava a sua consulta mais fácil e atractiva²⁰⁴. Vários membros da família de Avis — D. Duarte, D. Pedro D, Isabel da Borgonha e na geração seguinte D. Leonor, D. Fernando e o Condestável — usavam Livros de Horas. Estes, tendo origem nos Mosteiros, foram objecto de uma progressiva apropriação pelos leigos, nomeadamente membros da nobreza, altos funcionários régios que lhes acrescentam as suas orações e devoções pessoais, dando-lhes uma releitura privada e pessoal que vai alargar-se a outros livros de rezar, breviários e missais²⁰⁵. Este trabalho de D Filipa é uma forma de tornar estas obras mais acessíveis; neste caso, a acessibilidade tem a ver com as religiosas de Odivelas e a sua sobrinha D. Joana, a quem são dedicadas. A sua biógrafa diz-nos que, desde os doze anos, a infanta na sua corte demonstrava grande devoção:

“Em ouvir ler e cotar a vida e doctrina de nosso Senhor e dos seus apóstolos e sanctos. E mayormente das sanctas virgês que por a ffe e amor de deus padecerã tormêntos e morte. Tomava muy grande prazer e alegria.”

Este seu trabalho de estudo e tradução é interrompido por muitas “torvações” que têm que ver com a morte da sua sobrinha em Aveiro, ao fim de cinco meses de agonia, e mais tarde com o acidente trágico que vitimou D. Afonso, o único filho do Príncipe Perfeito, esboroando o projecto político deste, que era o governo de Portugal e Castela sob a mesma coroa. D. Filipa vai morrer em Fevereiro de 1493 e será tumulada no mosteiro que escolheu. Fez um testamento, que reformulou várias vezes, no qual deixa os seus bens ao mosteiro, para que façam sufrágios pela alma da rainha, sua irmã, que lhe deixou a maior parte do seu sustento material e, por fim, liberta as suas escravas Antónia e Maria da Cunha²⁰⁶.

Tal como temos feito com todos os irmãos de D. Isabel, no caso de D. Filipa escolhemos o poema que esta acrescentou à dedicatória do seu livro. É um poema de louvor a Jesus que reflecte a sua religiosidade :

*“Non vos sirvo, non vos amo,
Mas devevos amar
De sempre vossa me chamo*

²⁰⁴ Cf. Idem, *Ibidem*, pp. 80-81.

²⁰⁵ Cf. Maria de Lurdes ROSA, “Sagrado, devoções e religiosidade”, in *História da Vida Privada em Portugal*, cit., vol. 1, pp. 384-385.

²⁰⁶ Cf. Maria da Graça VICENTE, *D. Filipa. A Senhora de Odivelas*, cit., pp. 66-69.

*Sem quem non há repousar
Ó vida, lume, e luz
Infinito Bem, e inteiro
Meu JESU Deos verdadeiro
Por mim morto em a Cruz.
Se mim mesma não desamo,
Non vos posso bem amar*

*A me ajudar vos Chamo
Para saber repousar”²⁰⁷.*

Para terminarmos este capítulo sobre as relações de D. Isabel com os irmãos, resta referir a mais nova, D. Catarina, que, depois de Alfarrobeira, fica com a mãe em Coimbra. Há uma referência, feita pela Rainha em 1452, no seu testamento, em que pede ao Rei que se lembre da sua mãe e da sua irmã e, mais tarde, em 1455, o rei faz uma doação anual a sua tia e sogra de vinte mil reais brancos, destinando-se essa tença ao seu mantimento e ao da filha, D. Catarina. Nunca mais aparecem referências a esta, pelo que pensamos que teria falecido cedo²⁰⁸.

6. A Governança da família.

Os filhos.

Para uma rainha, o principal papel era o de assegurar a descendência real, dando ao reino crianças saudáveis que garantissem a sucessão dinástica, sem sobressaltos. Neste caso e tendo em conta os acontecimentos em que o reino foi mergulhado, depois da morte de D. Fernando e posteriormente com a morte inesperada de D. Duarte, bem como os conflitos que levaram ao exílio de D. Leonor e à regência de D. Pedro, era fundamental que a rainha D. Isabel, filha do regente, garantisse ao reino uma sucessão legítima, que reforçaria o lugar de rainha e mãe do futuro rei, que lhe

²⁰⁷ *Ibidem*, pp. 84-85.

²⁰⁸ Cf. *Ibidem*, p. 14.

permitisse continuar a representar e defender a sua família junto do rei, em primeiro lugar, da corte e do reino.

Podemos, assim, imaginar que, para Isabel, engravidar era uma necessidade que ao demorar no tempo, (a rainha só engravida em 1950), quatro anos depois de casada, lhe tenha trazido muita ansiedade e angústia. A biógrafa de sua filha Santa Joana conta assim as preces da rainha:

*“A qual cō muito fervor de devacã oferecia cōtinuadamente ao alto deus prezes e devotos sacrifícios de orações pedindo lhe tevesse por bem lhe dar fructu de beecam pera seu santo serviço e soceder ho regno. Isto era causa que eram passados algũus tempos sêm averem filhos. Ouvindo ho Senhor deus seus justos desejos e petições e outorgando lhe o que pediia Concebeo”*²⁰⁹

Margarida Pinheiro²¹⁰ refere que, por graça divina, a rainha terá engravidado e Joana, mais tarde santa, seria assim a primeira filha do casal. No entanto, sabemos que já anteriormente a rainha tinha engravidado, dando à luz em Janeiro de 1451 um rapaz, a quem foi posto o nome de João, mas que faleceu pouco tempo depois do seu festejado nascimento. Poucos meses depois, a rainha engravida de novo, agora sim da princesa que receberá o nome de Joana. Durante a gravidez, a rainha assiste aos preparativos e festas do casamento de sua cunhada, a infanta D. Leonor com o imperador Frederico III de Habsburgo. O casamento, por procuração, onde estão os representantes do imperador, realiza-se na Sé de Lisboa e durante vários dias são organizadas recepções, torneios e pequenas representações simbólicas que pretendem homenagear os noivos e são uma forma de Afonso V mostrar às cortes europeias o seu poder. Estão presentes nas festas as principais famílias nobres do reino, para mostrar que os desentendimentos após Alfarrobeira estão sanados; as comunidades judaica e muçulmana da cidade participam nas festas e até um grupo de habitantes das Ilhas Canárias acompanha um dos cortejos feitos pelas ruas da cidade. Nestas recepções, o rei surge sempre acompanhado pela rainha, que também recebe e fala com os embaixadores —

²⁰⁹ In: *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana filha del rei Dom Afonso V (Códice Quinhentista)*, Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil, Aveiro, edição do Prof. Francisco Ferreira Neves, 1939, p. 76.

²¹⁰ Rocha Madahil atribui a redacção do Memorial da Infanta santa Joana filha del Rei Dom Afonso v a Margarida Pinheiro, sacristã da igreja do mosteiro e criada da infanta, privaria com ela como nenhma outr, cf. *ob. cit.*, prefácio, pp. XXXII-XXXVI.

em latim, pensamos nós²¹¹. Esta, embora grávida, cumpre o seu papel protocolar, mas com reservas, como nos diz o cronista:

*“E como entraram na sé a imperatriz se foi à cortina d’El-Rei e com ella as infantes suas irmãs, El-Rei se foi para a da rainha, que por ser prenhe e ter na empenhidão fortes accidentes se retraiu a uma capela da charola em que ouviu missa”*²¹².

O que a levará a também não acompanhar a cunhada e prima na despedida, no cais. Esta informação leva-nos a pensar que a gravidez não tenha sido tão fácil e auspiciosa como nos faz crer a biógrafa da infanta Santa Joana²¹³:

*“E ê todos hos nove meses que andou prenhe sêmpre foy cõ tanto prazer e sem ninhua graveza nê pejo e door. Como que nõ trouvesse ê seu ventre carrega algua que bê dava a demonstrar qual avia de ser a que dela avia de nascer”*²¹⁴.

Na véspera do parto, esse momento tão esperado e ao mesmo tempo tão temido, Isabel manda redigir o seu testamento, onde pedirá ao marido que ampare e ajude sua mãe e sua irmã mais nova. No dia 6 de Fevereiro de 1452, nascerá uma rapariga, baptizada com o nome de Joana, logo proclamada princesa e herdeira do reino. Dela se diz que: “Viindo ho tempo do parto e alomiãdo a deus paryo hua filha a mães fremosa e beela Criatura que neste mundo podesse ser achada e vista”²¹⁵.

Sendo o “*Memorial da Infanta*” uma hagiografia, apresenta uma marca divina na concepção da princesa, depois santa. Quando Deus atende o pedido da rainha para engravidar, a sua filha não é uma criança como as outras: ela manifesta a sua bondade, ao não molestar a mãe na gravidez, e ao nascer demonstra a sua singularidade, pela beleza, que é um sinal da vontade de Deus, que se irá declarando sempre nela ao longo da vida e que justificará a sua opção por uma vida religiosa.

²¹¹ Cf. Aires A. NASCIMENTO (edição do texto latino e tradução), *Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha*, Diário de Viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein, Lisboa, Edições Cosmos, 1992, PP. 29-30, 43-45

²¹² Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap. CXXXII, p. 124.

²¹³ Opinião também sustentada por Ana Rodrigues OLIVEIRA, *Rainhas Medievais de Portugal*, cit., pp. 491-492.

²¹⁴ *Crónica do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana*, cit., p. 76.

²¹⁵ *Ibidem*, p. 76.

A escolha do nome da princesa e do seu irmão obedece a uma devoção especial da rainha por S. João Evangelista que, segundo a mesma fonte, a levava a prometer que: “sse cem filhos ouvesse, todos avia de mandar poôr este nome”²¹⁶.

A rainha volta a engravidar em 1454. A concepção desta criança, também tão desejada e marcante no futuro, leva os cronistas Rui de Pina e Garcia de Resende a singularizá-la aos nossos olhos:

*“(...) E estando el-rey em Almeirim vindo hum dia da caça, foy assi de caminho a casa da raynha e teve com ella ajuntamento. Ha raynha tinha em hum anel hũa esmeralda de muyto preço que muyto estimava, a qual por esquecimento nam tirou do dedo e se lhe quebrou em pedaços, e quando assy a vio pesando-lhe muyto disse a el-rey: Senhor, a minha esmeralda que tanto folgava he quebrada, e ele lhe respondeo: Senhora, tomay-o em muyto boa estrea, que prazeraa a Nosso Senhor que agora concebereis dhum filho que estimareys mais que todallas esmeraldas do mundo; e dito por el-rey naquela hora emprenhou do príncipe Dom Joam, seu filho que sobre todallas cousas muyto estimaram”*²¹⁷.

Esta história, contada pelo próprio rei, como refere Rui de Pina, associa a esmeralda do anel da rainha à concepção do desejado príncipe. A esmeralda, posta no braço esquerdo, protegia dos encantamentos e guardava a castidade; para os alquimistas é a pedra de Zeus. Em Roma era atribuída a Vénus e no Cristianismo é considerada a pedra do Papa. Considerava que o contacto de uma com o corpo cura infecções da vista, crises nervosas e equilibrava o ritmo cardíaco e desde a Antiguidade que se pensava que tinha a capacidade de neutralizar venenos. Assim, pelo facto de a rainha não tirar o anel, a castidade foi quebrada, mas o príncipe foi concebido com a protecção e energia que a pedra favorece²¹⁸. A esmeralda simboliza ainda a Clarividência e a Imortalidade. Exactamente o que é realçado pelo rei quando a rainha manifesta pena

²¹⁶ *Ibidem*, p. 77.

²¹⁷ Garcia de RESENDE, *Vida e feitos d’El-Rei Dom João segundo*, ed. crítica de Evelina Verdelho, Coimbra, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007, p. 5. Veja-se também Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap.º CXXXVI, p. 135.

²¹⁸ Flocel SABATÉ, *Vivir y sentir en la edad media*, Madrid, Anaya, 2011, p. 42.

por esta se ter partido, já que a continuidade deles e do reino foi garantida pelo herdeiro. Por último, a esmeralda é o símbolo do apóstolo S. João, da devoção da rainha²¹⁹.

Nos paços da Alcáçova da cidade de Lisboa, nasce o príncipe D. João, no dia 3 de Maio de 1455. Nas vésperas do parto, mais uma vez, a rainha mandará redigir um testamento que o rei cumprirá seu modo. A rainha tinha ao seu serviço uma parteira — Catarina Afonso — e um físico — Mestre Martinho —, o que atesta bem da importância e preocupação que o parto representava para ela e para os da sua Casa.

O nascimento do príncipe é festejado por todo o país e o seu baptizado e juramento como herdeiro do trono, passados oito dias, é um acontecimento público onde comparece toda a corte, como dão conta os cronistas, que fazem menção das pessoas mais importantes, do seu ponto de vista²²⁰.

Com o nascimento de Joana e, três anos depois, de João, a rainha garantia a continuidade legítima do trono, apaziguando de vez os ressentimentos que tinham dividido o reino ao meio. D. Afonso V perdoa a todos os participantes de Alfarrobeira, até à quarta geração²²¹, devolve integralmente o património ao seu primo D. Pedro e à sua sogra e finalmente aceita dar aos restos mortais de seu tio, pai adoptivo e sogro, a morada que lhe estava destinada²²². Por detrás deste apaziguamento está a rainha. Os anos do nascimento dos filhos correspondem aos anos em que são concedidos mais perdões aos partidários do infante D. Pedro; os filhos parecem trazer ao monarca a consciência do “natural ramo” de que falámos a propósito dos progenitores no “*Livro da Virtuosa Benfeitoria*”²²³. D. Pedro não conhecerá os netos, mas estes conheceram a sua memória, através de sua avó D. Isabel, duquesa de Coimbra, e de sua tia Filipa, irmã da rainha.

Do amor do rei à rainha não nos resta qualquer dúvida e que ele terá aumentado com o nascimento dos filhos também não; o monarca foi igualmente um pai atento e próximo dos filhos:

²¹⁹ Cf. “Esmeralda”, in Jean CHEVALIER e Alain GHEERBRANT, *Dicionário dos símbolos*, Lisboa, Ed. Teorema, 1994, pp. 298-299.

²²⁰ Garcia de RESENDE, *Vida e feitos d’El-Rei Dom João segundo*, cit., cap.º II, pp. 6-7; Rui de PINA, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, cit., vol. II, cap.º CXXXVI, p. 136.

²²¹ A 20 de Julho de 1455, depois do juramento do pequeno infante nas Cortes do Reino.

²²² Em Novembro, sob a direcção do Infante D. Henrique, foram os restos mortais do infante levados em cortejo do mosteiro de Santo Elói — santo da sua devoção pessoal — para o mosteiro da Batalha, onde já estavam o rei e a rainha para presidir à cerimónia.

²²³ *O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, cit., Livro II, cap.º XIX, p. 124.

“E del rrey seu padre o qual por ê sua mãcebia fycar viúvo da raynha e têer preposyto de nũa jamais casar e por ão têer mais ffilhos que esta senhora e seu irmãao ho príncipe dõ Joham ão tinha comparacõ ho amor cõ que os ambos amava” ²²⁴.

Os filhos, Joana tem três anos e João sete meses, vão ter uma imagem da mãe, construída pelas pessoas que lhe estão próximas; podemos perceber essa Identificação-Devoção pela mãe na maneira como Margarida Pinheiro, nos descreve a infanta Joana, deixando cortar os seus cabelos, deixando as suas ricas roupas, envergando o hábito e por fim deixando as suas jóias:

“A qual Senhora tyrou do pescoço hũa cruz de ouro em que trazia ho lenho de vera cruz e hũu agnus dei douro com reliquias ho qual des sua minynice sempre custava trazer sem nunca de si as tyrar por devoçãoo e serem muito provadas por milagres e ficarem da Senhora Rainha sua mãe. O que assim trazia em ouro ão por curyosidade e loucaynha mas por mais Reverença. Estas ditas Reliquias que trazia Ê hũa cordã branco dalgodã. E hũu soo anel desmeralda que sêpre trouxera tyrou e lançou no acafate.” ²²⁵

O anel de esmeralda quebrado propiciou um herdeiro à rainha e depois será o símbolo da renúncia da sua filha, ao entregar-se a Deus e vestir o hábito no convento de Jesus em Aveiro.

7. As devoções da rainha.

No capítulo anterior, sobre o nascimento dos filhos da rainha, referimos que a escolha dos seus nomes teve a ver com a sua devoção pelo apóstolo S. João²²⁶, autor do quarto Evangelho, de três epístolas e do livro do Apocalipse, textos do Novo Testamento. Esta devoção, para além de influenciar a escolha do nome de todos os filhos

²²⁴ *Crónica do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana*, cit., p. 79.

²²⁵ *Ibidem*, p. 115.

²²⁶ Veja-se nota 212.

da rainha, ficou também expressa deste modo nos seus testamentos e na forma como é relatada a sua morte, no texto do seu irmão D. Pedro²²⁷.

A rainha, como também já dissemos, redigiu ou mandou redigir dois testamentos: o primeiro em 5 de Fevereiro de 1452, pouco antes do parto de Joana, e outro inacabado antecedendo o parto de João. O segundo não foi tido em conta e o primeiro foi considerado ilegal, mas foi aberto e lido por D. Afonso V em 21 de Maio de 1456. Nomeava testamenteiros Álvaro Gonçalves, capelão e confessor régio e João Fernandes Silveira. Na presença dos testamenteiros, o monarca jurou cumprir as últimas vontades da rainha.

A primeira delas era a fundação do convento de Xabregas, que pertenceu primeiro à Ordem de São Bento e depois à de S. João Evangelista, conforme o desejo da rainha²²⁸. Este convento teve origem num oratório, já existente no local, mandado erguer em 1429 pela infanta D. Isabel, mais tarde duquesa da Borgonha, dedicado a S. Bento e pertencente ao mosteiro de Alcobaça²²⁹.

A congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista nasceu em 1420, na igreja dos Olivais, por iniciativa de Mestre João Vicente, médico e professor na Universidade de Lisboa, de Martim Lourenço, doutor em Teologia, e de Afonso Nogueira, canonista graduado pela Universidade de Bolonha. Os seus membros eram vulgarmente conhecidos por Lóios ou cónegos azuis, devido à cor azul do seu hábito. Por divergências não esclarecidas, o grupo fundador e outros sacerdotes que os acompanharam abandonaram a igreja dos Olivais, verificando-se uma dispersão dos seus membros que se fixaram a partir de 1423 na igreja de Campanhã, com o apoio do bispo do Porto. Quando o bispo D. Vasco foi transferido para o bispado de Évora, os cónegos ficaram novamente sem proteção e foram afastados da igreja da Campanhã. Mestre Vicente obteve, então, a proteção do arcebispo de Braga, que em 1425 lhe concedeu a igreja secular de S. Salvador de Vilar de Frades, antigo mosteiro beneditino, então vago²³⁰.

²²⁷ Cf. “Tragedia de la Insigne Reina Dona Isabel”, in *Obras do Condestável D. Pedro*, cit., p. 320.

²²⁸ Isabel Vaz de FREITAS, *D. Isabel de Coimbra Insigne Rainha*, Coleção Rainhas e Infantas de Portugal, Vila do Conde, QuidNovi/ Academia Portuguesa de História, 2011, p. 90.

²²⁹ *Ordens Religiosas em Portugal, das origens a Trento: guia histórico*, dir. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, pp. 235-236 e pp. 242-243.

²³⁰ *Ibidem*, pp. 235-236 e 242-243.

Os factos que relatamos mostram que o estabelecimento desta congregação de cónegos regrantes não foi fácil e que, no início, não obtiveram o apoio das outras instituições religiosas, quer em Lisboa quer no Porto, só vindo a estabelecer a sua casa-mãe em Areias de Vilar – Vilar de Frades, Barcelos — com a protecção da arquidiece de Braga, em 1425. Mais tarde (em 1427), o Papa Martinho V outorgou a aprovação do convento e autorizou-os a viverem segundo o costume dos cónegos de São Jorge de Alga de Veneza, cuja regra sempre tinha inspirado esta comunidade. O pouco apoio recebido podemos tentar entendê-lo pelos seus cânones terem uma perspectiva reformista, antes do Concílio de Trento, linha que viria a ser confirmada neste Concílio, que desagradava às ordens já existentes e com poderes adquiridos no reino.

No entanto, estas dificuldades de implantação vão mudar quando Mestre João Vicente e Martim Lourenço são integrados pelo rei D. João I no séquito que acompanhará D. Isabel à Borgonha, aquando do seu casamento com Filipe o Bom, em 1429.

Da Borgonha, os religiosos passaram por Itália, onde visitaram a congregação inicial da Ordem, em Veneza e depois em Roma. Aí, Mestre Vicente foi nomeado bispo de Lamego, em Maio de 1432. No ano anterior, o Papa reafirmara a autorização para seguirem a regra de Santo Agostinho e as constituições de S. Jorge de Alga, que lhes permitia eleger um prior, aceitarem igrejas e outras casas no país, elaborarem estatutos próprios, ficando assim com os mesmos privilégios da Ordem de S. Jerónimo²³¹.

Ao regressarem ao reino, o seu poder fora reforçado. A sua protecção manteve-se nos reinados de D. Duarte e na regência de D. Pedro. A protecção real e a autonomia conseguida terão indisposto o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, que pretendia manter a sua jurisdição sobre o convento de Vilar de Frades; nesta contenda, teriam o apoio da rainha D. Isabel, que conseguiu obter do Papa a confirmação de isenção canónica (7 de Março de 1446) e libertou o mosteiro da jurisdição do arcebispo. A contenda não terminou aqui e prolongou-se até ao século XVI, com diversas intervenções de D. Afonso V e de D. João II.

O que levaria a rainha a apoiar, desde o começo do seu reinado, esta Congregação?

²³¹ *Ibidem*, pp. 242-243; ou “Convento de São João Evangelista de Xabregas”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Digit Arq. (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1380016>).

Tal como sua tia, a duquesa da Borgonha, apoiou o movimento de reforma, que percorre as ordens religiosas a partir do fim do século XIV. O seu pai, D. João I, numa carta de 25 de Janeiro de 1431, refere a protecção da duquesa ao mosteiro da Penha Longa, perto de Sintra, pertencente à nova Ordem de São Jerónimo, cujos membros, tal como os *chartreux*, viviam na pobreza, combinando o cenobitismo e o eremitismo. A pedido da sua filha, o rei autorizava a compra de bens para o mosteiro²³².

A própria escolha dos prelados que a acompanharam na comitiva para a o ducado da Borgonha, embora feita por seu pai, revela que Mestre João Vicente, Martim Lourenço e Afonso Nogueira frequentavam a corte e mereciam o apoio da infanta, que também terá apoiado a sua viagem a Itália, no sentido de obterem os privilégios necessários a uma maior implantação no reino, o que, como vimos, viriam a conseguir.

Na Borgonha, a duquesa fundou e apoiou diversas instituições religiosas de frades menores que viviam em comunidade, na observância das novas regras, especialmente comunidades femininas. Entre elas, destacamos o seu empenhamento na reforma e refundação do mosteiro de freiras clarissas fundado por Colette de Corbie, (mais tarde santa), de observância franciscana²³³. Para além deste, patrocinou a fundação do mosteiro de Mont-Sion (em 1432), do das religiosas de Sainte Catherine (reformado em 1432), em Bruxelas, e do das Brigitinas, em Termonde (1466)²³⁴.

Assim, o apoio de D. João I às novas ordens religiosas, que partilhavam ideias milenaristas relacionadas com a “sétima idade”, de que fala Fernão Lopes, o fim dos tempos e a vinda do novo Messias, parece ter continuidade nas gerações seguintes, conjugando-se com a observância de novas regras, que a Igreja e o papado pretendem implementar. A corte da Borgonha e a portuguesa, com o seu apoio a estas novas congregações e à reforma das existentes, favorecem essa mudança, que acaba reconhecida pelo papado, ao dar provimento aos privilégios pedidos para essas instituições²³⁵.

²³² Cf. Monique SOMMÉ, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne*, cit., pp. 467-468.

²³³ Cf. *Ibidem*, pp. 468-469.

²³⁴ Daniel LACERDA, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, cit., p. 95.

²³⁵ Sobre a importância dos Lóios na transição para a reforma cf. Isabel Castro PINA, *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cônegos Seculares de São João Evangelista*, tese

Neste contexto, surge a intervenção da rainha, logo em 1446, e, depois, a sua disposição testamentária, em que pedia o empenhamento do monarca, seu marido, na fundação do mosteiro, para o qual deixava os seus livros, bens patrimoniais e alfaia litúrgicas. O rei estabeleceu um acordo com o abade de Alcobaça, a quem pertencia a jurisdição do oratório oferecido por sua tia, que viria a ser integrado no novo convento, e que, com autorização do Papa Pio II, foi fundado em 1462, passando a designar-se de S. João Evangelista, de acordo com o desejo da rainha. Desde logo, o convento passou a ser a cabeça da congregação no reino. Tinha quatro igrejas anexas, com rendimentos e bens fundiários: S. Leonardo de Atouguia, S. Pedro de Alenquer, S. Miguel de Sintra e S. João Baptista de Rio Maior²³⁶.

Já falámos da protecção e fundação do convento, mas ainda não respondemos à questão sobre a preferência da rainha por S. João Evangelista. Este é o apóstolo mais novo, aquele que se senta à esquerda de Jesus na Última Ceia, aquele que fica com ele no horto, antes de ser preso, e também o que assiste à sua crucificação; como se lê na Bíblia,

“Junto à cruz de Jesus estavam, de pé, sua mãe e a irmã da sua mãe, Maria, a mulher de Clopas e Maria Madalena. Então, Jesus, ao ver ali ao pé a sua mãe e o discípulo que Ele amava, disse à mãe: Mulher, eis o teu filho! Depois, disse ao discípulo: Eis a tua mãe! E, desde então, o discípulo acolheu-a como sua “ (João, 19, 25-26-27).

Este sentimento de preocupação pelo futuro de sua mãe, manifestado por Jesus na cruz, seria partilhado por D. Isabel; sobretudo após a morte de seu pai em Alfarrobeira, a rainha manifestava grande preocupação pela desamparo da sua mãe, preocupação essa patente no testamento e no modo como procurou ajudar não só os irmãos como todas as pessoas da casa de Isabel de Urgel, a quem acolheu na sua corte. Tal como o apóstolo João, a rainha terá sentido a responsabilidade da mãe e da família e as suas preces seriam para que aquele que esteve tão próximo de Jesus, que foi o guardião da sua mãe, a ajudasse a cumprir a tarefa.

Este comportamento de protecção era tão forte que a sua filha infanta D. Joana continuará a proteger e a privilegiar as pessoas ligadas à sua mãe e à sua infância,

de doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 8-9.

²³⁶ *Ordens Religiosas em Portugal*, cit., p. 242.

como um legado precioso desta, que a ajudará na escolha do seu caminho espiritual e pela vida contemplativa. Assim,

*“Tomou mãis syngular afeycã spiritual.Com hũa molher que em sua casa cõ as outras trazia que fora criada des minynice da Rainha sua madre molher muito devota e recolheita e fora das vaydades do mûdo zelosa do bê e dada a todas as virtudes. Com esta começou falar e descobrir os secretos desejos de seu Coração [...]”*²³⁷.

A infanta D. Joana irá manter o apego e a devoção a S. João Evangelista , sendo este o que melhor descreve a paixão e morte do Senhor, que Joana desde tenra idade pretende vivenciar de forma muito intensa , como descreve a sua biógrafa :

*“Jejuava ê seu paaço todas as sextas feyras a pã e auga cô sillêcio ou falando muy pouco e necessário. As noytes do dia da sesta feyra nô se desvestia e as mais nô se lancava ê cana mas metida ê seu secreto oratório, passava ê oracô e fortes deciprinas, lêendo, orãdo e ouvindo falar da payxã sêpre de seus olhos corriiã lágrimas ê muita abastãca cô muita devacô e côpayxâ. Era sobre todo muy devota do Senhor e do passo da Payxâ cando orou no orto e daquela agonya em que foy posto”*²³⁸.

No seu oratório, onde se refugiava, longe do mundo e dos seus compromissos de infanta e princesa jurada, na segunda linha de sucessão ao trono, mandou pintar um retábulo, onde no meio estava o Senhor na sua cruz, dum lado, o Senhor no Horto e, no outro, a Senhora do Pranto²³⁹.

Sabemos que, na Idade Média, a mulher mais representada, mais descrita e a mais celebrada foi Maria, a mãe de Jesus, a Virgem Maria. A Igreja propunha às mulheres uma grande diversidade de modelos com as quais as raparigas se podiam identificar, mas a Virgem Maria oferecia a todas um modelo universal. O culto da Virgem esteve presente em todo o Ocidente, ao ritmo do ano litúrgico. As festas da Mãe de Deus começavam com o seu nascimento a 8 de Setembro, passavam pelo Natal, pela Purificação da Virgem, a 2 de Fevereiro, a Páscoa e a sua Assunção ao Céu, a 15 de Agosto. Para os mais devotos, a leitura das Horas da Virgem oferecia orações ao longo do dia, desde manhã ao fim da tarde. Vimos atrás que ela está pre-

²³⁷ *Crónica do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana*, cit., p. 81.

²³⁸ *Ibidem*, p. 102.

²³⁹ *Ibidem*, p. 103.

sente nos Evangelhos, sendo o de São João o que lhe dá um maior protagonismo. Além da sua presença na Crucificação, como atrás vimos, Maria aparece nas bodas de Canaã²⁴⁰, onde Jesus faz o seu primeiro milagre, a pedido da mãe, e nos Actos dos Apóstolos, associada aos discípulos e à Ressurreição.²⁴¹ No Apocalipse, escrito num registo diferente, o evangelista associa a mulher às forças do mal, a serem combatidas pela Igreja.

A partir do século XII, com a acção de São Bernardo e dos Cistercienses, o culto da Virgem expande-se e ganha uma nova dimensão, pelo conhecimento e divulgação de textos antigos, que, embora não sejam considerados canónicos pela Igreja, evocam o nascimento miraculoso da Virgem, a sua infância no Templo, o casamento com José, o carpinteiro, a sua morte e assunção. Os trovadores e os jograis inspiram-se nestes textos, recriam-nos e compõem poesias sobre a “Rainha dos Céus”. As igrejas góticas, que proliferam nas cidades, terão todas representações da Virgem, que celebram a sua realeza divina²⁴².

Maria passa a ser um exemplo para todas as mulheres, aquela que salvou a Humanidade, expulsa do Paraíso pelo pecado de Eva. Maria passa a ser a mediadora mais eficaz junto de Deus, fonte de todas as Virtudes²⁴³.

Christine de Pizan, no auge da guerra dos Cem Anos, pede a protecção da Senhora de Notre-Dame para o reino da França. Na “Cidade das Damas”, a primeira parte do “*Livro das Tres Vertudes*”, que analisamos na primeira parte deste trabalho, Christine, na sua metáfora, ergue uma cidade para as mulheres, para as redimir dos que as têm denegrido ao longo da história; no livro III, concluídos os telhados e as torres, são escolhidas as damas que iriam habitar os palácios e as altas torres, e então a dama Justiça, juntamente com Christine, convoca todas as damas para receberem a sua ministra e soberana:

“Te acogemos, reina del cielo, con la misma salutación que dio el ángel y tanto te agrado: Ave María. El Pueblo de las Mugerres te pide que te dignes a convivir con ellas. Concédeles la gracia de ser su protectora, defensora,

²⁴⁰ *Evangelho de S. João*, II, 1-12.

²⁴¹ *Actos dos Apóstolos*, I, 14.

²⁴² A grande construção da família de Avis que consagra a vitória de Aljubarrota sobre os Castelhanos é dedicada, em nome duma promessa de D. João I, a Santa Maria da Vitória.

²⁴³ Sophie CASSAGNES-BROUQUET, *La vie des Femmes au Moyen Âge*, Rennes, Éditions Ouest-France, 2012, pp. 142-144; Jacques LE GOFF, “La Vierge Marie”, in *Hommes et Femmes du Moyen Âge*, dir. por Jacques Le Goff, Paris, Flammarion, 2012, pp. 391-394.

*baluarte contra los ataques de sus enemigos; la fuente de virtude donde saciarán sus ed y se curarán de todo vicio. Ven a nasotras Reina Celeste, Templo Divino, Claustro del Espiritu Santo, Recptáculo de la Trinidad, Gozo de los ángeles, Estrella, Vasija, Nave Y refugio de los Extraviados, Esperanza de los Creyentes”*²⁴⁴.

Embora a “Cidade das Damas” não tenha sido mandada traduzir para Português, não temos qualquer dúvida de que a obra seria conhecida de D. Isabel e que também ela teria grande devoção à Virgem Maria, tal como sua filha, que a mandou pintar numa das portas do seu oratório como Senhora do Pranto, aquela que sofreu pela morte do seu filho.

A Virgem Maria é no entanto um modelo inacessível às mulheres, embora as redima do pecado original. Tem uma mãe, Santa Ana, que a protege e educa, frequenta o templo, casa, sofre com a condenação e morte do seu filho, como qualquer mulher e mãe. Mas, por outro lado, ela não é uma mãe comum: concebe um filho por interação do divino, e o divino marca a sua existência na terra até ao fim; ela não morre, eleva-se ao céu.²⁴⁵

Voltemos de novo a Christine de Pizan e ao “*Livro das Tres Vertudes*”. Na primeira parte deste trabalho, vimos que a primeira virtude que as mulheres de todos os grupos sociais deveriam privilegiar era o amor a Deus, não se podendo comparar as riquezas do mundo às riquezas espirituais que conduziam ao Paraíso e à corte celestial. Para o alcançar, a autora propõe às mulheres a quem se dirige dois caminhos: a vida contemplativa e a vida activa:

*“Vida contemplativa é hûu estado e hûua maneira de servir Deos no qual a pessoa, que em ele é como deve, ama tanto Nosso Senhor que ela esquece, de todo, padre e madre, filhos e o mundo todo e si mesma, pelo grande e fervente desejo que soamente há a seu Criador. Tanto que alhur nom pensa e todas outras cousas tem em nada. Nem há pobreza, tribulaçom nem tormento de que outra criatura possa ser agravada que no coração dereitamente contemplativo possa fazer empacho, nem que ele faça conta”*²⁴⁶.

²⁴⁴ Christine de PIZAN, *La Ciudad de las Damas*, ed. por Marie-José Lemarchand, Madrid, Siruela, 2001, pp. 251-252.

²⁴⁵ Cf. Sophie CASSAGNES-BROUQUET, *La vie des Femmes au Moyen Âge*, pp. 144-145.

²⁴⁶ Christine de PIZAN, *O Livro das Tres Vertudes*, cit., 1.^a parte, cap.^o VI, pp. 94-95.

Por outro lado, "A vida activa é hûu outro estado de servir a deos. E é tal que: a pessoa que o quizer seguir será tam caridosa que desejará servir todos. Por amor a Deos ;e buscará os espritaes e vestirá os enfermos e os pobres, socorrendo-lhe do seu dinheiro e do trabalho do seu corpo, por Deos, segundo seu poder; há tam grande piedade das criaturas que estão em pecado, ou em algûa miséria ou tribulaçom, que ela chora, por eles, como por seu mesmo feito; ama o bem do seu prouximo, como o seu proprio; sempre é em trabalho de bem-fazer, nunca ouciosa; seu coração arde em desejo de cumprir as obras de misericórdia; a todos soporta injúrias e doestos, com muita paciência, por amor de Nosso Senhor"²⁴⁷.

Para Pizan, a que melhor servia o mundo era a vida activa, que procurava conciliar a governança dos bens terrenos com o amor a Deus, tentando mitigar as injustiças e os males da sociedade terrena, e permitindo almejar o Paraíso. E dá o exemplo de grandes reis e príncipes que foram santos no Paraíso, mas não deixaram o mundo, que possuindo reinos e grandes senhorios os governaram, vivendo justamente, não se deixando levar pela vanglória. E dá o exemplo do rei São Luís de França e depois estende os exemplos às rainhas e princesas que foram santas, como Santa Baudor, esposa do rei Clóvis de França, e Santa Isabel, rainha da Hungria²⁴⁸.

Esta última interessa-nos porque, além de ser o modelo referido por Pizan, cujo livro D. Isabel quis divulgar entre as damas da sua corte, mandando-o traduzir, e vivendo aquela rainha apenas 24 anos, vai servir de modelo, nos séculos seguintes, a várias princesas, depois rainhas, de cortes europeias, aparentadas com ela. Nomeadamente Inês da Boémia, Edviges da Silésia, Margarida da Hungria, Cunegundes da Cracóvia, Isabel de Töss, Isabel de França, Sancha de Maiorca e Isabel de Aragão, a nossa Rainha Santa, casada com D. Dinis. A duquesa da Borgonha tinha por protetora Santa Isabel da Hungria, fazendo-se representar com ela num quadro que reproduzimos em anexo, sendo assim mais um elemento de ligação entre a duquesa, a sua sobrinha, e o condestável como mais adiante veremos.

²⁴⁷ *Ibidem*, 1.ª parte, Cap.º VI, p. 96.

²⁴⁸ Cf. *Ibidem*, 1.ª parte, cap.º VII, igualmente citado nas notas 10 e 11 deste trabalho.

Este modelo marca a influência das ordens mendicantes e dos seus frades como directores espirituais destas princesas, que se tornam seus confessores e estendem essa influência aos próprios monarcas da maioria das cortes europeias²⁴⁹.

Isabel da Hungria (1207-1231), casada aos catorze anos com Luís, rei da Hungria, cumpre na perfeição o modelo de compaixão e assistência aos pobres e enfermos do seu reino, a quem visitava, curava e ajudava com os seus próprios rendimentos. Incentivava as damas da sua corte a vestirem-se humildemente, a evitarem os adereços e jóias e a praticarem com ela os seus actos piedosos que levaria ao extremo ao distribuir os alimentos guardados na dispensa do seu castelo de Wartburg e de transformar este em hospital para fazer frente à fome e à peste que grassava nas suas terras. Para conseguir o que pretendia, os seus biógrafos sublinham a sua humildade e a grande ternura com que tratava a corte e o próprio marido. Amava e respeitava o marido, tal como ele a amava e respeitava; tiveram três filhos e esse amor conjugal ficou patente no discurso por ela proferido, quando recebeu o corpo do marido, morto na Cruzada pela defesa da Terra Santa.

Isabel da Hungria torna-se uma santa, para quem o casamento e o amor conjugal não são um impedimento à santidade, mas um sacramento da Igreja, que apoia e reforça esse percurso. Depois de viúva, recolheu-se a um hospital de leprosos, fundado por si em honra de Francisco de Assis. Morreu no seu hospital, cuidando dos doentes²⁵⁰.

Isabel de Aragão, ao casar com D. Dinis e vir para a corte portuguesa, irá recriar o modelo da sua tia-avó, de quem herdará o nome.

O condestável D. Pedro, na sua *“Satira de Felice e Infelice Vida”*, culpava a amada pela sua infelicidade. As virtudes teológicas, na figura de belas damas, tentavam persuadi-lo a não atribuir as causas do seu desespero à sua amada, dando-lhe sucessivos exemplos de mulheres que desde a Antiguidade até ao presente tiveram grandes qualidades. As damas desaparecem, sem conseguir convencê-lo, mas obrigam-no a alterar o seu discurso, no sentido de reconhecer as qualidades da amada e apelar para a sua Piedade e Caridade. Aponta aí para o exemplo da Rainha Santa:

²⁴⁹Cf. Gabor KLANICZAY, “Sainte Élisabeth de Hongrie”, in *Hommes et Femmes du Moyen Âge*, cit., p. 237.

²⁵⁰Cf. *Ibidem*, pp. 234-236.

*“E la reyna Ysabel ,
 Muy valerosa Y santa,²⁵¹
 No cobro gloria tanta
 Con este viçio cruel
 E nefando;
 Mas de piedade usando,
 Fue levantada al cielo;
 Pues aved ya de mi duelo
 No muera desesperando”²⁵².*

Este verso dá origem à glosa mais longa da obra, onde o autor explica com detalhe a vida da rainha, que pretende dar como exemplo à sua amada. É esse modelo, interiorizado pela nobreza no século XV, que nos interessa compreender .

Começa a glosa pedindo um esforço à sua mão, porque a matéria de que vai tratar não tem a ver com acontecimentos longínquos, mas com acontecimentos próximos dele, cujo relato depende apenas do seu conhecimento dos mesmos e não de outros:

*“E quien mejor invocara en el subsequente afan que esta santa reyna,
 cuja es la presente obra? Ella favoresca tu comienço, e no desmonpare el
 medio e la salida ; ella nítida e muy preciosa flor del poniente, gloria de las
 nuestras Españas, te endereçara, ella, princesa e lus de la ynsigne gente porto-
 guesa, sera tu lus e guia, a la qual yo te rrecomiendo e no menos mi feble ynge-
 nio e yndoto juyzio. A los quales e ati, por su benigna clemençia, ella ayudadra
 como fiel abogada e aquella que mira con ojos umanos el nuestro trabalho”²⁵³.*

Esta obra é muito interessante, porque o autor desdobra-se em múltiplos registos. Na dedicatória, dirigida à irmã, sob a forma de carta, prevalece o Autor que pede apoio à rainha. Nos capítulos seguintes, o autor é o Amante que disputa as suas razões com as várias damas, que procuram desculpabilizar a sua amada em relação ao seu presente infortúnio. Nas glosas, o autor assume outro papel, que é o de explicar aos leitores as referências abundantes a temas e personagens clássicos, que refere nos

²⁵¹ A Rainha Santa Isabel nasceu em 1271, em Saragoça, no reino de Aragão e morreu, com 65 anos, a 4 de Julho, em Estremoz, vítima da peste.

²⁵² Pedro de PORTUGAL, *Sátira de Infelice e Felice Vida*, cit., p. 163.

²⁵³ *Ibidem*, p. 164.

diálogos. Assim, estas glosas, que correm paralelamente ao texto principal, acrescentam-lhe outras narrativas de deuses, lugares simbólicos, heróis romanos e gregos, episódios bíblicos, filósofos doutores da Igreja que nos dão a mundividência do autor, enquanto Leitor²⁵⁴. Nesta glosa específica sobre a rainha Santa Isabel, ele volta a invocar a destinatária da obra para o ajudar naquilo que irá escrever, mas também, pensamos nós, para apontar o modelo de rainha a seguir.

É feita a genealogia da princesa Isabel, com a casa real de Aragão em destaque. Desde criança “esta virgen rresplandecia” e o seu avô, o rei D. Jaime, dizia “esta nieta e criada suya aver de ser la mas exsçelente dama que saldria de la casa de Aragon”. O seu casamento com D. Dinis é descrito assim :

*“E como en los confines de Oçidente oviese un rrey, Denis nominado, cuya clara nonbradia la bolante fama por diversas partes de Europa levava, buscando la conformidade suya, la valerosa Ysabel al padre demandando que en conjugal debdo gela otorgase. El qual no denego la graciosa demanda, e onorable e magnificamente gela enbio. E, rrescebida e tratada del marido como convenia tan noble e valerosa dama, fijos de bendiçion ovieron que los dos mas grandes e mas prostimeros rregnos oçidentales señorearam”*²⁵⁵.

Tal como Isabel da Hungria, a esposa de D. Dinis era o amparo dos pobres e consolo dos enfermos. O Condestável não refere o seu papel de pacificadora nas lutas entre o monarca e o filho, os desentendimentos que havia entre ela e o rei, muito mais velho do que a Rainha²⁵⁶, as múltiplas conquistas do monarca fora do casamento, os seus filhos bastardos que a rainha educava na sua casa, mas também não menciona a grande admiração que o rei tinha pela caridade e devoção da sua rainha, amada pelo povo. Também não há referência ao celebre milagre das rosas, semelhante ao ocorrido com a sua tia avó na Hungria²⁵⁷.

D. Pedro descreve três milagres feitos pela rainha em vida e outros três depois da sua morte. O primeiro é uma mulher pobre a quem a rainha lavava os pés; um

²⁵⁴ Cf. Giullermo Séres, “Estudio introductorio” a Pedro de PORTUGAL, *Sátira de Infelice e Felice Vida*, cit., pp. 17-18

²⁵⁵ Pedro de PORTUGAL, *Sátira de Infelice e Felice Vida*, cit., p. 165

²⁵⁶ Isabel casa com O rei D. Dinis, já no trono, com 19 anos e ela com 12 por procuração em Barcelona a 11 de Fevereiro de 1282.

²⁵⁷ Este milagre não consta da biografia anónima escrita sobre a rainha no século XIV, mas circulava oralmente pelo Reino no final do mesmo século. O mais antigo registo conhecido é um retábulo quatrocentista conservado no Museu de Arte da Catalunha. O primeiro registo escrito desse milagre será já do século XVI, na *Crónica dos Frades Menores*, de Frei Marcos de Lisboa, de 1562.

deles tinha um cancro que a rainha, ao lavá-lo, curou de vez. O segundo refere-se a D. Urraca, da corte da rainha, que estava perdendo as suas forças dia a dia, estando as suas mãos e os pés sempre inchados; bastou pedir à sua senhora que a livrasse do seu tormento, e ela, em nome de Deus, a curou. No Porto, esta mulher leva junto da rainha uma mulher com a sua filha cega e a rainha, passando a sua mão pelos seus olhos, logo a fez ver.

Depois da sua morte, o seu corpo é posto na tumba real; aproximou-se dela um escudeiro de nome Afonso e outro João, que sofriam “de calentura muy aquexada”; rezaram junto do corpo e, acabadas as suas orações, estavam curados. Também junto do seu túmulo, uma mulher chamada Maria, que tinha um deformação na mão, foi curada por um pano que tinha sangue da rainha. Por fim, em Évora, foi miraculado um homem que tinha engolido uma sanguessuga, ao ponto de não parar de vomitar e que enfraquecia, sem encontrar solução nem entre os médicos nem entre as feiticeiras; o homem, com medo da morte, lançou as mãos ao céu e pediu a ajuda a Santa Isabel, que, antes da oração terminar, o fez vomitar a sanguessuga que o atormentava²⁵⁸.

Com estes milagres ficava atestada a santidade da rainha Isabel. D. Pedro refere a proximidade familiar com esta, de quem é neto em quarto grau, nascido em Coimbra, filho e sobrinho de damas da corte de Aragão :

*“E aqui sea cabo de la precedente matéria, la qual si en grado sublime non fue escripta, perdona tu o bienventurada rreyna al tu quarto nieto, ca la voluntad era aparejada, mas los contínuos e enojosos aferes e pensamientos mios son a mi água del rrio Lethe, que perturban e doman con cruel senhoria la mi memoria”*²⁵⁹.

No fim da glosa, D. Pedro não se coíbe de considerar que “aunque sepas esta gloriosa rreyna non ser canonizada de la militante eglesia”²⁶⁰, pois o processo de canonização tardava em Roma²⁶¹.

²⁵⁸ Cf. Pedro de PORTUGAL, *Sátira de Infelice e Felice Vida*, cit., pp. 165-168.

²⁵⁹ *Ibidem*, p. 168.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 168.

²⁶¹ A Rainha só virá a ser beatificada em 1516 pelo Papa Leão X e canonizada em 1625 pelo Papa Urbano VIII, embora nas “bocas “ do Povo era seria Santa ainda em vida e mais ainda depois da sua morte .

Tal como Isabel da Hungria, Isabel de Aragão concilia o seu papel de esposa, mãe e rainha. Neste último, incluem-se as suas muitas obrigações sociais para com os desvalidos da sorte. No caso da Rainha Santa, essa preocupação estendia-se à fundação de casas para a reabilitação de prostitutas. Depois de enviuvarem, ambas as rainhas consagram-se à vida religiosa e contemplativa²⁶².

Neste perfil de Isabel de Aragão, traçado por D. Pedro, ressalta o aspecto assistencial no seu caminho para a santidade, aspecto que podemos também apreciar no curto reinado irmã do autor, já que os frades Lóios, por ela apoiados, têm uma actividade assistencial nas prisões, onde acompanhavam os condenados à morte, e nos hospitais, onde prestavam assistência aos doentes e moribundos. Criaram várias confrarias populares, ensinavam as primeiras letras às crianças e dedicavam-se à escrita da vida dos santos, que depois divulgavam nas suas pregações pelas cidades²⁶³. Esta faceta deveria agradar bastante a D. Isabel, pois também ela procurou ter esse papel na divulgação de obras como a de Pizan, na sua corte. A sua irmã D. Filipa continuará este empenho na tradução e escrita de obras religiosas ao serviço do convento de Odivelas, como já referimos no capítulo dedicado aos irmãos de D. Isabel.

Para terminar este capítulo, resta-nos falar da sua morte e na maneira como a enfrentou de forma calma, na esperança de encontrar o descanso eterno, como é lembrado ao seu irmão, inconsolável, com a sua morte prematura e inesperada :

*“Oesi tu oyras las suas palabras, e con quanto esfuerço e fortaleza ella mirava aquella cosa mas terrible que todas, e como ella recomendo la su virtuosa anima e las sus amadas cosas, no olvidando a ty, al su amado señor, e como invocava a Dios e la gloriosa madre suya e al evangelista sant Johan, cuya tanto devota era en su ayuda. Oe si tu vieras el su no turbado rostro e sus graciosos ojos no demostrar la ravia de la cruel muerte, tu dixeras : Esta mi señora no muere, mas vasse para las celestes habitaciones”*²⁶⁴.

²⁶² Cf. Maria de Lurdes ROSA, *Santos e Demónios no Portugal Medieval*, Porto, Fio da Palavra, 2010, pp. 40-41.

²⁶³ “Convento de São João Evangelista de Xabregas”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Digit Arq. (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1380016>).

²⁶⁴ “Tragedia de la Insigne Reina Dona Isabel”, in *Obras do Condestável D. Pedro*, cit., p. 320.

CONCLUSÃO

O “*Livro das Três Vertudes a Insinança das Damas*”, tradução portuguesa da obra de Christine de Pizan, apresenta o comportamento recomendado às mulheres de todos os grupos sociais na sociedade do século XV. Todas as mulheres devem ter como principal preocupação o amor a Deus, que deve estar presente em todas as fases da sua vida e no seu dia-a-dia. Assim, às riquezas mundanas as mulheres devem contrapor as riquezas espirituais, porque são essas que conduzem ao Paraíso, fim último da vida terrena. Para atingir o Paraíso e o amor pleno de Deus, as mulheres têm dois caminhos: a vida contemplativa, em que abdicam da vida familiar e social e se dedicam inteiramente a Deus, seguindo a vida religiosa e integrando-se num convento, ou um segundo caminho em que as mulheres cumprem o seu papel na família e na sociedade, sem esquecer as suas obrigações religiosas. É este segundo caminho, chamado “*vida activa*” que a autora prefere e recomenda, dando exemplos de mulheres que o cumpriram exemplarmente, dos quais destacamos Santa Isabel da Hungria, que conciliou o papel de esposa, mãe e rainha, sendo depois santa. Este modelo foi depois seguido, em Portugal, por Isabel de Aragão, esposa do rei D. Dinis e sobrinha neta daquela.

Para a honra devida a cada mulher, segundo o seu estatuto social, as mulheres devem ter em todos os seus comportamentos públicos e privados uma grande prudência que, aliada à sua sabedoria, lhes dará a boa fama exigida pela sua honra.

Centrámos o nosso trabalho no papel da rainha, da sua casa e da corte. Como deve ela exercer o seu poder? No espaço familiar, construindo uma boa relação com o marido, baseada na confiança e no respeito mútuo, onde a paixão é substituída pelo boa conversação, como sugere D. Duarte no “*Leal Conselheiro*”. Na família, onde a rainha garante a descendência, gerando filhos saudáveis, cuidando do seu crescimento e da sua educação. Ainda no espaço familiar, ela deve ser um elemento que trabalha pela paz, mediando os conflitos entre o marido e os filhos, recebendo, ou ouvindo e protegendo de igual modo os seus familiares e os do seu marido. A rainha deve a todo o custo evitar a guerra entre senhores. Tal precaução deve ser seguida ainda mais atentamente se ficar viúva e com filhos pequenos.

No espaço público, a rainha deve aparecer principalmente nos ofícios e festas religiosas, dando o exemplo da sua fé, ou praticando a caridade com os doentes, as

viúvas e os pobres. Esta caridade tem um papel social, na medida em que ajuda os excluídos da sociedade. Assim, a rainha deve ser a mediadora privilegiada entre os príncipes e o seu povo.

Na segunda parte do nosso trabalho, percorremos as etapas da vida de Isabel de Coimbra, filha do infante D. Pedro, duque de Coimbra e regente durante a menoridade de D. Afonso V, incidindo na sua infância, no noivado, e no seu papel como rainha de Portugal.

Vimos como a sua educação terá sido marcada pelo ambiente cultural da época, onde se destacam os textos de seu pai, “*A Virtuosa Bemfeitoria*”, e de seu tio, “*O Leal Conselheiro*”, e as leituras que daí decorrem. Sua mãe, Isabel de Urgel, era uma dama letrada de Aragão, como demonstram as cartas que escreveu para Barcelona e os documentos do seu ducado que sempre fez questão de assinar. A segunda geração de Avis, para além de letrada, era culta, inseria-se perfeitamente na mundividência cultural dos leigos no decorrer do século XV, e mantinha relações privilegiadas com a corte da Borgonha, o reino de Aragão e o reino de Castela, embora a relação com este último estivesse sujeita às vicissitudes políticas. Neste sentido, achamos que o manuscrito do texto analisado na primeira parte deverá ter chegado à corte portuguesa pela mão da duquesa da Borgonha, que o teria mandado para a sua sobrinha, pela embaixada que veio a Portugal em consequência da morte de D. Pedro em Alfarrobeira. Numa época difícil, em que o seu lugar na corte estava em perigo, por ser considerada “a filha do traidor”, a duquesa sua tia manda-lhe um manual de conselhos (a “*Insinança das Damas*”).

Este ambiente cultural existente na corte portuguesa de Avis poderá também justificar o bom acolhimento do condestável D. Pedro, irmão da rainha, junto dos intelectuais da corte castelhana, nomeadamente Pere Torroella, e que nesse meio escreva em castelhano as obras que analisámos neste trabalho.

Do modelo de comportamento proposto por Christine de Pizan às mulheres do seu tempo, D. Isabel, apesar de reinar apenas de 1447 a 1455, interiorizou plenamente, as qualidades necessárias às mulheres para o exercício da sua influência: a prudência e a lealdade. No conflito entre o pai e o marido, usou da prudência para tentar mediar as partes em confronto, sem pôr em causa a lealdade que devia a um como pai e a outro como marido. Usou as gentes de sua casa para levar e trazer missivas em que apelava

ao bom senso dos dois e sublinhava os danos da guerra, para ambos e sobretudo para o reino. O cronista Rui de Pina diz que parecia mais velha e mais madura do que realmente era. Não conseguiu evitar o confronto, mas mesmo perante o desastre – a morte de seu pai – manteve o bom senso, aproximou-se do marido e procurou manter o seu lugar na corte, sabendo que muitos queriam que o rei a repudiasse; o monarca não o fez e aqui sobressai a confiança que estes cônjuges tinham um no outro, o facto de terem crescido juntos terá criado fortes laços que ajudaram o casal a enfrentar esta situação extrema, de intriga palaciana e de choque violento entre os dois partidos.

D. Isabel foi incansável no apoio que deu e procurou dar até ao fim à sua mãe, duquesa de Coimbra. Às pessoas que serviam sua mãe e que pertenciam à casa desta, procurou protegê-las, integrando-as na sua casa, o que acontecia, ainda, durante a infância e adolescência de sua filha D. Joana. Criou na sua corte a irmã D. Filipa. Muitas cartas de perdão ao partidários de D. Pedro foram escritas depois dos partos de D. Isabel e em resposta aos seus pedidos.

No auxílio aos seus irmãos – Jaime, João e Beatriz – temos que salientar o papel de sua tia, a duquesa da Borgonha, com o assentimento do marido, Felipe, o Bom. A duquesa recebeu-os, educou-os e deu-lhes um futuro, que infelizmente foi curto para todos eles, mas até na morte a duquesa fez questão de dar a todos a memória condigna. Restou-lhe apenas o filho de Beatriz, que criou na sua corte, juntamente com a neta.

O irmão mais velho da rainha refugiou-se em Castela; D. Isabel manteve sempre contacto com ele, e este enviou-lhe a sua obra *“Satira de Infelice e Felice Vida”*. Mais tarde e também por influência da irmã, foi-lhe restituído o mestrado de Avis.

Podemos assim dizer que a rainha, com a sua prudência e sabedoria, ajudou a sua família desfeita a encontrar um futuro digno, quer para a sua mãe, quer para todos os seus irmãos. Neste desígnio, teve o apoio incondicional da sua tia, a duquesa da Borgonha.

Lutando contra a intriga daqueles que não entendiam o respeito e a confiança que marcava a sua relação com o rei, não lhes deu importância, nem buscou a vingança, e com o nascimento dos filhos reforçou a sua posição na corte e junto do monarca seu marido.

Destacamos, por fim, a devoção da rainha Isabel a S. João Evangelista e o seu apoio aos frades Lóios que praticavam a caridade e ensinavam as crianças a ler, no âmbito do movimento reformista em que se inseriam.

Morreu cedo e inesperadamente, mas conquistou a “boa nomeada”, de que Pizan tanto fala. Os cronistas chamaram-lhe “perfecta Rainha” e o seu irmão acrescentou: excelente, virtuosa, prudente e insigne (depois do seu falecimento).

Concluiremos dizendo que Isabel da Hungria ou a rainha Santa Isabel em Portugal são o modelo de rainha proposto e difundido partir do século XIII pelas cortes da Europa cristã. Estas rainhas, de inspiração franciscana, propõem à mulher a valorização do casamento; ser boa esposa, mãe e rainha é valorizado pela Igreja; Por outro lado, a prática da caridade dá às mulheres um papel social a desempenhar no espaço público. O poder das mulheres na família e no espaço público é exercido através da mediação que podem desempenhar na família e na sociedade. As mulheres devem trabalhar pela paz, porque sabem bem quais são os malefícios da guerra.

No século XV e no caso que estudamos, esse modelo, em que as mulheres exercem o seu poder através da mediação, pressupõe a tal prudência no vestuário, nos gestos e nas palavras quando intervêm; por outro lado, à medida que o poder se vai ritualizando, nas refeições, nas festas públicas — como as que se fizeram por ocasião do casamento de D. Leonor, irmã de Afonso V, com o imperador da Alemanha, que duraram várias semanas, e tiveram várias representações alegóricas nas ruas de Lisboa, com a presença de todos os grupos sociais — o rei comparece com a rainha, passando esta a ter uma exposição pública relevante, que não passa despercebida aos próprios embaixadores imperiais.

Por fim, importa sublinhar que a caridade e o auxílio aos excluídos da sociedade vão estar na base da criação das Misericórdias pela rainha D. Leonor, esposa de D. João II e nora de D. Isabel, a mesma que mandou imprimir, com pequenas alterações, o texto que despoletou este trabalho, com o título “*Espelho de Cristina*”. Assim, o modelo sugerido por Pizan parece ainda prevalecer no final do século XV e no início do XVI.

FONTES

- Bíblia Sagrada*, ed. coord. por Herculano Alves, Lisboa/Fátima, Difusora Bíblica Franciscanos Capuchinhos, 2005.
- La correspondance d'Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne (1430-1471)*, ed. Monique Sommé, Paris, Jan Thorbecke Verlag, 2009.
- Crónica do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana filha Del Rei Dom Afonso V*, ed. de António Gomes da Rocha Madahil, Aveiro, 1939.
- D. DUARTE, *Leal Conselheiro*, actualização ortográfica, introdução e notas de João Morais Barbosa, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1983.
- GÓIS, Damião de, *Crónica do Príncipe D. João II*, ed. crítica e comentada de Graça de Almeida Rodrigues, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1977.
- Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de Viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckenstein*, edição do texto latino e tradução de Aires Nascimento, Lisboa, edições Cosmos, 1992.
- O Livro da Virtuosa Bemfeitoria do Infante Dom Pedro*, 3.^a ed., introdução e notas de Joaquim Costa, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1946.
- Livro da Enseñança de bem cavalgar toda a sela que fez El-Rey Eduarte*, ed. crítica de Joseph M. Piel, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1986.
- Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, transcrição de João José Alves Dias, Lisboa, Editorial Estampa, 1982.
- LORRIS, Guillaume de, MEUN, Jean de, *Le Roman de la Rose*, trad., apresentação e notas de Armand Strubel, Paris, Lettres Gothiques, 2012.
- Obras do Condestável D. Pedro*, introdução e ed. diplomática de Luís Adão da Fonseca, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.
- PINA, Rui de, *Chronica de El-rei D. Affonso V*, 3 volumes, Lisboa, Bibliotheca de Clássicos Portuguezes, 1901.
- PIZAN, Christine de, *A cidade das Mulheres*, trad. de Ana Nereu, Lisboa, Coisas de Ler Edições, 2007.
- PIZAN, Christine de, *La cité des dames*, trad. e apresentação de Thérèse Moreau e Éric Hicks, Paris, Stock, 2000.
- PIZAN, Christine de, *La Ciudad de las Damas*, ed. de Marie-José Lemarchand, Madrid, Siruela, 2001.
- PIZAN, Christine de, *Le livre du duc des vrais amans*, ed. crítica de Thelma S. Fenster, Binghamton, New York, 1995 (disponível na open library.org – Internet archive).

- PIZAN, Christine de, *O Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas*, ed. crítica de Maria de Lurdes Crispim, Lisboa, Ed. Caminho, 2002.
- PIZAN, Christine de, *The Treasure of the City of Ladies*, ed. rev. de Sarah Lawson, London/New York, Penguin Books, 2003.
- PORTUGAL, Pedro de, *Sátira de Infelice e Felice Vida*, ed. crítica, introdução e notas de Guillermo Serés, Alcalá de Henares, Centro de Estudios Cervantinos, 2008.
- Prosa Medieval Portuguesa*, apresentação, selecção e notas de Helder Godinho, Lisboa, Editorial Comunicação, 1986.
- La Querella de Las Mujeres. Análisis de textos*, coord. de Cristina Segura Gariño, Madrid, Al-Mudayna, 2009.
- RESENDE, Garcia de, *Vida e feitos d'El-Rei Dom João segundo*, ed. crítica de Evelina Verdelho, Coimbra, Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2007
(<http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/01vidaefeitos>).
- Voix de Femmes au Moyen Âge Savoir, mystique, amour, sorcellerie XII-XV siècle*, dir. de Danielle Régner-Bohler, Paris, Editions Robert Laffont, 2006.
- WILLARD, Cannon, *The Writings of Christine de Pizan*, New York, Persea Books, 1993.

BIBLIOGRAFIA

- ARCHER, Robert, *Misoginia y defensa de las Mujeres, Antología de textos medievales*, Ediciones Cátedra, 2001.
- AUTRAND, Françoise, *Christine de Pizan. Une femme en politique*, Paris, Fayard, 2009.
- BALAGUER Y MERINO, Andrés, *D. Pedro, el Condestable de Portugal: Considerado como escritor, erudito y anticuario (1429-66)*, Barcelona, Bibliolife, s. d. (ed. fac-simile de Girona. Imp. Vicente Dorca. 1881).
- BENEVIDES, Francisco da Fonseca, *Rainhas de Portugal. As Mulheres que construíram a Nação*, s.l. Marcador, 2011.
- BOUZA SERRANO, Joana, *As Avis*, Lisboa, Esfera de Livros, 2010.
- BRANDENBERGER, Tobias, *Literatura de Matrimonio. (Península Ibérica, s. XIV-XV)*, Saragoça, Libros Pórtico, 1997.
- BUESCU, Ana Isabel, *Imagens do Príncipe. Discurso normativo e representação (1525-49)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1996.
- BUESCU, Ana Isabel, *Na corte dos reis de Portugal, saberes, ritos e memórias. Estudos sobre o séc. XVI*, Lisboa, Edições Colibri, 2011.
- CASSAGNES-BROUQUET, Sophie, *La vie des Femmes au Moyen Âge*, Rennes, Éditions Ouest-France, 2012.
- CASSOTTI, Marsilio, *Infantas de Portugal, Rainhas em Espanha*, trad.. de Francisco Paiva Boléo, Lisboa, A Esfera de Livros, 2007.
- CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain, *Dicionário dos símbolos*, Lisboa, Ed. Teorema, 1994.
- Christine de Pizan 2000. Studies on Christine de Pizan in Honour of Angus J. Kennedy*, ed. de John Campbell e Nadia Margolis, Amsterdam – Atlanta, Rodopi, 2000.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, *D. Leonor de Portugal a imperatriz 1434-1467*, Academia Portuguesa de História, Vila do Conde, QuidNovi, 2011.
- “Convento de São João Evangelista de Xabregas”, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Digit Arq. (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1380016>).
- CORRAL DIAZ, Esther, *As Mulleres nas cantigas Medievais*, Corunha, Seminário de Estudos Galegos, 1996.
- CORREIA, Margarida Sérvulo, *As viagens do Infante D. Pedro*, Lisboa, Gradiva, 2000.
- DALARUN, Jacques, “Dieu changea de sexe, pour ainsi dire”. *La religion faite Femme XI^e-XV^e siècle*, Paris, Fayard, 2008.

- DUARTE, Luís Miguel, *D. Duarte. Requiem por um rei triste*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005.
- FONSECA, Luís Adão da, *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1982.
- FONSECA, Luís Adão da, *D. João II*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2005.
- FORHAN, Kate Langdon, *The Political Theory of Christine de Pizan*, Hampshire, 2002.
- FREITAS, Isabel Vaz de, *D. Isabel de Coimbra Insigne Rainha*, Coleção Rainhas e Infantas de Portugal, Vila do Conde, QuidNovi/ Academia Portuguesa de História, 2011.
- GASPAR, João Gonçalves, *A princesa Santa Joana e a sua época-1452-1490*, Aveiro, Câmara Municipal de Aveiro, 1981.
- FUENTE, María Jesús, *Reinas Medievales en los Reinos Hispánicos*, Madrid, la esfera de los libros, 2006.
- GOMES, Rita Costa, *A corte dos reis de Portugal no final da Idade Média*, Carnaxide, Difel, 1995
- GOMES, Saul António, *D. Afonso V*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2006.
- GOMES, Saul António, “O tratado da virtuosa benfeitoria. Simbolismo e Realidade”, in *1383-1385 e a crise geral dos séculos XIV-XV. Jornadas de História Medieval. Actas*, Lisboa, História e Crítica, 1985, pp. 267-290.
- História da vida privada*, dir. Georges Duby e Philipe Ariés, vol. II - *Da Europa Feudal ao Renascimento*, trad. portuguesa de Armando Luís Carvalho Homem, Porto, Afrontamento, 1990.
- História da vida privada em Portugal*, dir. José Mattoso, vol. I - *A Idade Média*, coord. por Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2010.
- História das mulheres*, dir. Georges Duby e Michelle Perrot, vol. II - *A Idade Média* - dir. Christiane Klapisch-Zuber, trad. de Ana Lusa Ramalho et alii, Porto, Afrontamento, 1995.
- ICHER, François, *La société médiévale codes, rituels et symboles*, Éditions de La Martinière, 2000
- KING, Margaret L., *A Mulher no Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença, 1994.
- KLANICZAY, Gabor, “Sainte Élisabeth de Hongrie”, in *Hommes et Femmes du Moyen Âge*, dir. por Jacques Le Goff, Paris, Flammarion, 2012, pp. 234-237.
- LACERDA, Daniel, *Isabel de Portugal, Duquesa de Borgonha*, Lisboa, Editorial Presença, 2008.
- LE GOFF, Jacques, *Héros et Merveilles du Moyen Âge*, Paris, Éditions du Seuil, 2008.
- LE GOFF, Jacques, *Hommes et Femmes du Moyen Âge*, dir. por Jacques Le Goff, Paris, Flammarion, 2012.
- LE GOFF, Jacques, “La Vierge Marie”, in *Hommes et Femmes du Moyen Âge*, dir. Jacques Le Goff, Paris, Flammarion, 2012, pp. 391-394.
- MARTIN, Hervé, *Mentalités Médiévales, XI^e-XV^e siècle*, vol. I, Paris, PUF, 1996.

- MARTINS, Maria Odete Sequeira, *D. Isabel de Portugal, Duquesa da Borgonha*, Coleção Rainhas e Infantas de Portugal, Vila do Conde, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, 2011.
- MARTINS, Mário, *Alegorias, Símbolos e Exemplos Morais na Literatura Medieval Portuguesa*, 2.^a ed, Lisboa, Brotéria, 1980.
- MARTINS, Mário, “A Amizade e o Amor Conjugal no ‘Leal Conselheiro’”, *Estudos de Cultura Medieval*, vol. III, Lisboa, Brotéria, 1983, pp. 187-198.
- MARTINS, Mário, *Guia geral das Horas Del Rei D. Duarte*, Lisboa, Brotéria, 1971.
- MARTINS, Mário, “Pais e Filhos no ‘Leal Conselheiro’”, *Estudos de Cultura Medieval*, vol. III, Lisboa, Brotéria, 1983, pp. 199-206.
- MATOS, Manuel Cadafaz de, *D. Duarte rei e filósofo, a sua livraria e os interesses de um Humanismo pré-renascentista*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu, separata de *Beira Alta*, vol. I, n.º 4, 1991.
- MORENO, Humberto Baquero, *A Batalha de Alfarrobeira — Antecedentes e Significado histórico*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1979.
- MORENO, Humberto Baquero, *D. Afonso V O Africano Dinastia de Avis, 1438-1481*, Academia Portuguesa de História-QuidNovi, Lisboa-Matosinhos, 2009.
- MORENO, Humberto Baquero, *O Infante D. Pedro, Duque de Coimbr. Itinerários e Ensaios Históricos*, Porto, Universidade Portucalense, 1998.
- MORENO, Humberto Baquero, “*Quatro cartas de D. Isabel de Urgel, Duquesa de Coimbra*”, *Revista Ciências do Homem*, vol. III, n.º 1, Serie A, Lourenço Marques, 1970.
- MUZZARELLI, Maria Giuseppina, *Un’Italiana alla Corte di Francia: Christine de Pizan, intellettuale e donna*, Bologna, Il Mulino, 2007.
- NASCIMENTO, Aires, “As Livrarias dos Príncipes de Avis”, *Biblos*, Vol. LXIX, pp. 265-287.
- NATÁRIO, Anabela, *Portuguesas com História. Séculos XIV-XV*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2008.
- NOLLIER, Inès, *Isabeau de Bavière reine de France*, Paris, Éditions du Rocher, 1996.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues, “A criança”, in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. 1 – *A Idade Média*, coord. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2010, pp. 260-299.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues, *A Criança na Sociedade Medieval Portuguesa*, Lisboa, Teorema, 2007.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues, *Rainhas Medievais de Portugal*, Lisboa, A Esfera de Livros, 2010.
- OLIVEIRA, Ana Rodrigues, OLIVEIRA, António Resende, “A Mulher”, in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. por José Mattoso, vol. 1 – *A Idade Média*, coord. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2010, pp. 300-323.

- Ordens Religiosas em Portugal, das origens a Trento: guia histórico*, dir. Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- PERNOUD, Régine, *Cristina de Pizan*, trad. castelhana de Maria Tabuyo e Agustín López, Palma de Maiorca, De Olañeta Editor, 2000.
- PIMENTA, Maria Cristina, *D. Joana. Princesa e Santa. 1452-1490*, Vila do Conde, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, 2011.
- PINA, Isabel Castro, *Os Lóios em Portugal: origens e primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista*, tese de Doutoramento em História, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova, Lisboa, 2011 (<http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA12\pina1210.html>)
- QUILLIGAN, Maureen, *The Allegory of Female Authority. Christine de Pizan's Cité des Dames*, Ithaca/London, Cornell University Press, 1991.
- ROSA, Maria de Lurdes, “Sagrado, devoções e religiosidade”, in *História da Vida Privada*, dir. por José Mattoso, vol. 1 – *A Idade Média*, coord. por Bernardo de Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2010, pp. 376-401.
- ROSA, Maria de Lurdes, *Santos e Demónios no Portugal Medieval*, Porto, Fio da Palavra, 2010.
- RUIZ-DOMÉNEC, José Enrique, *El despertar de las mujeres: la mirada femenina en la Edad Media*, Barcelona, Peninsula, 1999.
- ROUX, Simone, *Christine de Pizan: Femme de Tête, Dame de Cœur*, Paris, Editions Payot et Rivages, 2006.
- SABATÉ, Flocel, *Vivir y sentir en la Edad Media*, Madrid, Anaya, 2011.
- Las Sabias Mujeres: Educación, saber y autoría (siglos III- XVII)*, ed. María del Mar Graña, Madrid, Asociación Cultural Al-Mudayna, 1994.
- SOMME, Monique, *Isabelle de Portugal, Duchesse de Bourgogne. Une femme au pouvoir au XV^e siècle*, Lille, Presses Universitaires du Septentrion, 1998.
- TAYLOR, Aline S., *Isabel of Burgundy. The Duchess who played politics in the Age of Joan of Arc, 1397-1471*, Boston, Madison books, 2001.
- TUDELLA, José, *Os painéis de D. Afonso V*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005.
- VAUCHEZ, André, *Saints, prophètes et visionnaires Le pouvoir surnaturel au Moyen Âge*, Bibiothèque Albin Michel Histoire, Paris, 1999.
- VAUCHEZ, André, *La spiritualité du Moyen Âge Occidental*, Paris, Éditions du Seuil, 1994.
- VENTURA, Margarida Garcez, *D. Duarte o Eloquentes Dinastia de Avis 1433-1438*, Lisboa-Matosinhos, Academia Portuguesa de História-QuidNovi, 2009.
- VERDON, Jean, *La femme au Moyen Age*, Paris, Éditions Jean-Paul Gissero, 1999.

VICENTE, Maria da Graça, *D. Filipa. A Senhora de Odivelas*, Coleção Rainhas e Infantas de Portugal, Vila do Conde, QuidNovi/Academia Portuguesa de História, 2011.

WILLIAMS, Marty, ECHOLS, Anne, *Women in the Middle Ages Between Pit and Pedestal*, Princeton, New Jersey Markus Wiener Publishers, 1994.

ZINK, Michel, *Introduction à la littérature française du Moyen Âge*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, 1990.

ANEXOS

Anexo I - Razão, Direito e Justiça solicitando a Christine de Pizan que volte a escrever. Na cátedra, Prudência ensinando as mulheres.

Anexo II – Painel do Infante.

Anexo III - A rainha D. Isabel de Lencastre (Painel do Infante, pormenor).

Anexo IV - Casa da rainha D. Isabel.

Anexo V – Património e Rendas da Rainha.

Anexo VI - A rainha Isabel de Lencastre no seu túmulo.